

# Germinal

---

REVISTA DA OPOSIÇÃO OPERÁRIA

# **Germinal**

REVISTA DA OPOSIÇÃO OPERÁRIA

Nº 3 - 2012

Site: [http\\revistagerminal.com](http://revistagerminal.com)

E-mail: [oposicao\\_operaria@yahoo.com.br](mailto:oposicao_operaria@yahoo.com.br)

## SUMÁRIO

Apresentação .....	05
A teoria da situação revolucionária de Lênin .....	09
Ser e não ser: dilemas de classe numa época de crise estrutural ..	47
Uma análise da história do modo de produção capitalista no Brasil.....	59
A crise global e o mundo em movimento .....	81
Ecos da revolução Russa no Século XX.....	93
A Tradição de 22 .....	119
Conselhos operários, estado proletário, ditadura do proletariado na fase socialista de transição para a sociedade sem classes.....	143



## Apresentação

### Companheiros(as)

A Oposição Operária (Opop) apresenta agora aos trabalhadores e trabalhadoras em geral, aos estudantes, militantes dos movimentos políticos e sociais e às suas organizações de classe, o terceiro número da sua Revista Germinal.

Apesar do significativo atraso deste lançamento tendo em conta a periodicidade prevista originalmente para publicação da Revista, e, em alguma medida até por conta disso, acreditamos que a presente edição consegue dar conta de algumas das mais importantes discussões que vêm sendo tocadas no interior da Opop no período atual.

Como nas edições anteriores, também neste número os artigos expressam posições que mesmo quando não são consensuais, preservam a linha política da organização e são compartilhadas por nossos militantes em debates, plenárias, fóruns, seminários, congressos e demais espaços de intervenção, por isso mesmo, não raro, são escritos por várias mãos e servem sempre de referência para a continuação dos debates, tanto daqueles que ocorrem dentro das hostes da Opop, quanto para alimentar interlocuções com outras organizações com as quais temos relações políticas.

Essa característica da Revista Germinal expressa o nosso compromisso em fazer deste veículo um expediente que dê publicidade às nossas discussões, buscando sempre evidenciar o caráter político necessário a um órgão de classe comprometido com um projeto de revolução social de cunho socialista. Dessa maneira, procuramos nos distinguir de outros periódicos que, submetidos

aos rigores do espaço acadêmico, em geral, exibem os limites impostos pelos interesses da institucionalidade das academias.

Assim é que para a composição da edição que agora o leitor ou leitora tem em mãos, os temas escolhidos evidenciam uma preocupação em analisar alguns dos elementos que caracterizam as relações sociais de produção conduzidas sob a égide do capital tanto em seus traços históricos mais gerais, como em suas características específicas no período contemporâneo. Além disso, procuramos apresentar alguns acúmulos alcançados por nós acerca de formulações, processos e eventos importantes vivenciados na trajetória de luta da classe operária em suas relações de resistência e enfrentamento à dominação capitalista.

Dessa maneira é que logo no primeiro artigo expressamos uma interpretação teórica acerca de um dos pontos mais significativos da formulação leniniana sobre a tomada do poder por parte do proletariado, exatamente aquele por meio do qual o revolucionário russo procura identificar quais são os elementos objetivos que caracterizam a abertura de uma situação revolucionária.

Seguimos com as propostas de problematizações desta feita por meio de um artigo que procura dar conta de mais um importante debate que vimos travando no interior da Opop, exatamente aquele que diz respeito à composição das classes sociais. Neste caso mais especificamente, partimos da análise da existência de um suposto caráter ontológico do/no proletariado, para tentar desenvolver uma avaliação sobre quais devem ser os pontos de partida fundamentais para uma compreensão sobre o que são as classes e, para tanto, apontamos também algumas das especificidades contidas na conformação do atual padrão de acumulação capitalista.

A edição continua desenrolando uma das posições que estão presentes em nos debates internos retomando elementos de acalorada polêmica historiográfica muito importante para a caracterização da formação da sociedade brasileira. Esse é o mote do artigo acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

O artigo seguinte é fruto de uma análise das singularidades da crise atual do modo capitalista de produzir riquezas, caracterizada

como uma “crise de exaustão”, o que não quer dizer, contudo, que estejamos tão somente à espera de uma implosão dos seus elementos estruturais. Comentamos ainda aqui acerca das insurreições que têm ocorrido mundo afora como reação às consequências da crise que são impostas aos trabalhadores.

O próximo texto segue uma linha apontada na edição anterior da Revista Germinal e é também mais uma expressão da continuidade dos debates que vimos travando, dessa vez trata-se da análise da experiência histórica da Revolução Russa de outubro de 1917. Agora procuramos evidenciar alguns elementos acerca de que pode ser percebida como uma espécie de reverberação dos acontecimentos na Rússia durante o século XX, já com o advento da URSS.

Numa possível referência, mesmo que não explícita, aos 90 anos de fundação do Partido Comunista no Brasil que se completam agora quando lançamos o terceiro número da revista, nos pusemos a analisar algumas das características da assim chamada “Tradição de 22” na organização política do proletariado no Brasil.

Por fim, concluímos esta edição apresentando um arrazoado acerca daquele que, para nós, é um dos mais significativos legados da história de lutas da classe trabalhadora – os conselhos operários. Tomados como elemento fundamental daquilo que chamamos de “Pré-Estado”, os conselhos operários são analisados aqui por meio do papel que podem desempenhar durante a transição para o socialismo, e deste para uma sociedade sem classes.

Esperamos que os textos que aqui vão sejam entendidos como estímulos a discussões profícuas que certamente continuarão a ocorrer no interior da Oposição Operária e que - torcemos por isso – possam mobilizar outros companheiros e companheiras a nos conhecerem melhor e virem conosco a debater.

Oposição Operária (Opop)

Abril de 2012





## A teoria da situação revolucionária de Lênin

### 1. Introdução

Em várias oportunidades, na maioria das vezes só de passagem, noutras mais detidamente, Lênin abordou a questão da *situação revolucionária*, com vistas a uma sistematização, partindo de algumas formulações amplas e incompletas feitas por Marx<sup>1</sup>, que, em alguns de seus esboços explicativos, tomava as crises econômicas como centro daquilo que seria depois, em Lênin, reconhecido tal como o definiu com justeza Henri Lefebvre, "*a lei da revolução*". O dirigente bolchevique desenvolveu e ampliou mais o enfoque, mas sem quebrar, em nenhum momento, o ponto de partida de princípio tomado por Marx. Todavia, em quase todas essas tentativas agora empreendidas por Lênin, a conceituação permanecia ainda colocada em termos muito gerais e pouco definidos, até que, na sua obra *A Bancarrota da Internacional*, Lênin finalmente parte para uma formulação mais completa e sistematizada. É a referida formulação que vai ser objeto de exame crítico neste presente comentário. Estamos convencidos, como tentaremos demonstrar no decurso da análise, de que a evolução da política burguesa em todo o século XX

---

<sup>1</sup> Por exemplo: "As principais etapas da história do bolchevismo", in *Esquerdismo doença infantil do comunismo*, pp. 17/23; "O culto do espontaneísmo", in *Que fazer?*, pp. 27/34; "Acerca de la frase revolucionária", in *Obras Escogidas*, tomo VII, pp. 518/530; "El marxismo y la insurrección", in *Obras Escogidas*, tomo VII, pp. 259/275; "La bancarrota de la II Internacional", in *Obras Escogidas*, tomo V, pp. 220/275; "Reflexões sobre o momento atual", in *Lênin/política*, organizado por Florestan Fernandes, pp. 111-123; "Os ensinamentos da insurreição de Moscou", in *O trabalho do partido entre as massas*, Seleção de textos da Livraria Editora Ciências Humanas, SP, 1979, e "A caminho", *ibidem*, pp. 77/78.

aportou provas de que havia uma insuficiência empírica e outra de fundo teórico na elaboração de Lênin – afirmação a ser testada com esta releitura.

Essas insuficiências são lacunas perfeitamente sanáveis e de nenhum modo desqualificam – antes, confirmam e reclamam – a importância nodal dessa teoria na totalidade da obra política revolucionária do marxismo. Opostamente, o momento político do marxismo revolucionário fica severamente desnorteado, portanto, em certa medida prejudicado, na ausência dessa teoria, verdadeiro divisor de águas e barômetro decisivo de demarcação dos diversos estágios do processo de luta de classes em suas igualmente diversas e diferenciadas conjunturas. É simplesmente impossível uma direção revolucionária marxista cumprir o seu papel sem que saiba dominar e se pautar por essa teoria para levar a efeito suas demarcações táticas mais fundamentais – tais como insistir, inverter, datar, etc. os golpes da luta revolucionária do proletariado, neste ou naquele momento ou lugar, nesta ou naquela circunstância.

Se essa teoria tem tanta e tal importância para o marxismo, como então explicar que tenha caído no mais completo esquecimento, a ponto de quase nenhum revolucionário, depois de Lênin, recorrer à mesma tomando-a como *lei* e barômetro da revolução enquanto processo da luta? O descaso pela teoria da situação revolucionária de Lênin não se deu por acaso. Na verdade, ele está inserido num "esquecimento" maior: o de toda a doutrina revolucionária marxista que Lênin, depois da crise da II IC, tentou resgatar a partir do seu *O Estado e a Revolução*. Esse "esquecimento" está no bojo do afastamento que passou a haver entre teoria marxista e prática política revolucionária, a partir da década de 1920, quando entraram em cena as derrotas das revoluções proletárias, a vitória do nazifascismo, as duas guerras mundiais, a recuperação do capitalismo no Ocidente, a restauração da ordem do capital, sob uma forma histórica nova, na ex-URSS e, como consequência disso tudo, agora já no plano subjetivo, o afastamento da luta da Escola de Frankfurt, a nefasta angulação contrarrevolucionária do stalinismo e o desenvolvimento do chamado "marxismo ocidental", que acabou, no seu ecletismo, trocando o revolucionarismo dialético do marxismo por um ecletismo que incluía uma mistura de

estruturalismo, positivismo, irracionalismo e até existencialismo, sem contar com os esquemas táticos da "guerra popular", do foquismo, do *putschismo* em geral (Mao, Debray, "Che", Fidel, etc.) e do "reformismo armado" de um Ortega e da absoluta maioria das experiências guerrilheiras latino-americanas – tudo em nome do "marxismo"! Em poucas palavras, a teoria da situação revolucionária de Lênin, como sua teoria da organização, como toda a sua teoria marxista revolucionária, foi, na verdade, tragada pela profunda crise experimentada pelo marxismo nessas décadas todas, salvando-se umas raras exceções. Não se trata, contudo, de uma crise imanente à teoria marxista, mas de uma crise historicamente contextualizada e que pode e deve ser revertida.

Destarte, estas notas, que são também, por sua vez, apenas exploratórias e expostas ao debate, tentam identificar o que constituem brechas e lacunas na concepção formulada por Lênin. Tais brechas, pelo que achamos, localizam-se, no texto e na oportunidade, na teoria *filosófica* do materialismo histórico e, mais do que isso, antecedentemente, na do materialismo dialético – brechas e lacunas que estão alojadas, na nossa opinião, em conceitos como lei, realidade objetiva e o componente subjetivo dessa mesma realidade nas suas relações com o momento objetivo – como a mesma lei, etc. Na nossa maneira de ver, nesse texto, como em alguns outros, Lênin cai, eventualmente, em certo *naturalismo*, o que não se trata, contudo, de uma característica do conjunto de seu pensamento. A prova de que os equívocos aí encontrados não são equívocos congelados e sistemáticos na totalidade da concepção e da doutrina de Lênin é que o mesmo Lênin, nos seus *Cadernos Filosóficos*, obra em que trata do materialismo dialético (ontologia e teoria do conhecimento), consegue ultrapassar esses mesmos erros quando exatamente, ao comentar Hegel, entre outros pensadores, nos presenteia com as mais profundas formulações sobre o conceito de lei, sobre as relações entre a essência e a aparência (fenômeno), finito e infinito, etc. e os componentes objetivo e subjetivo da realidade em todas as suas relações e ligações recíprocas – formulações nas quais os defeitos aqui apontados estão completamente superados. De que se trata, então, aqui, agora, é de trazer a teoria da situação revolucionária de Lênin para dentro do

escopo filosófico deixado por Marx e Engels, pelo próprio Lênin nos *Cadernos* e por alguns marxistas que atacaram alguns desses problemas com rara felicidade, como Karl Korsch em seus ensaios acerca das relações entre filosofia e marxismo.

De resto, vale apenas salientar a extrema urgência e necessidade de trabalhar essa teoria – arma do maior alcance revolucionário nas mãos de qualquer direção verdadeiramente marxista nos tempos presentes –, vez que a rápida evolução dos fatos, que se desencadeiam na infraestrutura da sociedade, e os subsequentes desencadeamentos de massa daí derivados, deverão se deparar com uma organização, do partido e da classe do trabalho, que esteja munida de todos os apetrechos organizativos e políticos necessários à revolução. No conjunto desses apetrechos, uns de ordem teórica, outros de natureza estratégica, outros mais de cunho tático, outros ainda de ordem organizativa, etc., a teoria da situação revolucionária joga papel decisivo para os caminhos da ação do proletariado – e isso porque é por meio dela que os dirigentes revolucionários marxistas podem "medir" e identificar qualitativamente as conjunturas em suas conexões, em seus avanços e revezes e, bem assim, nas possibilidades que as classes, quando munidas de determinados meios cumulativos, podem tanto potencializar como desfazer situações revolucionárias concretas sob processo de maturação. Só, e unicamente só, a teoria da situação revolucionária pode "dar o tempo da revolução", vale dizer, "datá-la" – metáfora essa, evidentemente, que não pode, em se tratando de uma teoria e de um instrumento político para uma intervenção política numa realidade social, ser tomada ao pé da letra como uma formulação mecanicista. O termo "datar a revolução" não conduz nenhuma conotação de exatidão estatística ou de corte positivista, mas, tão somente – o que não é pouco –, a possibilidade de apreensão de inclinações, com elevada margem de segurança política, dos fatos sociais, distantes ou próximos dos momentos insurrecionais, analisados dialeticamente<sup>2</sup>. Um profundo domínio dessa teoria é

---

<sup>2</sup> Com efeito, quem se der ao trabalho de consultar as Atas das reuniões do Comitê Central do POSDR nos dias da Revolução de Outubro vai poder verificar como Lênin, quase sozinho, apoiado, como estava, em sua teoria da situação revolucionária, podia compreender o "o dia D" de amadurecimento da revolução – e, a tal ponto que ele, não sem ter de enfrentar algumas resistências situadas dentro do próprio CC, teve de

imprescindível para o manuseio político, da parte de dirigentes comunistas, porque evita vagar sem a compreensão das inclinações mais profundas e decisivas dos fatos e bloqueia, no nascedouro, tendências voluntaristas, deterministas ou voltadas para a acomodação e o reformismo<sup>3</sup>. Com efeito, saber quando e para onde as conjunturas estão se movendo, com que velocidade estão se deslocando, quando e em que medida seus componentes inflamáveis – ou as contratendências – estão entrando em acordo e confluência entre si (ou se estão se dispondo em sentido oposto), a que ações constitutivas e a que ações dispersivas estão (ou não) sujeitas, que e para que tais e quais momentos são chegados, etc., tudo isso é imprescindível para um partido que se coloca como direção política da classe do trabalho, e esse saber só é possível se há verdadeiro – e não dogmático – domínio da teoria da situação revolucionária. Eis porque é inaceitável, da parte de dirigentes e militantes comunistas, o desconhecimento dessa teoria formulada por Lênin. Dito isso, passemos ao comentário a que nos propusemos.

## 2. A TEORIA LENINISTA DA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

No essencial, o núcleo dessa teoria reside nestas passagens transcritas do seu livro *A bancarrota da II Internacional Comunista*:

A um marxista não lhe cabe dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária; ademais, nem toda situação

---

empreender uma luta encarniçada para convencer a totalidade do CC a marcar a revolução para o momento que para ela era decisivo, sem um "antes" nem um "depois". Não se tratava, evidentemente, de uma possibilidade estatística, mas de um ponto de maturação revolucionária das massas, que já não podia ser antecipado e nem retardado. Esse *feeling*, esse "faro", que aliás era um dos dotes mais fortes e desenvolvidos em Lênin ao enfrentar fatos empíricos, não se apoiava em qualquer conceito de caráter positivista, mas de uma aguda capacidade teórico-dialética de compreender o andamento das contradições que percorriam os fatos sociais a rachá-los por dentro. Nessa sua capacidade de compreender e antecipar o andamento dos fatos a teoria da situação revolucionária jogava papel destacado.

<sup>3</sup> Quando os mencheviques propunham adiar o momento da revolução de 26 de Outubro, eles – além de agir desse modo por motivos político-ideológicos – estavam a demonstrar total desconhecimento da teoria da situação revolucionária. Esse desconhecimento foi também absoluto e, por isso, um dos fatores mais decisivos da derrocada de Ernesto "Che" Guevara na sua desastrosa experiência na Bolívia, como foi, também, um dos fatores de maior importância da derrota cabal da Guerrilha do Araguaia promovida pelo PC do B no Brasil.

revolucionária desemboca numa revolução. Quais são, em termos gerais, os sintomas distintivos de uma situação revolucionária? Seguramente não incorreremos em erro se assinalarmos estes três sintomas principais: 1) A impossibilidade para as classes dominantes de manter imutável sua dominação; tal ou qual crise das “alturas”, uma crise na política das classes dominantes que abre uma brecha por onde irrompem o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que estale a revolução, não basta que “os de baixo não queiram”, senão que é necessário que “os de cima não possam” seguir vivendo como até então. 2) Uma agravação, fora do comum, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas. 3) Uma intensificação considerável, por essas causas, da atividade das massas, que em tempos de “paz” se deixam espoliar tranquilamente, porém, que em épocas turbulentas são empurradas, tanto por toda a situação de crise, como pelos mesmos “de cima”, para uma ação histórica independente.

Sem essas mudanças objetivas, não só independentes da vontade dos distintos grupos e partidos, senão também da vontade das diferentes classes, a revolução é, como regra geral, impossível. O conjunto dessas mudanças objetivas é precisamente o que se denomina situação revolucionária. Essa situação se deu em 1905 na Rússia e em todas as épocas revolucionárias do Ocidente; porém também existiu na década de 60 do século passado na Alemanha, em 1859-1861 e em 1879 na Rússia, apesar de que não houve revolução nesses casos. Por quê? Porque nem toda situação revolucionária origina uma revolução, senão tão somente a situação em que às mudanças objetivas acima enumeradas se agrega uma mudança subjetiva, a saber: a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo ações revolucionárias de massa o suficientemente fortes para romper (ou quebrar) o velho governo, que nunca, nem sequer nas épocas de crise, “cairá” se não se lhes “faz cair”.

Em poucas palavras, na maioria dos países avançados e das grandes potências da Europa a situação revolucionária é um fato. Durará muito essa situação? Não o sabemos, nem ninguém pode sabê-lo. A resposta só nos será dada pela experiência do desenvolvimento do estado de ânimo revolucionário da classe avançada, do proletariado, e de seu avanço para ações revolucionárias... De que se trata aqui é do dever mais indiscutível e mais essencial de todos os socialistas: o de revelar às massas a existência de uma situação revolucionária, de explicar sua amplitude e sua profundidade, de despertar a

consciência revolucionária e a decisão revolucionária do proletariado, de ajudá-lo a passar às ações revolucionárias e criar organizações que correspondam à situação revolucionária e sirvam para trabalhar nesse sentido.

### 3. Teoria da Situação Revolucionária: Uma “Fórmula” ou um Método?

Karel Kosik já tinha chamado a atenção para o fato de que existem termos, oriundos das ciências exatas ou da natureza, que, ao ser inseridos num contexto dialético, assumem um caráter igualmente dialético.<sup>4</sup> Ele se referia especialmente ao termo *mecanismo*, ressaltando que o próprio Marx o utilizara muitas vezes, principalmente em *O Capital* – como em expressões como “o mecanismo da acumulação”, “o mecanismo da reprodução do capital”, etc. – sem que o termo carregasse consigo uma conotação mecanicista, positivista, etc. O termo *mecanismo* foi avocado aqui apenas como um exemplo para efeito de comparação com um outro que pretendemos levar em consideração – o termo “fórmula”. No próprio *O Capital* são encontradas inúmeras “fórmulas matemáticas” que expressam leis sociais, como por exemplo a que configura matematicamente a *taxa de lucro* [ $l' = m/(c+v)$ ].

Mas não é exatamente nesse sentido que desejamos abordar o termo, mas num outro, numa expressão na qual ele encerra uma compreensão mais ampla, uma configuração, diríamos, “sociológica” ou, se quiserem, “filosófica”. De todos modos, o termo “fórmula”, quer se aplique às ciências exatas, quer seja aplicado às ciências da natureza, quer seja encontrado, inclusive, nas ditas “ciências sociais” – e é frequente o seu emprego nessas “ciências” –, em todos esses casos assume sempre um significado de *norma* ou *regra* que implica num estado de relações e proporções fixas ou pouco variáveis entre *elementos*, *parâmetros*, *variáveis*, etc. Em todos esses casos, o termo possui uma conotação insofismavelmente positivista, quando aplicado relativamente a fatos sociais. A teoria da

---

<sup>4</sup> In, *Dialética do Concreto*.

situação revolucionária de Lênin não tem absolutamente nada a ver com tal conotação – e se nos apressamos em fazer tal ressalva é porque, mais atrás, mostramos como, por meio dela, pode ser possível a uma direção revolucionária vislumbrar situações explosivas às vezes com uma margem mínima de erro, como foi o caso da atitude intelectual e política de Lênin na previsão do “dia D” da Revolução de Outubro.

Assim, essa teoria não pode ser entendida como uma “fórmula”, mas como um método, faltando apenas acrescentar que um método não deixa de oferecer, em alguns casos pelo menos, a possibilidade de percepções acentuadamente exatas, em se tratando de fatos sociais, pelo fato de que difere, qualitativamente, de uma *fórmula*. Quando Lênin, com efeito, chamava a atenção para o amadurecimento máximo das condições sociais que levariam as massas à insurreição, ele não estava empregando, nessa “previsão”, nenhuma fórmula, mas um método, uma teoria, uma concepção. Essa concepção, essa teoria, esse método de análise dos fatos sociais nas suas contradições e em seus movimentos, diz, em sua forma mais ampla, que, a partir de um dado momento em que se configura uma situação revolucionária, três ordens de fatores – atrás mencionados pelo próprio Lênin – entram em situação de confluência. Essa é a formulação mais geral da teoria elaborada por Lênin. Mas tal formulação contém, por si, a possibilidade de uma visualização mais imediata, que está contida na formulação geral. Por exemplo, Lênin sabia, por meio de sua teoria, que, numa situação revolucionária, nem as classes dominantes podiam viver “como antes” e nem as massas também desejavam, por seu turno, da mesma forma viver “como antes”. Ora, a situação revolucionária, que não é uma situação estacionária, mas um movimento, vai chegar a um ponto na sua evolução que a impossibilidade de uma classe e o desejo e ímpeto de mudança da outra, já desenhados na formulação geral, vão-se apresentar num estado de maturação tão agudo que é chegado o momento mais ou menos exato da ruptura – um momento tal que uma antecipação ou um retardamento podem simplesmente desmanchar aquele grau de maturação, no qual, por assim dizer, uma antecipação pode pegar as massas num estado ainda de relativa indecisão ou relativo despreparo, o que seria uma precipitação



funesta para a insurreição, ou, inversamente, um retardamento do ato insurrecional que pode também ser fatal para a revolução por proporcionar, por exemplo, condições às forças contrarrevolucionárias de se reporem em alguma medida.

A teoria que coloca a situação revolucionária em termos amplos – pelos quais se percebe o desenho geral de uma situação revolucionária – é exatamente a mesma que permite perceber aquele momento decisivo do ato insurrecional, aquele momento mais restrito, como espaço de tempo, no qual as disposições gerais de ruptura se condensam ao máximo. O teórico que vê a situação mais ampla e mais geral é o mesmo que vê a situação no seu máximo grau de condensação ou confluência – e o resto é uma questão de experiência, de uma imensa densidade teórico-intelectual e de um *feeling* excepcional, “faro” esse que não tem nada de metafísico, de dote sobrenatural ou de produto de alguma excrescência de “genialidade”, mas que se trata de uma conquista de todo dirigente que se exercita combinando observação empírica com muito preparo teórico e político; em uma palavra, que é um verdadeiro marxista.

#### 4. A Teoria da Situação Revolucionária como nexó fundamental entre a Insurreição e a Revolução Social

Nem toda insurreição, por mais geral e violenta que ela seja, desemboca necessariamente numa revolução, embora, inversamente, toda revolução tem ou deve ter como pressuposto obrigatório uma insurreição geral. Por outro lado, existem pessoas e partidos – reformistas, revisionistas – que professam a possibilidade de uma revolução *pacífica*, isto é, de uma revolução que prescindia de uma insurreição generalizada. Fazendo, de agora em diante, neste escrito, abstração do que pensam reformistas e revisionistas, cujas ideias nada acrescentam ao serviço da revolução – ou mesmo da pura insurreição –, é preciso acrescentar que uma verdadeira revolução pode principiar com uma insurreição, mas que necessita de muito tempo e de todo um monumental esforço social para ter

prosseguimento, até que seja completada. Uma insurreição social generalizada, como a que aconteceu por exemplo (este é apenas um exemplo) na Nicarágua, pode não revolucionar nenhum elemento da infraestrutura ou da superestrutura social – ou seja, pode deixar de pé, portanto intactos, tanto as relações de produção (e a correlata expropriação do mais-trabalho) quanto a forma de posse e propriedade dos meios de produção e do produto social, o Estado, todas as hierarquias (na empresa e no Estado), o sistema de Poder, as classes sociais, o mesmo direito, a mesma educação, a mesma cultura. Uma insurreição, que não seja seguida de todo esse revolucionamento, não desemboca numa revolução, que é necessariamente política e social. Para que uma insurreição seja seguida de uma revolução social socialista, torna-se necessário, portanto, que ela erga, após o ato insurrecional, o Estado dos Conselhos (ditadura do proletariado), dotado de todos os seus predicados políticos iniciados pela Comuna e aperfeiçoados teoricamente por Marx, Engels e Lênin, e que ela substitua as velhas formas e relações sociais, da base à superestrutura, por formas e relações novas – as quais, por um tempo mais ou menos prolongado, constituirão a experiência do “socialismo” ou, como costumava denominar Marx, o “primeiro estágio do comunismo”.

Equivocam-se todos aqueles que pensam que as ideias e as formas espirituais herdadas do capitalismo desaparecerão automaticamente tão logo sejam mudadas as formas e as relações de produção, o Estado e as instituições em geral – por mais que saibamos que a fonte ontogenética de todas essas formas espirituais e superestruturais em geral esteja localizada na base social. A nosso juízo, talvez tenha sido Karl Korsch quem melhor explicou as dificuldades dessa complexa metamorfose.<sup>5</sup> Korsch afirmava, ao criticar reformistas e revisionistas e, ao mesmo tempo, ao reafirmar, com Lênin, a necessidade da reposição do marxismo revolucionário abandonado pelos dirigentes da II IC, que as ideias e as formas espirituais, uma vez e tão logo sejam criadas e ganhem foro social, de massa, tornam-se realidades dotadas de uma elevada esfera de autonomia – autonomia essa que não permite que elas desapareçam

---

<sup>5</sup> In, *Marxismo e Filosofia* (1924).

sem que o seja por meio de uma dura, sistemática e prolongada luta teórico-crítica levada a efeito no terreno ideológico na filosofia e, por extensão, nas demais instâncias onde as ideologias campeiam. Assim, e só assim, se completa, a longo prazo, o revolucionamento que é operado durante a fase do socialismo.

Nessa postura de Korsch está contida uma ideia mais ampla e certa do que seja *matéria* ou *mundo material*, e vale a pena explicitar essa ideia. O *mundo material* – ou não será o mundo concreto ou objetivo (e objetivado)? – não pressupõe uma ideia de *matéria* tão simples e ingênua que facilite a distorção de que o mundo material só é composto de matéria como realidade *física*, ideia essa de corte claramente naturalista. A “*matéria*” dos materialistas dialéticos, ao contrário da “*matéria*” dos materialistas vulgares, supõe a *matéria física* – definida por Lênin pelo traço da *objetividade* –, mas supõe também outras formas “*materiais*”, que não vêm do Espírito Absoluto, do Além ou de Deus, mas que também, nascendo das condições “*materiais*” da sociedade, ultrapassam o simples terreno das representações *físicas*, ao incluírem *relações sociais* e *formas de consciência* (ideológicas ou não) que são “*objetivas*” mas, de nenhum modo, apenas *físico-materiais*.<sup>6</sup>

Por outro lado, Marx distingue, segundo Korsch – e essa assertiva é verdadeira –, as formas de consciência derivadas das relações infraestruturais das formas de consciência que derivam das instâncias superestruturais. As primeiras não constituem *ideologias*; as *ideologias* são constituídas no terreno da superestrutura. A distinção, que é feita por Marx e Engels, se lastreia no seguinte fato: existem *formas ideológicas* que são formas de consciência imputadas aos trabalhadores, às quais não correspondem realidades

---

<sup>6</sup> Detenhamo-nos um pouco sobre esse tema da maior importância. “Valor de troca”, “valor-trabalho”, “lei do valor” são, entre muitas outras, categorias e conceitos, formas de consciência, portanto, ninguém duvida disso. Todavia, não são formas de consciência nem falsas e nem, muito menos, ideológicas. São categorias que representam conceitualmente **momentos concretos e objetivos da realidade**. Quando um puro valor de uso foi trocado pela primeira vez, ele deixou de ser um puro valor de uso para ser também um valor de troca e ter como base uma certa quantidade de trabalho abstrato (valor-trabalho). Assim, o valor de troca, o valor-trabalho e a lei do valor (que estabelece a troca na base da equivalência da quantidade de trabalho abstrato) não nasceram como abstrações que não tivessem qualquer correspondência com a realidade. Dessa forma, essas (e outras) categorias “refletem” momentos concretos e objetivos **da realidade**. E, no entanto, tais momentos reais, que tais conceitos representam idealmente, não são momentos feitos da *matéria* tal como esta categoria é ingenuamente concebida pelo materialismo vulgar. Os momentos que suscitam o aparecimento de tais categorias são *relações, leis*,

concretas, enquanto que outras formas de consciência têm como correspondentes formas e realidades sociais concretas. Assim, para exemplificar e esclarecer, quando os grandes filósofos burgueses (de Locke a Rousseau, Montesquieu e Hegel), ao fundamentar o Estado Moderno – o Estado burguês –, afirmavam que tal Estado era uma instituição *natural* e que encarnava a *Razão*, o ideal de *Justiça* e *equidade social*, eles estavam a produzir ideologia, uma vez que tais atributos imputados ao Estado burguês não existiam e nem poderiam existir nunca, concretamente, em tal Estado. A *ideologia* é, nesses casos, uma forma de consciência em estado de absoluta abstração – de hipostasia da ideia. Já a alienação do trabalho, que produz uma forma de consciência que resulta do modo como o trabalho é organizado para a produção capitalista, isto é, um trabalho especializado e ultrafragmentado, que aparta o produtor da totalidade do ato de concepção e de produção do produto, não é uma *ideologia*, porque essa forma de consciência possui uma base real concreta, a divisão do trabalho no modo de produção capitalista. Outro exemplo de forma de consciência que não constitui uma forma *ideológica* é o *fetichismo*, porque o *fetichismo* deriva de uma realidade social concreta, que é a forma como as mercadorias vêm a público depois de serem produzidas pelas relações capitalistas de produção, as quais escondem no seu ato de aparição e movimento

---

etc., que existem, mas que não podem, por exemplo, ser “apalpadadas”. Então, tanto as categorias e os conceitos como os momentos da realidade que “refletem” são, sim, **formas do real**. Mais do que isso, as imagens puramente ideológicas, como Espírito Absoluto, Deus, Unicórnio, Tupã, Estado natural, etc., ainda que não “reflitam” nenhum momento do real – e por isso são meras *ideologias* –, também são **realidades**, e o são à medida que, como ideias e concepções, fixam-se e deambulam pela consciência dos homens, agindo sobre eles dirigindo suas atitudes e ações e não podem ser “arrancadas” ou aniquiladas, por exemplo, por meio de pinças, alicates e bisturis. São, pois, formas ideacionais de realidade à medida que existem, persistem, se reproduzem, cumprem papéis e possuem força de determinação na consciência dos homens. Deus, Tupã, Estado natural, unicórnio, centauro, caipora, lobisomem, Saci, Zeus, Espírito Absoluto, etc., não são realidades, mas as ideias que os representam são, sim, formas de realidade que existem e ocupam “um lugar” no cérebro dos homens. O mesmo vale para as formas de (in)consciência que são recalçadas no inconsciente dos homens e que ali, da mesma forma, se fixam, se reproduzem e agem determinando atitudes – até que sejam suprimidas por meio de métodos adequados. Porém, como qualquer forma de realidade, são *realidades* enquanto existirem, vale dizer, enquanto não forem eliminadas (um boi é uma realidade e só vai deixar de sê-lo quando for abatido ou sacrificado, da mesma forma que a ideia de Deus é uma realidade, que existe na consciência, até que, por meios mais complexos do que o abate de um boi, for extirpada do cérebro dos homens. A partir de tal eliminação, quando ela for total, a ideia de Deus, como o próprio Deus, já não terá existência real). As formas *materiais* de existência assumem modalidades diversas e nem de longe se restringem à forma-matéria como é concebida pelo materialismo vulgar. Por último, que não se venha afirmar que essa maneira (de Karl Korsch e nossa) de encarar a realidade – portanto, também, o materialismo dialético – é uma forma

público (no mercado, espaço das trocas). Assim, a *reificação* (Lukács, 1923) não é, do ponto de vista de Marx, uma ideologia – muito embora essa mesma *coisificação* possa ser reforçada por meio de formas ideológicas, como a propaganda que acrescenta às mercadorias “qualidades” que elas concretamente não possuem. Neste exemplo, podemos ver como as formas ideológicas são criadas para reforçar as demais formas de consciência não ideológicas e, reciprocamente, as formas de consciência não ideológicas estão sempre aptas e receptivas para receber um reforço das formas ideológicas, para se fortalecer, como as que nascem da divisão do trabalho e do fetiche.

De todo o exposto deduz-se que a luta, que deve ser prática e, também, teórica, deve ter por desiderato eliminar as bases sociais que estabelecem a exploração de classes, portanto as formas e relações de produção capitalistas com todos os seus pressupostos e caracteres (a mercadoria, o dinheiro, a divisão burguesa do trabalho, a hierarquia autoritária nas unidades de produção, etc.), as classes, o Estado e as instituições burguesas. É nesse sentido único que a insurreição dá lugar a uma revolução. Mas, lembrando Korsch, é bom reter: o combate a todas as formas de consciência herdadas do capitalismo não se esgota só na eliminação de suas bases materiais e institucionais, mas passa também por um específico processo de luta encetado no campo da própria ideologia, daí a importância da luta

---

de **idealismo**. Não se trata de idealismo, porque não se afirma aqui que as ideias são a fonte ontogenética da realidade natural e social, mas sim, contrariamente, que a natureza e a sociedade é que constituem essa fonte primária das formas ideacionais. Em primeira instância encontramos os fatos naturais e sociais, realidades primárias, determinantes fundamentais. Diante de tais fontes, e ligando-se a elas, encontra-se a consciência. O primeiro elo entre a consciência e a realidade ontogenética (a natureza e a sociedade) é a *sensação*, que, uma vez nascida do referido contato, passa a ser também uma forma derivada, mas não inerte, de realidade. Depois disso, as sensações sofrem uma metamorfose no cérebro (intelecto) e dão lugar às ideias, aos conceitos e às demais formas ideacionais, que também passam a ser formas de realidade. Por esse princípio, a concepção expressa aqui é de bom materialismo dialético, segundo nossa convicção. O que acrescentamos a partir daí é que as ideias e as demais formas de consciência – ideológicas ou não –, uma vez criadas, também passam a ser formas de realidade e que, como tais, mantêm uma existência na mente humana, uma margem de variável de autonomia e a necessidade de serem tratadas por meio de métodos especificamente voltados para suas formas de existência e reprodução, métodos esses que devem estar conjugados aos métodos com e pelos quais se transformam a sociedade, a natureza, as instituições. Em uma palavra, as ideias não são extirpadas – anulação de sua existência – apenas com a anulação de suas bases naturais e sociais; torna-se, além disso, necessário um trabalho, sobre elas, com base em métodos próprios, os métodos da luta teórica, que nunca devem estar afastados dos métodos políticos da tomada do Poder e da implantação de um novo Estado e novas formas e relações de produção.

teórica levada a efeito de forma conjugada à luta contra o Poder de Estado e as condições estruturais da exploração.

Agora, o que tem a teoria da situação revolucionária de Lênin a ver com tudo isso? Muito, respondemos nós. A teoria da situação revolucionária de Lênin, ao afastar as ilusões reformistas e revisionistas, restabelece e completa o necessário, imprescindível e insubstituível traço de união entre a insurreição e a revolução – muito embora não esgote, como se viu, toda a complexidade que é inerente à problemática da revolução, que deve dar sequência e consequência à insurreição. Em primeiro lugar, essa teoria liga uma necessidade à outra: a revolução passa obrigatoriamente por uma insurreição, e a insurreição passa, também obrigatoriamente, por uma situação revolucionária. Nessa sequência de ligações, observa-se também que a teoria da situação revolucionária estabelece as devidas conexões entre os elementos objetivos e os subjetivos que impulsionam uma insurreição na expectativa da revolução social. A situação revolucionária não resulta de um ato unilateral – como em Gramsci – do momento ideológico (conceito que, em Gramsci, difere do de Marx), mas da combinação da realidade objetiva e objetivada com o momento subjetivo (a ação volitiva das massas e a intervenção dos socialistas com um projeto socialista). Enfim, a teoria da situação revolucionária – ela própria uma teoria sumamente revolucionária!! – estabelece, por antecipação, os pressupostos que deverão ser sistematicamente desenvolvidos por todo o espaço de tempo em que o socialismo (a ditadura do proletariado) tenha de experimentar até poder desaguar no verdadeiro comunismo. A teoria da situação revolucionária dá a única partida imprescindível a esta complexidade complementar – complexidade que nunca seria resolvida se essa valiosa teoria não tivesse sido formulada. Por isso, nunca se deve subestimar a envergadura teórica e política do “velho” Lênin, por mais que, aqui e ali – como Engels – tenha recaído em algumas formulações passíveis de crítica, mas que de nenhum modo desfiguram o conjunto altamente científico e político de sua obra.

## 5. O Conceito de “Crise” – e o Núcleo da Crise – na Teoria da Situação Revolucionária

Deve ser observado que, na formulação feita por Lênin, a raiz de uma situação revolucionária não se esgota numa crise econômica, muito embora a grande maioria dos casos de situação revolucionária derive de crises agudas na economia. De propósito, e acertadamente, Lênin amplia esse conceito, para definir bem e mais completamente uma situação revolucionária. Lênin pensa, evidentemente, numa profunda crise econômica como fator detonador de uma situação revolucionária, mas pensa também na possibilidade de guerras e outros acontecimentos – certamente mais raros – como fatores constitutivos dela. Por isso, ele formula mais amplamente: *“uma crise política das classes dominantes”*, na base da qual está, quase sempre, uma crise econômica profunda e, eventualmente, uma guerra. Quase sempre as crises militares estão associadas a crises na economia, embora não se possa afirmar, por antecipação, a impossibilidade de uma crise militar sem uma crise econômica nos fundamentos de uma situação revolucionária. De uma coisa, porém, podemos estar todos certos: as situações revolucionárias desta virada de século derivam de profundíssimas crises econômicas – ou melhor, da profundidade de uma crise capitalista que está mundializada.

A situação da Rússia de 1917 deve ter marcado muito o pensamento de Lênin quando da elaboração dessa teoria, porque a Rússia, como se sabe, encontrava-se envolvida numa guerra interimperialista associada a uma crise econômica resultante, em grande medida, do próprio esforço de guerra em condições adversas para o Estado russo. Na própria resolução de Basileia, que é comentada por Lênin na obra à qual recorreremos, diz expressamente que *“A guerra provocará uma crise econômica e política”*, o que era, no caso, uma afirmação exata. Mas a guerra também é e pode ser, em sentido inverso, produto de uma profunda crise econômica e, de qualquer modo, guerra e crise podem ocorrer simultaneamente. Crises e guerras podem apresentar-se como um sistema dialético de causalidades: causas, efeitos, causas, etc., agindo em circularidade, isto é, reciprocamente. Corolariamente a guerra pode ser também

uma tentativa de superação de uma crise quando os expedientes “civilizados” a que recorrem os capitalistas – basicamente a concorrência, a ocupação de mercados – já perderam eficácia em termos de realização de mercadorias, impulsos endógenos à acumulação, etc. Há uma antítese possível nisso, porém: a guerra, como expediente último de saída de uma crise, pode redundar numa reprodução, em maior escala, da própria crise (a guerra das Malvinas), podendo ultrapassá-la ou não (também no caso em que a guerra é convertida no oposto da ultrapassagem da crise segundo a ótica e os interesses das forças do capital: uma revolução). Se ultrapassada, a crise se resolve em benefício dos promotores da guerra, ainda que não de imediato. Foi isso que Trotsky não pôde ver, no seu Programa de Transição, em relação à Segunda Guerra Mundial, quando, não compreendendo bem o caráter dessa guerra, o contexto histórico da mesma e a correlação de forças e de possibilidades que ela abriria para o sistema capitalista mundial em acelerada mundialização sob o impulso do fordismo e da exportação de excedentes em praticamente todos os países do mundo, afirmando, ademais, o caráter unilateral de autodestruição da guerra (numa situação na qual esse perigo estava longe de ser um absoluto), deixou de ver naquela guerra uma saída para um mais rápido processo de reprodução do sistema capitalista à escala mundial.

Mas a guerra pode voltar-se contra os seus promotores, que almejavam, com ela, ultrapassar uma crise econômica, social e política, como aconteceu na Argentina de Galtierri, em cujo caso os efeitos desastrosos da guerra (uma humilhante derrota para a Inglaterra de D. M. Thatcher) reproduziram a crise; ou no caso da própria Rússia, na qual a guerra e seus efeitos puderam ser convertidos em fatores da revolução. Por tudo isso, devemos ficar com a formulação mais ampla de Lênin, a que prescreve “*uma crise política das classes dominantes*”, por se tratar de uma formulação abrangente que pode conter uma crise econômica aguda, uma guerra em condições adversas, ou as duas coisas simultaneamente, num sistema de causalidade dialética.

Nos dias de hoje, estamos assistindo reiterados processos de constituição de situações revolucionárias – uns mais completos, outros nem tanto, uns em avanço ou em alta velocidade de



constituição (Grécia), outros sendo desmanchados ou apenas sendo retidos (o Brasil, até bem pouco), outros seguindo marcha lenta, mas sem perspectiva visível de retorno (o Brasil de agora), outros mais sem perspectiva a curto prazo (EUA, Japão, etc.) –, os quais, independentemente do grau de avanço e constituição delas, são, na sua quase totalidade, derivados de uma profunda crise econômica que está-se tornando, e rapidamente, um processo planetário. Mas pode acontecer que se desencadeiem situações revolucionárias mais complexas, daí porque a formulação de Lênin, sendo abrangente como é, não é só a única como a mais adequada para a definição dessa lei. Fiquemos com ela.

6. Uma Situação Revolucionária tanto pode, em princípio, avançar como pode, enversamente, ser desmanchada

Quando Lênin enuncia que nem sempre uma situação revolucionária pode desaguar numa revolução (insurreição), a reversão da situação revolucionária está implicitamente admitida no enunciado, muito embora o próprio Lênin não tenha se detido sobre essa questão particular e da máxima importância.<sup>7</sup>

Um fenômeno só acontece quando existe seu pressuposto, que é objetivo, interno a si mesmo, produto do amadurecimento de suas contradições endógenas. O pressuposto de uma revolução é uma situação revolucionária, mas o pressuposto não é, de si e por si, o fato consumado e completo. Um pressuposto pode ser desmanchado como pode ser, em via inversa, potencializado. Só uma visão extremamente dialética pode captar e compreender isso, e, desde já, é impossível essa captação por parte daqueles que portam visões e concepções empiristas, estruturalistas, positivistas,

---

<sup>7</sup> No *Por uma CUT Livre*, N° 2, existe uma farta e minuciosa demonstração de um exemplo desses, ocorrido no Brasil entre os anos de 1977 e, aproximadamente, 1981, quando os últimos governos militares, sobretudo os de Geisel e Figueredo, percebendo, mais por instinto de classe do que pela teoria, a confluência de fatores que começavam a formar uma situação revolucionária, resolveram interferir, com êxito, desmanchando tal confluência, portanto, também, a própria situação revolucionária, à base de um projeto político que cumpriu estágios sucessivos: “Distensão”, “Abertura”, “Nova República” e “Democracia”, com base em eleições diretas.

funcionalistas, etc. Temos, pois, aí mais atrás, uma primeira afirmação que já se dispõe contra o dogma ou qualquer inclinação a posturas lineares ou mecanicistas.

Uma disposição ou um pressuposto de um fenômeno, entre os quais uma revolução, tem de estar em estado de coesão e complementação interna, o que equivale a dizer que os seus aspectos e elementos constitutivos não devem encontrar-se em estado de desarticulação, mas, opostamente, costurando-se em processo de unidade – pelo menos a partir de certo grau. A desarticulação de seus elementos constitutivos, a partir de certo ponto, pode descosturar o processo e impedir a sua conclusão e eclosão, postergando-a. Aquém desse ponto, uma intervenção providencial em alguns ou nos demais aspectos e na recuperação direta de um dos sintomas fundamentais pode restaurar a confluência orgânica da totalidade sob processo de formação como tal. Como não existem fórmulas capazes de “resolver”, de uma vez por todas, todos os casos de restauração possíveis, só a perspicácia teórica e a conseqüente iniciativa política podem, diante de cada caso, revelar onde e como deve-se agir para o fortalecimento da organicidade e da realização (eclosão) completa do fenômeno – ou para se compreender se as condições para uma tal intervenção estão dadas. Como sugeriu Engels, no momento da Comuna de Paris existiam condições, quando não para a conclusão de uma revolução socialista, pelo menos para o fortalecimento da revolução para além do que foi posto em prática pelos trabalhadores parisienses e suas lideranças – como, por exemplo, marchar sobre Versalhes, vencer Thiers e multiplicar o ato revolucionário.

Em momentos nos quais se combinam os elementos constitutivos de uma situação revolucionária objetiva e as condições de interferência, a própria situação revolucionária pode ser reproduzida à escala – como pode, em sentido adverso e oposto, ser desmanchada. Eis aí o antídoto contra concepções voluntaristas, daquelas que se propõem a despachar determinados elementos pretensamente decisivos ou de potencialização, quando essas condições efetivamente objetivas ainda não estão dadas – o pecado capital dos foquistas e coisas do gênero. A análise não pode, pois, permanecer nos limites gerais colocados por Lênin (que não estava a

formular soluções de casos, mas a definir uma lei geral) no caso em que estejam corretos os pressupostos. Deve ser levada adiante e resgatar toda a complexidade de cada caso, pois os casos particulares, que inclusive podem trazer aportes empíricos novos para o desenvolvimento dessa teoria (como acontece com toda teoria), contêm a lei geral, que constitui a sua essência, e o conjunto de elementos constitutivos particulares seus – os quais, somados à sua essência (núcleo do fato), formam a sua totalidade, com sua parte essencial (a lei) e sua parte fenomênica.

Em termos dialéticos gerais, passa-se ao terreno de análise dos processos em geral: quando e como processos de ruptura podem passar adiante ou podem sofrer inflexões e revezes em face, no primeiro caso, de completação orgânica de seus pressupostos e, no segundo, de dispersão de referida organicidade – organicidade entendida, como já foi assinalado de passagem, não como uma totalização endógena linear, mas a confluência necessariamente contraditória em progresso de sínteses progressivamente superiores, de aspectos e disposições produzidos pelas contradições que impulsionam a situação (disposição) de ruptura de um processo dado na perspectiva de um estágio superior. Por certo que é admitida aqui a possibilidade de que os pressupostos sejam negados, autonegados, mesmo existindo em grande densidade, por força de contratendências também internas e imanentes ao processo, contratendências que funcionam eficazmente na quebra da referida organicidade da totalidade em regime de constituição para a ruptura.

Como afirmamos no início deste item, quando Lênin diz que nem sempre uma situação revolucionária desemboca numa revolução (insurreição), a ideia de uma inversão da situação revolucionária pode estar embutida nessa sua formulação, mas, infelizmente, ele não só explicita teoricamente essa possibilidade como recorre – tal como será visto mais adiante – a conceituações que na verdade bloqueiam a ação do elemento subjetivo nessa direção, sendo esse um dos aspectos sobre os quais a nossa crítica mais recai.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A nossa crítica se apoia, em parte, como já foi e ainda será visto, em algumas críticas feitas por Karl Korsch ao embasamento filosófico de algumas formulações claramente *deterministas* e mesmo *naturalistas* de Lênin (como de Engels). Essas críticas de Korsch estão, no que se refere a algumas das formulações materialistas de Lênin, no essencial corretas, fato este que é ressaltado por muitos analistas e comentaristas marxistas. Todavia, esse acerto de Korsch não autoriza a ninguém – muito menos a nós – a

## 7. A Questão da Maturação do ato Insurrecional

É chegado o momento de voltarmos com ênfase maior a uma questão da maior importância acerca das possibilidades políticas dessa teoria formulada por Lênin, a definição de uma lei mais precisamente. Já vimos: nem toda situação revolucionária converte-se em revolução. Todavia, não pode existir revolução sem que ela parta de uma situação revolucionária. Logo, a situação revolucionária é pressuposto, embora insuficiente, de uma revolução. Mas a própria situação revolucionária, conforme nos revelou Lênin, também possui os seus pressupostos, ou seja, aquelas três ordens de fatores conjugados ou confluentes, sem o que não existirá nem situação revolucionária e nem, conseqüentemente, revolução. Dessa forma, é mister que haja confluência, ponto de partida para que estale uma revolução. Segue daí que uma revolução simplesmente não pode acontecer em qualquer tempo, momento, instante ou estágio de desenvolvimento de uma sociedade – como muita gente pensa, ou seja, na possibilidade de “criar a revolução”.

Há, pois, um tempo para a revolução, um tempo social. Conclui-se, por conseguinte, que a revolução não é atemporal, não é um processo que acontece em um tempo qualquer, linear ou estático e isolado, mas que possui suas determinações temporais – um tempo social e politicamente determinado. Em outras palavras, existe uma

---

aceitar o seu marxismo como totalidade e nem, muito menos, o seu pensamento **político**, na verdade eivados de equívocos. Mesmo no âmbito de seu pensamento **filosófico**, é fácil encontrar uma superestimação do hegelianismo na formação do pensamento de Marx. Num desses casos, Korsch quase que restringe a evolução do pensamento de Marx a uma metamorfose que deriva quase que exclusivamente da filosofia de Hegel, quando se sabe que essa evolução resultou de uma totalidade muito maior de influências e de processamentos próprios do que isso. Por outro lado, existem passagens na obra filosófica de Korsch – por exemplo, em *Marxismo e Filosofia* – que demonstram uma influência muito grande, sobre ele, de Hegel, influência essa que o leva a supor uma autonomia quase completa das formas espirituais (formas de consciência) em relação à base natural e social. Nas passagens, mais atrás, em que citamos Korsch, procuramos eliminar essa possibilidade de equívoco, e é por isso que sempre conjugamos a solução dos problemas ideológicos, principalmente na fase socialista de transição, à solução dos problemas sociais – entendendo que a solução dos problemas sociais (relações de produção, eliminação do Estado burguês, etc.) constitui a base **necessária** para a solução dos problemas ideológicos, desde que constituem fonte primária destes últimos, muito embora (e aqui reside a nossa concordância com Korsch) a eliminação das heranças ideológicas não resulte automaticamente da eliminação de suas bases *materiais*, mas deva passar por um combinado trabalho de crítica teórica, com método próprio, como luta a ser travada também no terreno especificamente ideológico.

esfera antecedente do tempo social na qual a revolução, por não estar ainda madura, por não ter passado já por uma situação revolucionária, não pode acontecer (Ernesto “Che” Guevara morreu sem nunca ter descoberto essa verdade meridiana, enquanto que muita gente que segue viva talvez nunca venha a descobri-la!); ademais disso, e como corolário, existe uma esfera de tempo – um intervalo que não pode ser delimitado rigidamente pelo número de meses, semanas, horas, mas pela maturação empírica do processo de confluência dos fatores e momentos da situação revolucionária (e que por isso, aí sim, pode-se representar por uma esfera de tempo real, medido em semanas, dias, etc.) – na qual esfera (intervalo) a revolução pode acontecer. Esfera de tempo-duração (do processo) empírica e politicamente captável e que cabe à direção revolucionária “identificar” para interferir (senão, para que serve um partido?); como ainda corolariamente, e por suposto, existe uma esfera de tempo, que se dá depois da maturação, na qual a revolução já não pode acontecer, aquele tempo perdido, gasto no atraso do impulsionamento da revolução, depois que ela perdeu ou caducou o amadurecimento (inclusive pela ausência de uma direção), no qual os fatores que estavam em confluência podem não estar mais nessa disposição, seja por qual motivo for – um deles a ação providencial da classe dominante recomposta de sua crise política (fato que pode acontecer!), outro a superação de uma profunda crise econômica ou militar, outro ainda um brusco arrefecimento das ações de massa.

Assim, a direção revolucionária que não aprender a captar essa esfera de tempo, na qual a revolução pode estalar, e que, por conseguinte, não agir nessa mesma esfera de tempo certo empurrando as massas para transformar a situação revolucionária numa insurreição e numa revolução, não é uma direção que deva ser levada a sério. A situação revolucionária, a possibilidade do tempo certo da revolução, assim como conhecer a sua correspondente teoria e estar apto para captar a sua existência empírica no fato social, é o segredo de um partido revolucionário marxista. Aqueles que confundem essas três esferas de tempo, o tempo da pré-maturação, do tempo da maturação e o tempo da pós-maturação, não sabem dirigir e agem como “esquerdistas” no primeiro caso e como, no mínimo, indolentes no segundo – sem esquecer que é próprio dos

reformistas perderem, aqui por conveniência política, a oportunidade de impulsionar a revolução no seu tempo certo, o tempo da revolução.

Quando o próprio Lênin, nos últimos dias de Outubro de 1917, assumiu quase que pessoalmente o comando da revolução e, por dominar bem a sua própria teoria e o conhecimento dos fatos que se desencadeavam no cotidiano – processo geral e fatos do cotidiano eram processados conjuntamente pela mesma teoria e perseguidos pelo mesmo *feeling* –, marcou, com astuta precisão, até mesmo o dia mais maduro da e para a insurreição, ele agiu exatamente dentro das exigências políticas que emanam dessa teoria. É por motivos dessa ordem que a burguesia universal dispensa tanto rancor e deseja tantas mil mortes ao grande dirigente bolchevique; mas é também exatamente por isso, bem como pela extrema atualidade de seu pensamento e de seus desenhos táticos, que ele continua atual e segue imortal. Se o presente não dá nada por tudo, isso é porque a História não se contenta por pouco. Sua dimensão efetiva não é determinada nem se mede por décadas, mas por condições, circunstâncias e processos. Sua tessitura é dialética.

#### 8. A Teoria da Situação Revolucionária, a Teoria do Estado, a Questão da Dominação de Classe e a Revolução.

A concepção de situação revolucionária de Lênin está umbilicalmente ligada à concepção de Estado de Marx, Engels e dele próprio. Lastreia-se no princípio de dominação de uma classe sobre a outra. A concepção de situação revolucionária elaborada por Lênin, que é fiel à concepção de Estado de Engels e Marx, não admite como pressuposto, quando desdobrada, outra síntese que não seja a ruptura, como síntese completa, do estado de dominação, que corresponde, no caso, ao Estado do capital: *os de baixo não querem mais viver e os de cima não podem mais viver como até então*. O clímax dessa ambiguidade social é a ruptura revolucionária dessa situação e correlação de forças e situações específicas de classe – e o clímax do clímax dessa ambiguidade reside na quebra e na queda do

“velho governo”, com seu Estado, com seu Poder, com sua classe, tratando-se, evidentemente, da revolução socialista. Logo, a teoria da situação revolucionária de Lênin está umbilicalmente ligada à concepção verdadeiramente marxista de Estado, classe e poder tal como está posta em *O Estado e a Revolução*.

A dominação de uma classe sobre a outra, como aconteceu até aqui, é um pressuposto da manutenção de todo tipo de ordem que implica, como já foi assinalado, a exploração e a necessária subjugação – o que acontece desde o velho modo de produção escravista, passando pelo feudal, até o advento do capitalismo. Mas a subjugação ou dominação tem também seus pressupostos. Uma vez desmanchados esses pressupostos, a dominação já não pode ser assegurada. Eles tendem a se desmanchar dentro de uma situação objetiva, uma crise, uma crise profunda, e podem, dentro de determinadas condições e circunstâncias – entre as quais a intromissão de uma *persona-em-classe-para-sí* revolucionária – ser desmanchadas de vez e substituídas por uma estrutura social oposta à que estava inscrita em suas entranhas, no bojo de suas contradições uterinas, como uma possibilidade. Ela pode acontecer, e acontece efetivamente, sob vários aspectos e movimentos: conflitos paralisantes no seio da direção e da cúpula da classe dominante; um processo de corrupção generalizado e insustentável, capaz de desmoralizar por completo o governo da classe dominante – processo esse que nunca se dá sozinho –; a completa desatenção, seja por qual motivo for (inclusive por impotência sistêmica, como já acontece na atual etapa do sistema capitalista), pelas exigências mínimas relativas às condições de vida das classes trabalhadoras. Esses fatores, que imobilizam ou revelam a ação e o caráter espoliativo da classe dominante com seus organismos e suas instituições, diluem as condições de dominação e permitem vir à tona o seu contraponto: o sentido e o significado da negação da subjugação, da exploração, da opressão, etc., que trazem à consciência das massas as noções e o desejo de liberdade, iniciativa, autogoverno, violência organizada, insurreição. E tudo toma a forma de atitude dos “de baixo” contra os “de cima”: manifestações de vulto, greves, motins, a “desobediência civil”, a própria insurreição. É o que quis expressar, de maneira antecipada, intuitiva e sob forma

literária (a teoria da situação revolucionária de Lênin) o grande cronista da Comuna de Paris, Jules Vallet, quando escreveu:

Cegos e parvos os que acreditam que se toma o caminho das revoltas por amor à tempestade e pela vontade de sentir o cheiro da pólvora – que, contrariando a lenda, empesta em lugar de embalsamar, e peço o testemunho dos que a cheiraram, por pouco que seja. É preciso ter chegado ao desespero, por si ou pelos outros, e então se desce de sua mansarda ou se sai de sua choça, deixa-se sua biblioteca ou sua loja; não há mais trabalho, justiça, nada sobre o chão e o horizonte, e a guerra civil começa!

Foi isso o que Fidel Castro e o “Che” praticaram acertadamente, por pura intuição, na primeira vez (Revolução Cubana) e nunca mais compreenderam, sobretudo o “Che”, Regis Debray Etc. Cia., nas vezes seguintes (como no fracasso da guerrilha da Bolívia).

## 9. Uma Situação Revolucionária pode ser Monitorada

Lênin afirma que *“as mudanças objetivas ´independem´ da vontade dos distintos grupos, partidos e, até, classes sociais”*, ou seja, que a situação revolucionária, no caso, independe, por inteiro, da vontade de grupos e classes. Ora, não é exatamente isso o que a experiência brasileira e mundial, em geral, tem demonstrado no que se refere, sobretudo na atualidade, à capacidade de ação da burguesia em dissipar uma situação revolucionária em formação e confluência. Essa afirmação possui, como veremos mais adiante, implicações filosóficas. A burguesia não dissolve as premissas da lei, isso ela não pode fazer – porém, ela dissolve postergando a vigência da lei por um lapso de tempo variável. A experiência brasileira e a de alguns países, depois de Lênin, revelam que as classes interferem numa situação objetiva dada, se não bruscamente, mas sim paulatina e persistentemente, de tal maneira que essa intervenção passa a constituir, como veremos mais adiante, parte do próprio fenômeno em questão. E não se trata de interferir potenciando ou freando uma situação revolucionária em curso; na verdade, o elemento



subjetivo – e isso é que é o mais importante e teoricamente mais relevante e que está ausente na formulação feita por Lênin – também entra como fator constitutivo de uma situação revolucionária, porque entra, da mesma forma, como fator constitutivo dos fatos objetivos em geral, inclusive das suas próprias contradições que mais tarde, como tais, assomam. Em outras palavras, o elemento subjetivo não é um exterior absoluto aos fatos sociais objetivos, mas algo que se metamorfoseia, ao se inserir na engrenagem, em componentes dos fatos objetivos. Isso quer dizer que as decisões subjetivas, devidamente instrumentalizadas, podem ser objetivadas, sendo essa a sua metamorfose. Voltaremos ao assunto no último capítulo deste pequeno ensaio. Assim, e por enquanto, deve ser afirmado que o fato objetivo depende, em certa medida e grau, da vontade coletiva de uma classe segundo um projeto globalizado e bem instrumentalizado de interferência, a longo prazo, sobre o próprio fato objetivo.

No que diz respeito à possibilidade de uma inflexão conscientemente provocada num processo de situação revolucionária em formação, escreveu-se alhures que essa situação (uma situação revolucionária) chegou a ser esboçada – embora em estado embrionário – no Brasil entre 1977 e 1981, voltou a se apresentar, embora numa intensidade menor, entre 1988 e 1989 e poderia ter ocorrido, na situação de depressão deliberada (para queimar o capital excedente e obsoleto), na década de 1990. Desde 1974 para cá, o único desses fatores básicos (constitutivos de uma situação revolucionária) que permaneceu sem mudanças essenciais foi o nível de exploração e miséria das massas trabalhadoras.<sup>9</sup> Todos os demais fatores que deveriam estar entrelaçados a este sofreram maiores ou menores mudanças, e de tal maneira que quando acontecia que um ou outro se tornava mais presente e agudo, um ou outro (ou os demais) operava em sentido contrário, jamais coincidindo que as três ordens de fatores (definidas por Lênin) se desenvolvessem numa mesma direção. Foi isso o que impediu o aprofundamento do processo e da situação de desestabilização da

---

<sup>9</sup>Essa situação era a dos anos 1980; de lá para cá (ano 2000), essa situação mudou muito, para pior.

ordem capitalista brasileira, ou seja, o que fez com que ele não passasse nunca de uma situação apenas embrionária. Por exemplo, o pique da crise que culminou com a Frente Euler-Abreu-Magalhães (1977) não coincidiu com a onda de manifestações e greves de massas encabeçadas ou estimuladas pelas greves do ABC paulista, que, dessa forma não puderam encaixar-se nas brechas ou rachaduras “de cima”, pois vieram depois. Por outro lado, quando essas greves e o máximo de indignação e mobilização das massas trabalhadoras se fez presente, a “crise no topo” já tinha passado e a cúpula política da burguesia já tinha entrado em acordo, se unificado e posto em prática o seu projeto de dissolução da embrionária situação revolucionária: a Abertura. Tivesse coincidido a crise “do topo” de 1977 com tais manifestações de massas e – o que já existia – a situação de miséria crescente das massas, o desenrolar dos fatos teria sido outro; podia não redundar em revolução, mas certamente muitas escaramuças do tipo insurrecional teriam sido desencadeadas. Com a “Abertura” a festa acabou: a burguesia tomou as rédeas da situação e logrou abortar – controle que se mantém até os dias atuais – qualquer situação revolucionária sob processo de total confluência. Só agora, entre os finais da década de 1990 e os primeiros momentos do ano 2000, é que as três ordens e fatores voltam a marcar um encontro – o qual já aconteceu, novamente abortado, mas, certamente, não em definitivo, no Equador e que, na Colômbia, já vai mais longe; no Brasil está em perspectiva cada vez mais evidente, e assim por diante. Causa: uma crise talvez sem precedentes que ainda não atingiu seu ponto mais elevado.

Assim, para completar, a ação da burguesia, ou seja, a vontade organizada em classe, partido e Estado, pode desmanchar, por um período mais ou menos indefinido, uma situação revolucionária de maneira diferente de como é colocada por Lênin. A colocação de Lênin – “[...] a situação em que às mudanças objetivas acima enumeradas se agrega uma mudança subjetiva, a saber: a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo ações revolucionárias de massa o suficientemente fortes para romper [...] o velho governo [...]” – é ambígua e contraditória. Ela retira com uma mão o que oferece com a outra, à medida que reconhece explicitamente que a ação revolucionária das massas pode

ultrapassar uma situação objetiva, mas, na mesma formulação, supõe que a situação objetiva sempre já esteja dada, sem que na sua gênese e configuração entre a ação não só da classe revolucionária mas qualquer ação subjetiva de grupos, partidos ou classes sociais. Com efeito, deve ser notada a formulação sutil, mas relevante: a mudança subjetiva é apenas agregada ao fato objetivo, o que equivale a dizer que ela é exterior ao fato objetivo e que chega a ele depois, por agregação, nunca fazendo parte da constituição orgânica do mesmo. Este é, como tentaremos demonstrar mais na frente, um erro de formulação dialética que se insere no âmbito da teoria do materialismo histórico e, mais antecedentemente, na do materialismo dialético; erro que não está presente nos *Cadernos Filosóficos* (exame da Lógica de Hegel), mas que, estando presente aqui, traz graves repercussões políticas, numa prova, mais do que eloquente, de que política e filosofia mantêm estreitas relações, ao contrário do que pensam os cultores do movimento espontâneo.

No final de sua formulação, Lênin ainda escreve: *“De que se trata aqui é do dever mais indiscutível e mais essencial de todos os socialistas: o de revelar às massas a existência de uma situação revolucionária e criar organizações que correspondam à situação revolucionária e sirvam para trabalhar nesse sentido.”* Aqui ficam mais claros ainda os dois tipos de erro, tanto o da falta da devida conexão entre filosofia e política como da não antecedência – sendo que um resulta do outro. O erro teórico consiste em apartar o elemento subjetivo da constituição de uma situação objetiva, uma apartação abissal. Daí Lênin incorre no erro tático: as organizações revolucionárias só são criadas depois de constatada a situação revolucionária – à montante dela, nunca à jusante – e devem trabalhar no sentido dela – nisso residindo o erro da não antecedência, erro que talvez explique a demora do Partido Bolchevique e do próprio Lênin em reconhecerem a importância dos soviets (conselhos) como escolas por antecedência da revolução e do socialismo. Dentro de uma tal concepção, não poderia caber a ideia de um pré-Estado.

## 10. Os Problemas de Fundo (Filosófico) da Teoria da Situação Revolucionária de Lênin

Chegamos por fim às questões de fundo, vale dizer, às premissas de princípio que precipitaram a formulação de Lênin, em certos pontos, para fora do terreno da dialética. Essa discussão passa, a nosso juízo, por um balanço crítico-analítico de certas definições, entre as quais os conceitos amplíssimos de *realidade* e *objetividade* – já que foi o próprio Lênin, rejeitando o conceito da forma *física* da matéria (que é apropriado só no exclusivo domínio de estudo dos físicos), utilizada por certos “pensadores” para negarem a *matéria*, e, conseqüentemente, o *materialismo* (com a descoberta sucessiva de partículas cada vez menores da matéria, vale dizer, com a perspectiva sem limites da divisibilidade da matéria, esta “evaporar-se-ia” e o seu lugar seria de novo ocupado pela “*não matéria*”: Deus, o Espírito, os anjos, etc.), propôs que o conceito *filosófico* de *matéria* tivesse como traço definitório a sua característica mais universal, a *objetividade*.

A matéria teria, independentemente de seu grau de divisibilidade, de seu grau de “evaporação física”, um atributo sempre presente, o da *objetividade*. A intenção de Lênin era clara: sendo a matéria algo dotado de *objetividade*, Deus e os espíritos “superiores” estariam de novo expulsos da ontologia natural e social. Mesmo a infinitude da divisibilidade da matéria (aliás, provável) não facultaria a nenhum “espírito do Além” substituí-la: com ou sem divisibilidade infinita, a matéria é matéria, obra da Natureza, jamais obra de qualquer deidade ou coisa parecida. A metafísica e o idealismo filosófico estavam de novo reduzidos, na sua essência, a nada. Nada a obstar nessa profunda incursão filosófica de Lênin se ele não permanecesse só por aí. Reduzida a matéria ao seu traço mais geral – para nós inegável –, Lênin deveria ter ido mais adiante, tentando deixar a matéria livre de um reduzido reduto conceitual novamente atacável. O seu conceito, permanecendo unilateral, não lograva escapular de uma definição ainda ingênua e, na verdade, *naturalista*. Lênin deveria definir, ainda que sumariamente, vale dizer, filosoficamente, as formas gerais de existência da matéria, mesmo entendida na sua condição de categoria filosófica. Faltou à

sua caracterização o imprescindível acréscimo: a *matéria*, caracterizada pela *objetividade*, apresenta-se, na *realidade*, por meio de certas formas gerais de existência, desde que, além das formas “físicas” – as tradicionalmente tomadas pelo materialismo vulgar como as únicas formas “*materiais*” –, o mundo *material* e *objetivo* é também constituído de *relações, leis e processos*, os quais, não sendo propriamente “*materiais*”, (não são “visíveis” ou “palpáveis”) e nem sendo criações do Além nem da Ideia – ou, ontogeneticamente, das ideias – são “*objetivos*” e constituem efetivos momentos da *realidade*. Pode alguém negar que as *leis da crise e do valor, a mercadoria, as relações de produção, o valor de troca e o valor-trabalho* e o próprio *capital* como uma *relação social* (assim o define corretamente Marx), as *classes sociais*, por serem *categorias*, deixam de representar momentos constitutivos do *real concreto*? Se à lei do valor, por exemplo, não corresponder nenhuma forma de existência da *realidade* à qual “reflete”, então essa categoria estaria representando o quê? Uma fantasmagoria? Um nada? A troca de mercadorias pautada na equivalência de trabalho abstrato não é, na verdade, no plano real da atividade mercantil – e à medida que seja realizada – , uma coisa “irreal”, mas uma forma ou momento da existência. Se não fosse assim, a categoria (ou conceito) *lei do valor* não passaria de um enunciado metafísico, tão “real” como Zeus, Deus, o Espírito ou o Saci Pererê.

E assim chegamos à segunda categoria, a categoria *realidade*. A realidade não é formada só da *objetividade* dada por Lênin, a não ser que nessa categoria sejam incluídas formas de existência *ideacionais*, vale dizer, formas *subjetivas*. Na nossa maneira de ver, a *realidade* inclui as formas de existência “*físicas*”, as *relações*, as *leis* e, também, as *representações ideacionais*. Todas existem, inclusive as ideacionais, uma vez que nascem dos movimentos naturais e sociais concretos, e não do Além – como queriam Platão, Santo Agostinho, Hegel, etc. Já nos expressamos sobre isso mais atrás, mas vale repetir: os fatos ontogenéticos, naturais e sociais, existem e se põem diante da consciência dos homens. As suas manifestações chegam à mente dos homens através das *sensações*, as quais também são formas subjetivas de existência (Lênin afirmou, com razão, que as sensações são realidades fenomênicas) – desde que não

provêm do nada e nem caem do Céu. Uma vez chegadas à mente, as sensações são transformadas, pelo intelecto, em *ideias, conceitos, categorias, teorias*, outras formas derivadas de existência. Como negar que as ideias, assim geradas, não existem?

Até aqui falamos de ideias, formas de consciência, que provêm, como representações, de momentos reais da existência natural e social, mas existem também as formas *ideológicas* de representação, as fantasmagorias, às quais não correspondem nenhuma forma ou momento real do concreto: as ideias de Deus, Espírito Absoluto, Unicórnio, Saci Pererê, Zeus, Centauro, Mula sem Cabeças, etc. São, contudo, ideias que, como tais – e independentemente da não existência de nada de concreto que as criasse –, são criadas por motivos ideológicos e, uma vez criadas, passam a existir como ideias a povoar a cabeça dos homens e a cumprir um papel nela, formando e informando atitudes.

Então, para não cairmos no gueto da formulação simplista de Lênin, propomos definir a realidade concreta e objetiva em duas categorias básicas: as formas naturais e sociais, compostas de *materialidade* – independentemente da questão da divisibilidade da matéria –, as relações, leis e processos, que são também formas naturais e sociais e que se entrelaçam, no mesmo terreno, com as formas *materiais* da mesma natureza e da mesma sociedade, e as formas subjetivas de existência (sensações, ideias, conceitos, categorias, teorias, o senso comum, as ideologias), as quais, derivadas de formas concretas ou de fantasmagorias, também existem e ocupam a consciência (e o inconsciente) dos homens. Repetimos: Deus não existe, mas a ideia de Deus existe e reside na cabeça dos homens – independentemente de ser uma forma alienada, como de fato é. Aqui, o que de fato divisa o *materialismo* (dialético) do *idealismo* não é a questão da existência da “*matéria*” e das “*ideias*” – posto que ambas as coisas existem (segundo formas distintas de existência) –, mas sim a questão da fonte ontogenética: o mundo natural e social não provem, primariamente, das ideias, mas as ideias é que provêm do mundo natural e social.

As limitações teóricas que podem ser identificadas em algumas passagens de alguns escritos de Lênin – que não caracterizam a essencialidade de sua obra, como certos críticos

deliberadamente querem fazer supor – consistem, no que nos interessa aqui, em que não está ressaltado nesses escritos – como o que trata da situação revolucionária que estamos examinando – o fato de que as intervenções subjetivas sistemáticas passam também a se constituírem, quando objetivadas, em elementos desses fatores e situações objetivas e a compor, dessa maneira, ainda assim, as próprias leis, as quais nem por isso deixam de ser exatamente leis, determinações e sem, no mesmo tempo, perderem a objetividade e a flexibilidade a elas atribuídas pelo mesmo Lênin nos *Cadernos Filosóficos*. Assim, a impotência de grupos, partidos e classes sociais situada e qualificada por Lênin no contexto de sua teoria da situação revolucionária, vale dizer, diante da eclosão do fato objetivo de uma situação revolucionária dada, fica agora relativizada na mesma concepção acima corrigida. Mas aqui, na versão a nosso juízo revista, a vontade, o elemento subjetivo fixado ou convertido em objetividade, objetivada portanto, não passa a ser confundida com o livre arbítrio Idealista, mas também não desaparece na autoanulação absoluta dentro de uma visão acentuadamente determinista. A vontade, o elemento subjetivo, consciente, uma vez objetivado, incorpora-se na lei, no fato objetivo, o qual passa a ser, a um só tempo, objetivo e subjetivo, mas, em última instância, um fato objetivo porque lei, fato concreto, totalidade referencial-determinante.

Como pode pois o elemento subjetivo ser convertido e objetivado e passar a ser peça constitutiva do fato objetivo, da lei?

Vejamos pelo menos algumas modalidades – as essenciais – de possibilidades de que isso aconteça. Tratemos, em primeiro lugar, de uma objetivação *física*. Se a ideia se converte ideia é dessa forma objetivada e, como tal, sob tal (e nova) forma, ela é incluída num processo concreto e se torna, depois de uma maturação, fato objetivo, lei, determinação num processo, em instalações fabris e complexos industriais ou infraestruturais, etc., a objetiva. Uma e/ou várias ideias assim objetivadas podem fazer parte, por exemplo, do estoque, do volume e do circuito do capital (produtivo, mercadoria ou dinheiro), de grandes estoques de infraestrutura, etc., dando lugar à composição orgânica do capital (como relação e movimento), ao tempo de rotação do capital, influenciando no ritmo e nas turbulências

da acumulação e dos fatos econômicos em geral, incluindo as crises. Recorramos a um par de exemplos para ilustrar e, inclusive, para afastar a suspeita de uma formulação idealista de nossa parte. O processo da produção encontra-se, em dado ponto de sua evolução, em marcha como um fato-processo social. Em dado momento tal *processus* coloca na ordem do dia uma necessidade nascida de suas próprias entranhas (como fonte ontogenética das necessidades e das constituições subjetivas que delas emanam). Digamos que a necessidade assim posta na ordem do dia se traduza numa dupla e impostergável exigência: de um lado a criação de uma máquina nova ou a renovação de um tipo de máquina já em uso mas que tenha perdido suas melhores condições de manter elevada a força produtiva do trabalho; de outro lado a exigência de implantação de uma usina hidrelétrica, sem a qual a produção fatalmente sofrerá paralisações por problemas de escassez de energia. Nos dois casos, os fatos sociais (econômicos) concretos revelam problemas que reclamam soluções. É na busca dessas soluções que as ideias – num caso da máquina, no outro da usina – aparecem, como que sugeridas, nas cabeças dos homens: técnicos, cientistas, engenheiros, tecnólogos, inventores, pesquisadores, projetistas, etc. Ali, depois de percebidas as necessidades concretas, nascem as ideias das máquinas e da usina postas na ordem do dia pelo processo concreto. Essas ideias se desenvolvem no cérebro dos técnicos, etc., ganham corpo e, uma vez moldadas sob a forma de *projeto*, vão ser transformadas (as máquinas serão produzidas, a usina será construída), ou seja, objetivadas, em *coisas físicas* que, uma vez incorporadas no processo produtivo, vão fazer parte dele nos seus movimentos, ritmos e leis – mais acima descritas. Assim, o elemento subjetivo, agora metamorfoseado em elemento objetivo, porque objetivado, está dentro do fato objetivo, a produção capitalista aí incluindo uma fase de *boom*, de crise e, inclusive, de uma situação revolucionária.

Mas não é só dessa maneira que as ideias, uma vez suscitadas pelos fatos naturais e sociais, são objetivadas. Elas podem também ser objetivadas em instituições do Estado, em leis, em fatos políticos. Quando, por exemplo, entre 1977 e 1981, uma situação revolucionária estava em marcha no Brasil, os problemas daí resultantes suscitaram certas ideias gerais na cúpula da Ditadura, que



foram metamorfoseadas num *projeto* – que sofreu vários estágios adaptativos: “Distensão”, “Abertura”, “Nova República”, etc. e que ganhou corpo, depois desses estágios todos, incorporando-se ao fato concreto da situação revolucionária em andamento, fazendo parte dele no sentido de lhe dar outro curso, um curso que o levou à uma dissolução imediata (e, de certa forma, prolongada).

Mas ainda existe uma outra modalidade de objetivação das ideias; nesse caso, quer se trate de uma falsa consciência com correspondência concreta, quer se trate de uma ideia científica, quer se trate de uma *ideologia*.<sup>10</sup> É quando qualquer ou quaisquer dessas ideias, suscitadas por exigências sociais concretas, são sistematizadas e voltam, através dos meios de formação da opinião pública, à consciência dos homens alimentando neles atitudes – quer se trate de atitudes, por exemplo, que fortaleçam uma situação revolucionária, quer se trate de atitudes que a dissolvam.

Dessa forma – ou melhor, por meio dessas formas –, o fato objetivo, a lei, a determinação, os processos sociais, contêm fatos subjetivos objetivados – e esses fatos subjetivos não são, dessa forma, e ao contrário do que faz supor Lênin, meramente exteriores aos fatos objetivos; estão dentro deles, fazendo parte da constituição deles, embora não mais somente como forma ideal pura, mas na forma objetivada – materializada, institucionalizada ou internalizada. Assim, a ideia, a vontade, o elemento consciente interferem, não como querem os idealistas, mas da forma aqui ressaltada: interferem pela escala e pela maturação na sua metamorfose. É através de ideias convertidas em projetos que a burguesia tem interferido em situações revolucionárias – ou só em crises – detendo o ritmo delas, postergando-as, dissolvendo-as por certos lapsos de tempo (alguns sobremodo duradouros, outros nem tanto) – da mesma forma que é através de ideias também convertidas em projetos, só que em sentido oposto, que as classes populares

---

<sup>10</sup> As *ideologias* são ideias que, ao contrário das que derivam de sensações captadas desde os fatos naturais e sociais concretos e que, por isso mesmo, não provêm de sensações desse tipo, são criadas através de uma ação de propaganda encetada diretamente sobre a consciência dos homens, não sob a forma de conceitos e categorias – porque, se assim fossem, não seriam formas ideológicas, mas *científicas* – mas sob a forma de falsa consciência produzidas sistemática e conscientemente para propósitos de alienação, por parte, evidentemente, dos meios de produção e circulação criados e postos em ação pelas classes dominantes.

revolucionárias têm interferido e podem interferir em situações revolucionárias potenciando-as e levando-as ao clímax das insurreições e das revoluções.

Mas torna-se ainda necessário fazer mais uma distinção: uma coisa são as ideias que vão sendo incorporadas, mediante objetivações parciais, sucessivas e individualizadas, vale dizer, “no varejo”, aos processos concretos, e outra são as ideias que as classes, mediante projeto e formas de organização gerais – o Estado, no caso, da burguesia, o partido revolucionário e o pré-Estado, no caso das massas trabalhadoras – fazem intervenções maciças, massivas e globais, ou seja, “no atacado”, nos processos concretos. No primeiro caso, as ideias, que são objetivadas individual e sucessivamente, entram cumulativamente no *processus* concreto e não têm eficácia geral ou de curto e médio prazo na angulação dos referidos processos – elas apenas preparam o futuro do processo, paulatinamente, reproduzindo suas contradições, para seu desfecho final, que pode ser uma situação revolucionária seguida de insurreição e revolução ou, ao contrário, uma dissolução mais ou menos prolongada. Já no segundo caso essa eficácia aparece claramente: as intervenções socialmente organizadas podem provocar eclosões ou angulações gerais e a prazos programáveis. Então, seja como for o caso, o certo é que não é um absoluto que as situações objetivas, tal como foi explicitamente afirmado por Lênin, independam da vontade de grupos, partidos e classes sociais, como também não existe a faculdade de que essas ideias interfiram bruscamente e sem que venham a ser incluídas pela escala, maturação, pela base operativa que as suportem. Aqui estão igualmente anulados o voluntarismo, que é uma forma de idealismo, e o seu oposto, o determinismo, que cheira, no caso, a positivismo.

Agora nos surge uma questão, que é da maior importância: por que é que as intervenções dissolutivas da burguesia postergam as ações de eclosão das leis – como uma crise de superprodução ou uma situação revolucionária – mas não conseguem eliminar as próprias leis? E, opostamente, por que é possível ao partido e às massas concluírem, em determinadas condições e circunstâncias, a ruptura de uma lei dessas, isto é, a

sua superação revolucionária (alcançando uma síntese – uma forma de sociedade – superior)? No primeiro caso, porque a burguesia não pode negar a essência do próprio modo de produção capitalista: negar a lei da crise de superprodução seria o mesmo que negar a própria acumulação capitalista com todos os seus predicados – a mercadoria, a mais-valia, a exploração de classe, a ação da composição orgânica do capital, a concorrência, a queda tendencial da taxa de lucro, e assim por diante, até que esses processos todos, com todos esses seus predicados, alcancem, por suas contradições imanentes, o estágio de uma crise de superprodução e, mais tarde, o de uma situação revolucionária. Negar ou desmanchar tais predicados seria o mesmo que desmanchar ou negar o próprio capitalismo – e isso a burguesia nem deseja nem pode fazer. Por isso, ela pode apenas postergar crises imanentes ao modo de produção burguês, mas não negá-las; por isso, as dissoluções são apenas temporárias; por isso as crises e situações revolucionárias retornam – o que não quer dizer, como já foi demonstrado, que, uma vez de retorno uma situação revolucionária, o sistema despenque sozinho. No segundo caso – e aqui a resposta já está de certa forma dada – é por conta do grau de agudeza em que essas contradições retornam que o processo de ruptura pode, nas condições sociais e políticas já analisadas neste texto, ser concluído.

Vendo assim as intervenções subjetivas como passíveis de se tornarem elementos constitutivos de leis e determinações objetivas, desaparece aquela visão de que as intervenções conscientes só agem “naqueles momentos”, nos quais o fator objetivo “se abre em contradições perdendo a sua unidade” – ou então que, fora disso, as ações conscientes localizam-se tão somente por fora ou à margem de leis que seriam puramente “estruturais” e “objetivas”. E mais: a lei não deixa de existir; a lei continua a existir e a desfrutar de seu espaço e de seu tempo de maturação. A lei proíbe devaneios voluntaristas. Mas a lei possui também o seu componente subjetivo que se associa a seu componente objetivo, passando a compor uma totalidade concreta. A lei tem também o seu componente produzido pela ação consciente nos termos acima colocados. E, o que é mais importante, a teoria, agora, segue sendo materialista e dialética, certamente mais materialista e dialética porque mais completa.

As limitações teóricas atrás ressaltadas culminam com um seccionamento irreal entre a interferência reiterada, cumulativa e de longo prazo e a interferência “providencial”, aquela que se dá no clímax do processo rachado em contradições – que pode ser, no caso de uma situação revolucionária, um golpe da contrarrevolução (1905 na Rússia) ou a própria revolução (1917, na mesma Rússia). A burguesia, por exemplo, mesmo antes de proceder a uma interferência “providencial” – um golpe de Estado, por exemplo –, interfere no cotidiano sobre o fato, se está devidamente instrumentalizada, se possui um projeto e se as condições lhes são favoráveis. E aí as interferências subjetivas feitas dessa maneira vão soldar-se ao processo objetivo e reproduzir um todo que segue sendo essencialmente determinante, mas que não reduz a zero e nem anula a força dessas intervenções subjetivas num fato, por suposto, puramente “estrutural”.

O mesmo se dá com a ação do proletariado. Se ele conta, por exemplo, com uma base organizativa e política montada de antemão, ou seja, feita em conjunturas de lutas anteriores, ou ainda, se foi possível ao proletariado – necessariamente dirigido por um partido marxista revolucionário (pressuposto inarredável e *sine qua non*) – acumular essa base mesmo antes de uma situação revolucionária, a sua ação consciente reiterada pode influenciar no desenvolvimento objetivo da lei, que dessa forma não deixa de ser determinante mas também não deixa de contar com todos os seus elementos constitutivos. É isso que dá validade à ideia do pré-Estado, o qual, não obstante, e a depender de circunstâncias históricas – como vêm sendo as nossas (que, no entanto, começam a ser modificadas) – nem sempre pode ser criado de imediato ou com facilidade, podendo, em outras, ser criado e mantido. Existiram, estão existindo de novo e podem e devem voltar a existir, inclusive no Brasil, circunstâncias nas quais o pré-Estado poderia ter sido criado, pode sê-lo, está nascendo em embriões e poderá ou deverá voltar a existir e ser mantido em dimensões regionais, nacionais, etc. (como no caso mais recente do Equador, mesmo em não se tratando de um pré-Estado de base social essencialmente operária).

As limitações da teoria da situação revolucionária de Lênin têm base, como vimos, em alguns defeitos cometidos com categorias

teóricas do materialismo dialético, mas podem ter também uma forte influência do estágio histórico do capitalismo vivido por Lênin. Sem querer diminuir as evidentes lacunas filosóficas presentes nessa sua teoria – que convivem com grandes rasgos de genialidade nela encontrados (como a pura ideia de criá-la e desenvolvê-la) –, de fato ele não pôde conhecer e compreender, num capitalismo apenas inicial, os imensos meios e recursos de intervenção, sobretudo estatais e institucionais, que a burguesia dispõe, como *persona-em-classe*, nos dias atuais de capitalismo imperialista plenamente desenvolvido, como os imensos aportes de dinheiro e capital-dinheiro para fazer investimentos decisivos, as imensas possibilidades de uma imprensa e de uma mídia instantânea e à escala mundial, as novíssimas técnicas de propaganda e alienação, a potenciação de relações sociais agudamente fetichizadas, os estoques de armas (inclusive estratégicas), etc. – meios e recursos que potenciam, sem dúvida, a sua capacidade de interferir no fato objetivo nos moldes definidos neste capítulo do nosso singelo ensaio. Nem o Estado burguês tinha alcançado nem construído ainda, no tempo de Lênin, o corpo funcional que montou a partir da etapa da socialdemocracia.

Para finalizar, só precisamos ressaltar que Lênin coloca-se, do jeito que nos passou a teoria da situação revolucionária, em dois extremos ao mesmo tempo: de um lado, acentuado determinismo, como já demonstramos, que se choca com as ideias desenvolvidas nos *Cadernos Filosóficos*, nos quais procede a um magistral estudo de categorias dialéticas tais como *lei, essência, finito, infinito, relativo, absoluto* e outras tantas; de outro, e corolariamente, num indisfarçavelmente tom espontaneísta (tão estranho como ausente na obra de Lênin!). Determinismo por não ressaltar a ação consciente na co-produção da situação objetiva; espontaneísta exatamente por sugerir uma espera demasiada, por parte da direção revolucionária, pela configuração da situação revolucionária objetiva – o momento a partir do qual, e (só) em função do qual deve-se “*criar organizações que correspondam à situação revolucionária e sirvam para trabalhar neste sentido*”. Note-se que mesmo quando Lênin comete erros, ele nos deixa um rastro de lição sumamente revolucionária: ao afirmar a ousadia – um dever dos

revolucionários – de criar organizações “*que correspondam à situação revolucionária*” e que a impulsionem, ele está nos preparando para negar todo tipo de conservadorismo, como o que tem sido tão presente em certas “esquerdas”, que não deixam a forma-sindicato nem quando essa forma, no auge de qualquer situação revolucionária, estiver tão apodrecida que seja impossível a qualquer pessoa, munida de um mínimo de dignidade política, deixar de tapar o nariz diante do odor tão fétido exalado por um sindicato ao passar pela frente da sede de um deles.

## Ser e não ser: dilemas de classe numa época de crise estrutural

### Reforma ou Revolução?

Diz-se, com alguma frequência, que a classe operária já não tem mais um lugar preponderante na luta anticapitalista. Já foi dito até mesmo que o proletariado seria, em si e para si, uma classe “ontologicamente reformista” (GORENDER, 1999). Parece-nos então que analisar o sentido de uma posição desse tipo pode ser um bom caminho para darmos início ao que pretendemos desenvolver acerca do tema, mesmo que nos limites de um breve comentário, como o que agora segue.

Iniciamos então já sugerindo que um axioma como esse acerca da classe operária contém tanto um erro teórico como um erro histórico. O “deslize” teórico consiste em que o tal “analista social”, desconsiderando a possibilidade de existência de dois momentos opostos num mesmo ser, anula um desses momentos em benefício da afirmação, como um absoluto, do seu oposto. A totalidade do ser social em questão é sacrificada e a sua condição de existência é congelada em apenas um dos seus aspectos e, por conseguinte, apanhada de forma caricata. O referido enfoque deixa então de ser dialético e assume uma característica típica de uma abordagem mecanicista, e, nesse caso, com um forte viés idealista. A mutilação dos opostos num mesmo ser social praticada nessa análise, na medida em que projeta a expectativa de atuação do proletariado apenas com base em seus anseios mais imediatos, substitui o materialismo dialético por um idealismo estancado,

cindido e (aí sim) reformista, e esse reformismo que emerge agora não é, de maneira alguma, inerente à classe operária, mas (isso sim) ao autor da análise, no caso o “companheiro” Jacob Gorender.

Percebemos aí que o egrégio autor não admite que a classe operária possa sustentar uma ação reformista em determinado momento da luta de classes e, num outro, no qual as contradições sociais vêm à tona com todo o seu vigor e a correlação de forças lhe seja mais favorável, essa mesma classe operária possa assumir uma luta claramente anticapitalista e pelo socialismo.

Com efeito, procurando na História os movimentos da classe operária, ver-se-á que ela já empreendeu, sim, movimentos vigorosos de caráter nitidamente revolucionário, como foram os casos da Comuna de Paris, da Revolução de Outubro na Rússia e da Guerra Civil Espanhola, só para ficarmos em alguns dos exemplos mais notórios. Dessa forma, uma breve recorrência à história revela o segundo erro cometido por Gorender em sua avaliação, um tanto negligente, da condição de classe do proletariado.

Devemos avaliar um pouco mais de perto o elemento mais significativo dessa caracterização feita pelo historiador soteropolitano de origem, mas radicado em São Paulo. Ao partir da matriz ontológica de constituição das classes sociais, pensamos que a condição objetiva e ao menos “virtualmente” revolucionária da classe operária é mais uma vez confirmada. Admitindo que o ponto de partida dessa ontologia resida exatamente nas relações sociais de produção, historicamente constituídas, parece-nos um tanto óbvio reconhecer que tais relações expressam uma contradição antagônica que já está presente na gênese do processo de formação das classes e que, portanto, estabelecem os elementos por meio dos quais a própria existência material das mesmas define a impossibilidade de conciliação dos interesses entre elas. Isso quer dizer então que, tomando os seus elementos ontológicos, a partir do materialismo histórico, os interesses de classe (entre a burguesia e o proletariado, por exemplo) são irreconciliáveis.

Por outro lado, é forçoso reconhecer também que essa condição ontológica de antagonismos não nos autoriza a afirmar que toda e qualquer ação da classe operária tenha, em si e por si, um sentido revolucionário. Também qualquer rápida análise da história



pode evidenciar diversos exemplos nos quais a ação dos sujeitos reais e concretos foi marcada por tentativas de escamotear, negligenciar, velar, ou mesmo subverter os elementos que caracterizam essa contradição. Processos de cooptação, por meio de instrumentos ideológicos ou mesmo por meio de uma pura e simples concessão de vantagens pessoais, fizeram com que, em diversos momentos históricos, as características ontológicas do antagonismo de classes fossem subordinadas às vicissitudes advindas de ações realizadas de acordo com os interesses daquelas classes que se locupletam em sociedades desse tipo.

Há ainda presente nesse debate a possibilidade de analisar a questão com base numa perspectiva que não reconhece a existência das classes sociais a partir da divisão do trabalho, todavia é importante salientar que quando, sob esse viés, nega-se que a classe encontra o seu ponto de partida ontológico nas relações de produção, cai-se na afirmação de uma vaga "autoconstituição" *a posteriori* e que resulta em postulados como o de que "a classe (só) se faz na luta", ou ainda por meio de "processos de formação autônomos", exclusivamente culturais e/ou marcados pela livre escolha dos indivíduos. Assim, cabe-nos redarguir: se é só "na luta" que a classe operária se constitui, a sua formação passa a ser, de ponta a ponta, um processo puramente subjetivo – a contradição objetiva desaparece e o terreno analítico, político e ideológico fica pronto para quaisquer mistificações. Se o momento objetivo fundante é anulado, ou mesmo minimizado, o questionamento e/ou afirmação da sociedade de classe passa a ser obra exclusiva de uma subjetividade "desterrada", marcada por juízos morais e/ou por atos de volição definidos de acordo com critérios formalmente idealizados.

De todo modo, uma análise dialética dessa questão parece-nos incontornável. E é nesse sentido que reafirmamos o entendimento primário de que as classes se constituem a partir da divisão social do trabalho e das relações sociais de produção, portanto, historicamente constituídas; e, com a classe operária não é diferente — ela se constitui aí e aí desenvolve as condições para a sua tomada de consciência, construindo identidades e forjando o(s) seu(s) projeto(s) político(s), na medida em que se desenvolve a

própria luta de classes, que, por sua vez, desde já estabelecida pela condição ontogenética de produção da vida material, no caso da relação-capital, opõe proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho. Embora esses não sejam os limites para compreensão do que podem ser as classes sociais enquanto resultado histórico, certamente é daí que devemos partir para entender como se estabelecem as relações de conflito e as possibilidades de superação revolucionária das sociedades de classes.

Para dar continuidade a essa discussão e delinear um pouco melhor os dilemas e desafios históricos colocados para a classe operária no período contemporâneo, achamos importante e mesmo necessária uma breve retomada de alguns elementos da trajetória recente da sociedade do capital.

### Retomando um pouco da História Recente do Capitalismo

Amiúde, a trajetória histórica do capitalismo tem sido dividida em três grandes períodos: um que vai da revolução industrial e das grandes revoluções burguesas à dobrada do século XIX; outro que vai do início do século XX (fase imperialista, da consolidação dos monopólios, trustes e cartéis) até os anos 60/70 do mesmo século; e outro que vem dos anos 1960/70, com a clivagem marcada pela grande crise de 1973/75, aos dias atuais.

O primeiro momento é comumente descrito como aquele em que o capitalismo ultrapassa a manufatura e inaugura a produção mecânica, com o advento da máquina a vapor e da máquina-ferramenta. Esse período começa a esgotar-se a partir dos anos 1890 e se encerra nas primeiras décadas do século XX. De fato, a partir daí, morta a fase do “capitalismo de livre concorrência” e já trilhando a segunda etapa, verifica-se a predominância dos monopólios e a formação de um capital financeiro como resultado direto da fusão do capital bancário com o industrial, bem como a disseminação do taylorismo e do fordismo, promovendo reformas nas plantas fabris, nas máquinas, nos métodos e no modelo de gerenciamento da produção que, associada a um contexto de mundialização da

plataforma de produção e de mercados consumidores, vai dar sustentação a uma larga conjuntura de expansão do padrão de acumulação capitalista, como veremos mais adiante.

Crescem nesse período as taxas de mais-valia, de lucro e, ao menos nos países centrais, também crescem os salários médios pagos aos trabalhadores — estes como consequência direta das pressões operárias em meio ao aumento da demanda pelo uso intensivo da força de trabalho.

Assim é que, para que seja possível manter em elevação as referidas taxas de lucro e de expropriação da mais-valia em âmbito privado, se desenvolve um processo crescente de transferência para o Estado dos investimentos necessários à montagem de uma ampla infraestrutura na produção, na distribuição de matérias-primas e auxiliares e na circulação e armazenamento de mercadorias.

O acréscimo de inversões na montagem desse *chassi* (CARVALHO, 2012) necessário ao capital vem acompanhado de dois movimentos específicos. O primeiro deles, ainda de cariz essencialmente econômico, está relacionado ao estabelecimento do próprio padrão de acumulação de caráter fordista, por meio do qual a ampliação da atividade produtiva pressupõe a necessidade de ampliação constante da base material para a realização das mercadorias produzidas. Dessa forma, o estabelecimento do chamado “pacto fordista” cria as condições para que se desenvolva um ciclo de crescimento da massa salarial como resultado histórico da instituição desse padrão de acumulação capitalista. O outro elemento, que se desenvolve em interação dialética com o primeiro, possui um viés político mais claramente perceptível, uma vez que está relacionado ao aumento das demandas apresentadas pelo movimento operário que, em boa parte da Europa, colocava a revolução social enquanto perspectiva iminente. Como resultado dessas pressões, e tendo em vista a possibilidade de cooptação de segmentos organizados da classe trabalhadora para incorporação dos pressupostos do “pacto fordista”, florescem os elementos daquilo que foi chamado de *welfare state*, ou “Estado de bem-estar social”. Como corolário desse movimento, com a participação de representantes dos trabalhadores na gestão do Estado e mesmo em conselhos de administração de empresas capitalistas (co-gestão),

inaugurou-se na Europa aquilo que foi chamado de modelo de gestão “socialdemocrata”.

Esse conjunto de medidas, aliado às formulações de política econômica de viés keynesiano e contando com a forte influência política do anestésico stalinista à luta de classes, amenizou a radicalidade das lutas operárias e deu um fôlego novo à reprodução do sistema capitalista, possibilitando inclusive a subordinação de novos rincões do planeta às relações de produção e consumo impostas pelo capital. Foi sobre essas bases materiais e também político-ideológicas que o capitalismo pôde crescer por algumas décadas consecutivas conhecidas como “a época de ouro do capital”.

No bojo de uma conjuntura tão especial, verifica-se o início e também o desenvolvimento de um amplo processo de cooptação de lideranças políticas e/ou sindicais dos trabalhadores alçados que são aos postos decisivos de gestão do Estado. Alguns desses transformaram-se inclusive em personalidades históricas dos seus países, como foram os casos de Willy Brandt e Olof Palme, que tornaram-se primeiros-ministros da Alemanha, da Suécia, respectivamente.

Contudo, e apesar da euforia dos “anos gloriosos”, a partir do final da década de 1960 e início dos anos 1970, novamente a produtividade do trabalho entrou em declínio, a taxa de lucro precipitou-se, as lutas operárias voltaram a se radicalizar e o capital passou a conhecer a sua primeira crise sistêmica e sincronizada à escala mundial, marcada por uma onda longa de declínio das taxas de lucro.

Num trabalho publicado originalmente ainda na década de 1970, o economista Ernest Mandel (1982) já chamava a atenção para a desaceleração da economia capitalista mundial. Posteriormente, também outros autores, como o francês François Chesnais (1996) e o húngaro István Mészáros (2002), mesmo com abordagens diferenciadas, voltaram-se a essa caracterização abordando aspectos novos de grande relevância: Chesnais centrando sua análise na financeirização da economia e Mészáros na incontabilidade e autodestrutividade do próprio capital. Todos, entretanto, concordaram que essa desaceleração no conjunto da economia mundial, que agora já dura cerca de quarenta anos, é a expressão

direta de uma mesma e única crise de superprodução de caráter estrutural.

De início foi possível percebê-la por meio da forte recessão que veio à tona em 1973/74, mas, em seguida, a crise fez-se notar de várias maneiras e assumiu formas diferenciadas em momentos e lugares distintos, como uma crise financeira aqui, uma crise monetária ali, crise cambial acolá, etc., porém sempre combinando elementos estruturais, como queda da taxa de lucro, aumento da capacidade produtiva ociosa, altas taxas de endividamento e inexistência de novos mercados solváveis, com os fenômenos históricos locais.

A impossibilidade de garantir a ampliação do espaço de realização das mercadorias produzidas e o conseqüente obstáculo ao processo de reprodução ampliada é um dos componentes mais representativos do desenvolvimento exponencial do capital fictício, trazendo para a esfera da acumulação um nível crescente de especulação financeira que busca tornar possível subverter o processo de geração de valor transformando o D-M-D' em algo como D-D'. A esse respeito, Noam Chomsky chegou a citar numa entrevista:

John Eatwell, um dos maiores especialistas em finanças da universidade de Cambridge, calcula que em 1970 cerca de 90% do capital internacional eram utilizados no comércio e em investimentos de longo prazo, para fins mais ou menos produtivos; 10% eram usados especulativamente. Em 1990, esses números se inverteram: 90% eram empregados em especulações, 10% no comércio e em inversões de longo prazo. (CHOMSKY, 1999: 76)

Vale dizer também que, embora não sejam poucas, têm-se mostrado inócuas todas as tentativas de superação da crise, na medida em que, uma vez dado qualquer impulso de retomada do crescimento, o movimento conseqüente acentua as próprias contradições originárias, uma vez que o capital, que tenta soerguer-se, é o mesmo que, no seu movimento, repõe e impõe seu próprio e agora estreito limite para uma reprodução ampliada. Com isso, a tendência geral de queda da taxa de lucro segue seu curso estruturalmente estabelecido. É isso pelo menos o que vimos

acontecer nessas últimas décadas e sem nenhuma perspectiva de que esse movimento de declínio tendencial seja contrarrestado.

Por outro lado, foi exatamente em busca de formas próprias de reação às consequências decorrentes dessa crise que o proletariado, em diversas regiões do planeta, levantou-se em lutas anticapitalistas já desde os anos 1960 e 1970. Ainda naquele período, os trabalhadores voltaram às greves e também às barricadas. O maior exemplo disso foi o vigoroso movimento de 1968, na França, onde cerca de 10 milhões de operários ocuparam as fábricas a partir de organizações como os “conselhos fabris”.

Embora marcados por lutas poderosas, os trabalhadores terminaram por ser derrotados naqueles primeiros embates e ali já se evidenciavam os sinais de que o *welfare state* estava nos seus estertores. Assim como a fase de *boom* promoveu as condições para o estabelecimento de um padrão específico de acumulação, a crise de então se encarrega de pôr um ponto final à experiência socialdemocrata, ao menos enquanto modelo político de gestão do Estado.

Mesmo sucumbindo, junto aos escombros da crise, a socialdemocracia mostrou-se capaz de legar aos seus modelos sucessores de gestão de políticas públicas e de Estado – tanto o neoliberalismo quanto o neocorporativismo – um dos seus mais contumazes expedientes, a cooptação, ou seja, a participação de trabalhadores em instâncias do Estado, quer na administração direta, quer no Parlamento, quer na gestão de empresas estatais, continuou a ser utilizada com frequência. Mas os tempos já são outros e mesmo a cooptação ganha novas características.

Acumulação Flexível e Reestruturação produtiva: um novo modelo de gestão e organização do trabalho

Os novos elementos da crise caracterizaram também os limites do padrão de acumulação baseado no pacto fordista. A necessidade de adaptar a estrutura de produção a uma realidade marcada pela impossibilidade de expandir continuamente os mercados consumidores determinou as características principais do novo padrão de acumulação, agora flexível:

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela [a acumulação flexível] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992: 140)

A “acumulação flexível” passa então a determinar como devem ser definidos os novos modelos de organização da atividade produtiva, sob a égide de uma crise que já não dava nenhum sinal de arrefecimento. Como o fordismo mostrava-se extremamente ineficiente na medida em que a sua estrutura de produção impedia um rápido redirecionamento do fluxo produtivo ou mesmo uma alteração completa nos padrões de produção, o capital precisava então de novas alternativas.

Com as primeiras experiências realizadas na fábrica de automóveis da Toyota, no Japão, ainda na década de 1950 tem origem um novo modelo de gestão e organização do trabalho e da produção – o “Sistema Toyota”, ou simplesmente “toyotismo”; mas é como resposta às imposições da crise dos anos 1970 que essa experiência vai universalizar-se. Junto a esse novo modelo, desenvolve-se uma verdadeira revolução tecnológica marcada pelo recurso à química fina, à bioengenharia, à informática e à robótica, lançando ainda as bases de novas relações de sociabilidade a partir daquilo que foi chamado de *cyber.space*. (CORIAT, 1994)

Todo esse “complexo de reestruturação produtiva” (ALVES, 2000) proporcionou as condições para que houvesse uma elevação significativa dos níveis de produtividade do trabalho, ainda que esses não pudessem ser acompanhados da retomada do crescimento das taxas de lucros reais no conjunto da economia. O alto investimento em tecnologias de ponta, necessariamente poupadoras de força de trabalho, gerou, como contrapartida, uma ampliação estrondosa da composição orgânica do capital, nem sempre possível de ser compensada pelo aumento das taxas de exploração estabelecidas por meio dos novos parâmetros para organização do trabalho, que, calcados numa referência a unidades enxutas e flexíveis,

promoveram uma verdadeira “lioofilização organizativa”, (CASTILLO, 1996), recorrendo a expedientes como a terceirização e a horizontalização das unidades de produção.

A estagnação dos mercados internos das nações da OCDE se contrapôs ao aumento das importações dos países produtores de petróleo, fato que se inscreveu em um processo mais amplo de crescimento orientado da produção para os mercados externos. O “auge exportador” seguiu sua marcha ascendente ao longo das décadas de 1980 e 1990 e foi apresentado pela propaganda neoliberal como uma vitória da globalização. A liberalização do comércio impulsionada por empresas e estados dos países ricos acentuou a guerra comercial, e um de seus instrumentos privilegiados foi a arma tecnológica. Essa última cumpriu uma função dupla: por um lado reduziu os custos de mão de obra e de matérias-primas (bloqueando os aumentos de salários, aumentando o desemprego e reduzindo a longo prazo o poder de compra dos países periféricos) e por outro tirou do mercado as empresas “não competitivas”, tanto no centro como na periferia, causando concentração empresarial, desemprego e deterioração de economias regionais e nacionais. (BEINSTEIN, 2001: 112 e 113)

O neoliberalismo, uma das feições políticas dessa reestruturação produtiva, apesar de anunciado enquanto a melhor alternativa ao keynesianismo socialdemocrata, mostrou-se incapaz de enfrentar os dilemas postos pela crise e, ao contrário, só fez ampliar alguns dos seus sintomas estruturais, como o desemprego e a queda sistemática dos salários nas mais diversas nações capitalistas, a precarização das relações de trabalho e a retração dos mercados consumidores.

Há ainda que ressaltar o imenso ataque ideológico promovido pela burguesia, em virtude do ocaso do “socialismo real”, que teve como marco referencial a “queda do muro de Berlim”, ocorrido em novembro de 1989. A dificuldade de expressar claramente qual o sentido representativo do fim do Capitalismo de Estado no leste europeu para o seu projeto histórico, colocou o proletariado na defensiva e representou uma oportunidade para que a burguesia chegasse até a alardear o próprio “fim da história”. (FUKUYAMA, 1992)



Como resultado de tudo isso, a luta de classe do proletariado contra o capital passou a experimentar um significativo descenso que, em linhas gerais, vem desde os anos 1970 e perdura, pelo menos, até os primeiros anos do terceiro milênio. Esse descenso, todavia, tem um conjunto de determinações muito próprio, e exatamente por isso precisa ser entendido enquanto uma expressão dos desafios históricos enfrentados pelo proletariado em meio a uma crise capitalista de caráter estrutural.

Esse recuo, devidamente contextualizado, todavia, nos parece que não autoriza a afirmação de que a classe operária, por sua própria essência, não consegue ou mesmo conseguirá ultrapassar o estágio de uma leniente resignação que restringe o seu enfrentamento a um escopo meramente reformista e de convivência com o capital.

Pensamos exatamente de maneira oposta. O avanço das condições objetivas, promovido pela impossibilidade do capital responder à altura aos desafios da crise estrutural, como a tendência decrescente da taxa de lucro e ainda a inexistência de novos mercados a serem incorporados à relação capital, certamente coloca na ordem do dia a necessidade de desenvolvermos novos projetos de organização de classe que sejam capazes de trazer de volta as condições para que as situações revolucionárias, que estão surgindo sejam aproveitadas de maneira efetiva e consequente.

A compreensão de que a crise atual do capitalismo evidencia uma distinção qualitativa em relação às crises anteriores, permite-nos estender as consequências desse processo até o limite da capacidade histórica de intervenção da classe operária. Isso quer dizer que, mesmo não assimilando a ideia de que o capitalismo deverá ser sucedido por um novo modo de produção como resultado de uma improvável conferência internacional, ou mesmo como consequência, pura e simples, de uma catástrofe econômica, é importante perceber a amplitude do que se quer dizer com a caracterização de uma “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS: 2002 & 2009).

Assim é que, neste momento, exatamente como consequência própria dessa crise estrutural, em diversos rincões do

planeta, tanto no centro como na periferia, é possível perceber o delineamento de situações revolucionárias que se abrem frente à relativa fragilidade da burguesia em manter o atual estado de coisas. As experiências mais recentes, tanto na chamada “Primavera Árabe”, como nas manifestações em França, Espanha, Grécia, Portugal, Itália e também nos Estados Unidos, mostram-nos sinais de uma possível retomada nas lutas pela superação da ordem do capital. Ainda não é possível perceber com precisão quais os caminhos que serão trilhados por tais movimentos; entretanto, parece-nos incontestemente reconhecer que a retomada das lutas coloca o projeto histórico do proletariado em um novo patamar.

## REFERÊNCIA

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CARVALHO, Edmilson. *A cidade do capital e outros estudos*. Salvador: Arcádia, 2012.
- CASTILLO, Juan. *Sociologia del Trabajo*. Madri: CIS, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Segredos, Mentiras e Democracia*. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso – o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem Utopia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

## Uma análise da história do modo de produção capitalista no Brasil

Para resgatar um pouco de história, o Brasil começou a ser colonizado por volta do séc. XVI, em um período de franca expansão do comércio e das navegações europeias, que até então se limitavam à exploração terrestre, conforme coloca Caio Prado Júnior em sua *História Econômica do Brasil*. Isso só foi possível graças a uma revolução na arte da navegação e nos meios de transportes marítimos, possibilitando à Europa, que antes se limitava a curtas excursões em velhas rotas comerciais, iniciar assim as viagens ultramarinas. Sobre isso, Caio Prado Júnior nos diz que

[...] o primeiro passo estava dado, e a Europa deixará de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o oceano. O papel pioneiro nessa nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados geograficamente no extremo dessa península que avança pelo mar. (Op. cit.)

Todos os acontecimentos dessa época, chamada de período dos "descobrimientos", nada mais eram que uma parte da história do comércio europeu. Ou seja, a Europa já possuía uma vasta rede de trocas e comércio de mercadorias e especiarias com a Ásia e a África e agora se adentrava ao oceano, em busca da ampliação do espaço de realização e exploração de novas fronteiras, de novas terras e novos continentes. No entanto, foram sempre como traficantes que os europeus abordaram seus empreendimentos. Os portugueses, por exemplo, irão manter um forte tráfico com a costa africana (marfim, ouro, escravos) e na Índia irão buscar especiarias. Os espanhóis, ingleses, franceses e outros irão buscar novos caminhos para o

Oriente. A América, durante muito tempo, não foi devidamente valorizada pelos europeus, que interessavam, na verdade, expandir o seu comércio, não dando inicialmente atenção ao continente americano recém-descoberto, com vastos territórios primitivos e vazios. Sobre isso Caio Prado Júnior afirma que "[...] a ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum país europeu".

O fato é que já existia uma classe social com interesses claros e definidos estruturados no tráfico, na troca e no comércio de produtos, que propiciavam a acumulação primitiva e o lucro. Esse período, comumente conhecido como mercantilismo (séc. XVI e séc. XVII), foi a ante-sala do capitalismo propriamente dito. Na verdade, o sistema dominante na Europa na última fase da formação social feudal era baseado no acúmulo de divisas e metais preciosos, como também do entesouramento do Estado por meio do comércio exterior, de caráter muitas vezes protecionista, que acabou por fortalecer o colonialismo e propiciou o desenvolvimento industrial, que resultou na acumulação de capitais por parte da jovem e ávida burguesia. A colônia era assim, o que iria se estabelecer por todo o novo continente, mas não só nele. Uma política comercial agressiva vai ocorrer também na África e mais tarde também na Oceania. Mas essa discussão caminhou por muito tempo e não está ainda definitivamente resolvida pelo marxismo. Segundo Héctor Alimonda:

[...] A acumulação originária processou-se historicamente de formas diversas, de acordo com as condições econômicas e políticas de cada formação social em questão; suas características tornar-se-ão importantes determinações sobre a forma em que se efetiva o domínio político da burguesia e, portanto, sobre os estados resultantes, entendidos como cristalizações de um equilíbrio político entre classes dominantes e de uma articulação de formas de dominação de classes subordinadas. (*Acumulação Originária: Uma Revisão* - Codac - USP)

Uma longa polêmica também ocorreu na conceituação e caracterização sobre o período histórico anterior à acumulação original na Europa, que estamos aqui a descrever como período mercantilista. Essa questão, como nos sugere Alimonda, foi colocada de uma maneira inovadora no denso e profundo estudo de Perry Anderson:

[...] Foi a dinâmica do modo de produção feudal na Europa que aportou os elementos da acumulação primitiva do capital numa escala continental, e foi a ordem social da Idade Média que precedeu e preparou a ascensão das classes burguesas que a acompanhou. (*Linhagens do Estado Absolutista*) - Perry Anderson - citado por Héctor Alimonda)

O período, portanto, de estabelecimento dos estados absolutistas, corresponderá à crise do feudalismo. A classe dominante ainda continua sendo a nobreza aristocrática territorial, pois ainda estavam sendo mantidas relações de produção baseadas na servidão, em diversos graus e condições, como forma predominante de se estabelecer essa formação social feudal; ou seja, a presença da burguesia já se fazia na economia urbana em diversos graus. Mas, ainda assim, as relações de produção determinantes eram feudais, apesar de ser um estágio superior em que se originava e que deveria dar origem ao capitalismo. O conceito que se trabalha aqui é o de "acumulação originária" proposto por Marx, contido nos capítulos finais do primeiro tomo do *Capital*, como observa Alimonda:

[...] Não só nesse sentido a análise de Marx se afasta da economia clássica. Existe outra diferença fundamental, indício de que, para ele, não havia um corte tão abrupto entre lógica teórica e explicação histórica. Tratava-se, precisamente, de uma adequada complementariedade, a partir das necessidades peculiares de cada momento do trabalho teórico. (Op. cit.)

Assim, podemos também adiantar que, no *Capital* e em estudos outros, Marx coloca como pressuposto básico para a existência do capitalismo a ocorrência do trabalho assalariado e o capital. A existência de um desses fatores, ocorrendo isoladamente em uma formação social, não caracteriza o capitalismo, mas ele pode ocorrer em momentos de transição de uma formação social para outra. Há ainda os processos subsidiários, que, mesmo não sendo determinantes no processo de acumulação original, não deixaram de ter o seu grau de importância e articulação com os pressupostos básicos. Sobre isso, Héctor Alimonda afirma:

[...] O sistema colonial foi uma das fontes fundamentais da acumulação originária, e as críticas efetuadas às tendências circulacionistas não devem fazer-nos esquecer a significação desse elemento para o surgimento do capitalismo. A avidez europeia, se não teve como resultado direto o estabelecimento de uma produção capitalista em cada uma das metrópoles coloniais, inaugurou um período de intercâmbios internacionais (apoiados na ocupação de territórios coloniais ou, pelo menos, na presença de sua superioridade militar) e uma acumulação de capital-dinheiro que seriam fatores decisivos para o surgimento do domínio inglês. (op. cit.)

Portanto, para a acumulação originária do capitalismo foi necessário, dentre outras coisas, o estabelecimento do sistema colonial, que se fez assim como uma das principais fontes dessa acumulação. Aqui, o sistema colonial é visto como uma mola propulsora do capitalismo, que se desenvolve de uma maneira global, submetendo as colônias a uma determinada lógica de intercâmbios internacionais e garantia de uma ocupação dos espaços por toda uma estrutura externa política, econômica e militar. Assim, às colônias não era dado o direito de se articular de maneira independente, do ponto de vista econômico especialmente. Para elas existiam todo um mecanismo de subordinação às formações sociais europeias, que estavam a experimentar um novo modo de produção: o capitalismo. Além do que, esse viés de análise acaba por definir, *a priori*, uma total dependência da economia das colônias aos países da Europa, ficando assim, de antemão, fadada a não possuir internamente nenhuma dinâmica própria que possibilitasse uma acumulação originária, ou mesmo o estabelecimento de uma formação social específica, fruto de novas relações de produção provenientes de uma nova etapa de desenvolvimento social no seio das colônias, que vão liberar e pôr em movimento novos agentes sociais e, porque não dizer, novas classes sociais em luta.

As primeiras formas de exploração econômica das colônias foram as feitorias. A agricultura praticamente inexistia e o que predominava era a exploração da madeira, de construção e tinturaria (como foi o caso do pau-brasil), o comércio de peles e a pesca. As pessoas que saíam da Europa e vinham aportar no novo continente

procuravam abrigo e paz para suas famílias, bem como um alento para suas convicções políticas e religiosas. Elas queriam ainda se deslocar do centro das agitações e transformações da Europa, mas queriam, contraditoriamente, que esse continente fosse o prosseguimento do seu antigo habitat. Houve, portanto, dificuldades de adaptação dos colonos vindo do velho continente, principalmente para as áreas tropicais e subtropicais.

O estímulo à ocupação dos territórios serão os produtos encontrados fartamente no "Novo Mundo", tal qual o encontrado pelos europeus no Oriente, como a pimenta, que constituiu durante muito tempo o principal ramo de atividade comercial das repúblicas italianas com as Índias. A pequena produção de açúcar na Sicília se constituiu também em um produto raro e de grande procura por toda a Europa. A procura por produtos nativos, como o tabaco, o anil, o arroz, o algodão e tantos outros gêneros tropicais irá estabelecer uma relação de intercâmbio comercial mais duradouro com o "Velho Mundo". No entanto, a essa exploração extrativista seguir-se-á exploração agrária, tanto nas regiões temperadas da América do Norte, quanto nas zonas tropicais da América Central e do Sul. Realizar-se-á, portanto, uma produção em larga escala em grandes unidades produtoras (fazendas, engenhos, plantações), reunindo aí um grande número de trabalhadores. Começa-se assim a estabelecer também uma dura divisão de classe no continente americano. Por um lado encontrava-se o fazendeiro, senhor plantador, por outro, os trabalhadores subordinados e sem propriedade. Essa situação era por demais desconcertantes para parte dos colonos europeus recém-chegados à América, o que fez com que se adotasse a mão de obra escrava (índios nativos e negros africanos), muito embora, muitos colonos europeus tivessem que se adaptar à situação de trabalhadores, mesmo a contragosto. Em troca de transporte, muitos vendiam seus serviços por certo tempo. Outros eram deportados. Menores eram abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores e levados para a América, a fim de trabalhar até a maioridade. Isso, na verdade, não deixava de ser uma escravidão temporária, que só seria substituída definitivamente no séc. XVII, com a entrada maciça da mão de obra negra no continente.

Nas colônias tropicais, em especial no Brasil, não se chegou a

utilizar o trabalhador branco na produção agrícola; isso porque nem Espanha nem Portugal tinham população disponível em abundância disposta a emigrar a qualquer preço. As colônias tropicais tiveram um rumo diferente das de zonas temperadas, nas quais, mesmo havendo a mão de obra escrava, ainda existiam trabalhadores livres que adentravam o continente e se tornavam colonos proprietários e senhores. Enquanto no Brasil, ao que tudo indica, os negros africanos tenham vindo para cá já na primeira expedição colonizadora, em 1531, segundo Caio Prado Júnior, na América do Norte os escravos africanos foram introduzidos por traficantes holandeses na colônia da Virgínia em 1619. Portanto, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, diferente e mais complexa que a tradicional feitoria, apesar de manter ainda o mesmo caráter, pois destinava-se à exploração dos recursos naturais do novo território em proveito do comércio europeu. Sobre isso, Caio Prado Júnior coloca:

[...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (Op. cit.)

Aqui cabe uma análise mais pormenorizada, haja vista que na formulação acima transcrita, na síntese fornecida por Caio Prado Júnior, aparece uma instigante e corriqueira compreensão metodológica de abordagem da formação social brasileira, que, durante muito tempo, e ainda nos dias de hoje, persiste, de que o fator externo é que foi a única condicionante histórica determinante no processo de desenvolvimento da economia brasileira, isso desde



basicamente a publicação da *História Econômica do Brasil*, em 1945. Na verdade, se essa realidade é por demais plausível, ela não é de todo o procedimento metodológico único de se chegar a essência; talvez não seja, tampouco, o mais correto devido à forte influência ideológica da tradição stalinista presente no PCB e constante nesse enunciado teórico. Aqui está colocada claramente a visão nacionalista de dependência da economia colonial brasileira frente a Portugal, inicialmente, sendo substituída posteriormente pela dependência ao imperialismo ianque, por exemplo; conceito esse que será devidamente forjado por Fernando Henrique Cardoso e *Enzo Falleto*, quando estavam ainda a serviço da Cepal, mas não só por eles. Assim se estabelece desde então uma concreta necessidade de se romper com a dependência política e econômica de outro país. Nesse sentido, faz-se mais uma vez a reprodução de esquemas táticos e estratégicos, que se proliferam desde o início do séc. XX, em que se colocava bandeiras de conteúdo nitidamente reformista e nacionalista no processo de mudanças sociais.

Por um lado, do ponto de vista externo, concebia-se uma luta anticolonial em que a independência política e econômica do país passava a ser uma meta alcançável, meta essa dentro de uma perspectiva da luta nacionalista burguesa, e, internamente, defendia-se a necessidade de se mudar a estrutura fundiária, daí a defesa da reforma agrária. Na verdade, um espaço muito grande foi desenvolvido no sentido de caracterizar o campesinato como força fundamental no processo de desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Duas teses se manifestaram no universo intelectual daqueles que tentavam caracterizar a sociedade brasileira. A primeira delas afirmava que o capitalismo no Brasil teria emergido de uma formação econômico-social feudal, tal como ocorrera na Europa; tese essa defendida por Nelson Werneck Sodré e o PCB, dentre outros. No início dos anos 60 do séc. XX, em seu Manifesto-Programa o PC do B fala em acabar "com as formas feudais de exploração". Outro influente pensador dos anos 1960, Régis Debray, fala de "camponeses analfabetos [...] adormecidos há muitos séculos na 'paz social' do regime feudal", no seu livro *Fidelismo: A longa Marcha da América Latina*, citado por Ronald de Oliveira Rocha no seu artigo "O Capitalismo Mercantil de André Gunder Frank e Caio Prado

Júnior". A segunda tese afirmava que a sociedade era dual. Defendia essa concepção o *cepalino* Celso Furtado, dentre outros autores burgueses; concepção essa que também deixava marcas profundas em vários textos doutrinários do conjunto da esquerda reformista no Brasil. Os primeiros a ensaiar uma crítica a essas duas teses foram Caio Prado Júnior e André Gunder Frank, que, apesar de não combater a essência dessas teses, mas sim alguns pressupostos teóricos da estratégia nacional-burguesa, angariaram a grande simpatia por parte de intelectuais tidos como progressistas e a juventude estudantil.

Durante muito tempo o pensamento político e ideológico de diversos setores da esquerda brasileira esteve marcado pelas influências das obras de Caio Prado Júnior e também André Gunder Frank. Ambos traçaram críticas à concepção que afirmava ser a revolução brasileira de caráter meramente democrático-burguês, muito embora tivessem eles uma compreensão nitidamente reformista desse processo. Contudo, tanto um quanto o outro acabaram por disseminar nos círculos de esquerda e nos meios universitários a opinião de que "[...] a colonização teria sido desde o início realizada em moldes capitalistas". (Op. cit.). Sobre isso o próprio Ronald de Oliveira Rocha faz o seguinte comentário: "[...] Tenta-se eliminar a própria legitimidade de se investigar a formação do capitalismo e a história da revolução burguesa no Brasil pela pura e simples afirmativa de que a formação econômico-social brasileira teria sido capitalista sempre, do escambo aos dias atuais." (Op. cit.)

Caio Prado Júnior e André Gunder Frank tentaram assim realizar uma cirurgia "radical" que extirpasse todo e qualquer elemento que identificasse uma dinâmica própria ao processo econômico brasileiro. Caio Prado Júnior, em sua obra *A Revolução Brasileira*, refere-se ao "[...] capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram." (Op. cit.)

Já André Gunder Frank afirma que:

[...] é rastrear e explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil desde a sua colonização por Portugal no séc. XVI, e mostrar como e por que, dentro da estrutura metrópole-satélite do capitalismo

colonialista e imperialista, até o desenvolvimento econômico e industrial de que o Brasil é capaz, fica necessariamente reduzido a um desenvolvimento subdesenvolvido. (*Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina*, citado por Ronald de Oliveira Rocha)

Ou seja, o Brasil é assim capitalista, desde os tempos mais remotos de sua colonização, por conta de que esse desenvolvimento se deu aqui de forma “subdesenvolvida”, mas se deu. Convém destacar a confusão que se faz e a tentativa que se tem de se buscar uma formulação nova para o caso brasileiro: “capitalismo subdesenvolvido”. Na verdade, não deixa de transparecer todo um conjunto teórico que coloca o Brasil e demais países do mundo colonial ou atrasado no rol do eterno subdesenvolvimento, como se não fosse possível, mesmo no período colonial, uma diversificação em vários ramos da economia que pudesse e fosse capaz de alavancar todo um conjunto de forças sociais produtivas, até então adormecidas. Estas, mesmo estando em estado latente, ou mesmo numa natureza igualmente dormente, mas prestes a se despertar a partir do movimento pelo qual a força de trabalho humano, e só ela, se propõe a transformar a realidade natural e social existente. Assim, pensava-se que o capitalismo no Brasil veio-se estabelecer, em primeiro lugar, de maneira mercantil e depois industrialmente; isso porque ele teve origem no período mercantilista, presumidamente existente entre os finais do feudalismo e início do capitalismo, ou, como propõe Francisco Falcon em seu ensaio "Mercantilismo e Transição", num período de transição resultante do fato de que as formações sociais concretas possuíam estruturas econômico-sociais, políticas e ideológicas que não são nem mais feudais, nem podem ser chamadas de capitalistas, sendo, pois, formações sociais de transição. Podemos acrescentar a isso, que se pode ainda conviver com diferentes modos e relações de produção as mais diversas possíveis, tendo, entretanto, a predominância daquele modo de produção que puxa e canaliza os demais de forma determinante. Ainda assim, não se procura entender esse período como de natureza específica. Até mesmo as concessões de terras, por meio das capitânicas hereditárias e das sesmarias, que apareciam como um método e um costume do feudalismo, na essência já eram dadas

como um mecanismo capitalista para a posse e o povoamento das colônias, o que não deixa de ser um exagero, mesmo em se tratando de um sistema capitalista mercantil como se pretendia.

Essa cegueira teórica tem povoado as mentes e as penas de dezenas de pessoas que se propuseram a estudar e a analisar a formação social brasileira, em especial o período que antecedeu ao modo de produção capitalista, propriamente dito. O russo A. Karavaev em seu livro *Brasil Passado e Presente do 'Capitalismo Periférico'*, escrito num período mais recente, 1987, ainda insiste na sua abordagem inicial em afirmar velhas teses:

[...] O Brasil pertence ao número de países cuja economia e estruturas sociais se formaram sob a influência especialmente grande de fatores externos. Nas fases anteriores da sua evolução essa influência era inclusivamente dominante.

Desde o começo da colonização que para o terreno brasileiro foram transferidas muitas formas de organização econômica, política e social características a Portugal da época do feudalismo na sua fase avançada. E, embora algumas dessas formas tivessem de se adaptar às condições locais, as respectivas modificações eram realizadas e admitidas só quando não prejudicavam os interesses das classes dominantes da metrópole. (Op. cit.)

Apesar da tendência a se caracterizar a economia brasileira como sendo fortemente dirigida pelos tão propalados "fatores externos", uma pedra se coloca no caminho de todo aquele que insiste em formular conceitos e categorias de análise a respeito dessa economia. Trata-se do período da escravatura, que, diga-se de passagem, foi aplicada em escala ampla no Brasil e acabou, na opinião de muitos estudiosos do assunto, a ter um valor especial no conjunto das colônias das Américas. O escravismo colonial apresentou-se como um fenômeno gigantesco da época da acumulação primitiva e acabou mostrando-se como um sistema econômico por demais curioso, tendo inclusive sido adotado para outras regiões da América Latina e pelo Sul dos Estados Unidos. No entanto, poderosas forças produtivas, em um continente onde elas estavam efetivamente adormecidas, foram de fato despertadas,

mesmo por uma forma regressiva e totalmente atrasada de organização social do trabalho, em relação ao capitalismo, mas que puseram em andamento o motor da história no continente americano. Afora as experiências das formações sociais pré-colombianas, o continente americano só vai ter uma nova retomada no grau de desenvolvimento das forças produtivas com o escravismo colonial, que, do ponto de vista histórico, acabou por representar um salto a frente. Assim, o Brasil e demais países coloniais, que se desenvolveram pela via da escravidão, do ponto de vista do grau de desenvolvimento das forças produtivas, bem entendido do ponto de vista da sua história econômica, realizaram um salto dialético profundo, que fez com que, pelo trabalho escravo, se processasse a transição de uma sociedade tribal primitiva para o capitalismo. É lógico que esse processo não se deu de forma linear, nem tampouco numa progressão positivista; esse processo foi todo predominantemente cheio de contradições dialéticas qualitativas e quantitativas em uma totalidade totalmente adversa, mas que, por meio de saltos, crises e, especialmente, confrontos de classes, foi possível em cerca de três séculos realizar o que a Europa precisou de exatamente mil anos de feudalismo.

No escravismo colonial inexistia duas premissas básicas para a acumulação capitalista: trabalhadores livres e o capital. Essas premissas vão sendo supridas com a própria dinâmica da economia. A princípio, grande parte da produção visava ao mercado externo, mas convivia-se durante muito tempo com atividades aparentemente auto-suficientes, como, por exemplo, os engenhos. Neles produzia-se quase tudo que era necessário à demanda interna. Mesmo sendo uma economia bastante restrita, o engenho era capaz de articular outras regiões que acabavam por lhes suprir de produtos com os quais realizava um significativo empreendimento econômico. Esse processo não deixará de ser um momento importante da acumulação pré-capitalista.

As transformações econômicas se expressavam em sucessivos ciclos de desenvolvimento: o do açúcar e da pecuária (séc. XVI e XVII), o da mineração (séc. XVIII) e o do café (séc. XIX); a isso se somaram inúmeras outras atividades econômicas secundárias, como a produção de algodão, arroz, fumo e dos gêneros de subsistência,

ou mesmo ainda, as várias atividades extrativas (madeira e outros produtos florestais, etc.). Nesse contexto, Otto Alcides Ohweiler tenta criar um conceito “novo” para a caracterização da economia brasileira naquele período:

[...] A economia mercantil-escravista brasileira, compreendida as suas duas fases – a colonial e a nacional –, abrange o período histórico que se inicia com a descoberta do Brasil pelos portugueses, passa pela instituição do Estado Nacional com a Proclamação da Independência em 1822 e termina com a Abolição da Escravatura em 1888. (*Evolução Sócio-Econômica do Brasil* - Otto Alcides Ohweiler)

Ainda aqui se concebe a prioridade determinante em relações mercantis; na verdade, não deixa de ser uma transposição para os dias atuais dos esquemas desenvolvidos por Caio Prado Júnior e a utilização do mesmo método proposto – analisar a economia colonial a partir do fator externo. Mesmo assim, ele coloca que a ocupação econômica das Américas deve ser vista como parte integrante do processo de expansão comercial europeia. “[...] A estruturação da economia colonial na América desempenhou uma função de primeira grandeza como instrumento da acumulação primitiva que antecedeu o advento do capitalismo industrial.” (Op. cit.).

As formações sociais que antecederam ao capitalismo são por demais complexas e ricas em contradições e mediações dialéticas. Aliás, só o método do materialismo histórico criado por Marx podemos propiciar hoje em dia a compreensão de maneira mais aproximativa possível da realidade em que o capitalismo se originou. Esta, por sua vez, não pode ser vista como uma via de mão única, mas como um processo em que amplas possibilidades devem ser exploradas, analisadas e sistematizadas, para se compreender a dinâmica e a lei de funcionamento da natureza, devidamente modificada pela força de trabalho humano. Mas, para que essa tarefa seja levada a cabo de forma a não se perder o rigor teórico extremamente necessário ao conhecimento científico, devemos passar a limpo algumas leituras que se fazem presentes na historiografia econômica, sociológica e nos meios acadêmicos e

literários em geral; tidas, na maioria das vezes, devido aos renomados Doutores e PHDs que as elaboraram e as publicaram, como "verdades inquestionáveis", mas que, a nosso ver, não estão isentas de delongas e artifícios nitidamente ideológicos, pelo que nos propomos, dentro de nossas limitações, a passar as vistas criticamente em seus escritos.

Em primeiro lugar, não podemos deixar de levar em consideração a contribuição do sociólogo Florestan Fernandes. Este, muitas vezes tido como um dos principais quadros intelectuais de formação marxista do país, apesar da sua vasta obra, não deixou de lado teses antigas, que, em muitas vezes se combinam elementos oriundos de uma leitura leninista, a partir basicamente do que foi formulado em *Duas Táticas* com elementos do *Programa de Transição*, de Trotsky. Florestan foi ainda um dos formuladores mais aceitos do conceito de "capitalismo dependente", tendo a isso dedicado especificamente um livro. No entanto, no que se refere ao estudo da escravidão, coloca que muitos estudiosos têm encarado suas relações com o capitalismo na perspectiva dos grandes centros metropolitanos. Coloca ainda que, de fato, o capitalismo se desenvolveu a partir das grandes metrópoles, mais especificamente daquelas que podiam preencher hegemonicamente o poderio político-militar e financeiro-comercial. Porém, Florestan vai abrir a discussão colocando o seguinte questionamento: "O que aconteceu *dentro* da colônia e no rebento tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial?". Sobre isso, ele afirma:

[...] As *economias exportadoras* de "gêneros coloniais ou de produtos tropicais" não só nasceram profundamente especializadas: essa especialização foi imposta pelas antigas metrópoles e, embora mantida pelo mercado mundial depois da emancipação nacional, nunca deixou de ser uma *especialização colonial* propriamente dita. Daí temos um paradoxo: a emancipação nacional condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinamismos coloniais, que não poderiam ser destruídos sem criar impossibilidades quer para a eclosão modernizadora, quer para expansão inicial de um mercado especificamente moderno e do capitalismo comercial que ele implicava, quer para a consolidação de uma economia urbano-

comercial capitalistas nas cidades e sua irradiação para o campo. As pressões para manter formas de produção e estruturas coloniais vinham, pois, “a partir de dentro” (dos grupos dominantes na economia e na sociedade) e “a partir de fora” (da expansão dos países industriais e dos dinamismos do mercado mundial). (*Circuito Fechado*- Florestan Fernandes)

Portanto, Florestan tenta conciliar, ou melhor, tenta buscar um meio caminho para se caracterizar o período da escravidão no Brasil. Para ele, houve fatores internos e externos, muito embora o seu viés de análise mais se aproxime de um sistema econômico em que se predomina como eixo a relação "centro-periferia". Coloca ainda as diferenças básicas entre a escravidão clássica e a escravidão no período colonial. Afirma ele o seguinte:

[...] Em termos da apropriação do homem pela violência, a “escravidão moderna” apresenta muitos pontos de contato e de semelhança com a “escravidão antiga”. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma *escravidão mercantil*: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico ao mercado de escravos e a forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil. (Op. cit.)

Aqui, no entanto, a escravidão ganha novos contornos, pois a relação mercantil que se verificava anteriormente, pura e tão somente em função do desenvolvimento do sistema colonial internacional como um todo, que antes e acima de tudo vivia a sugar do "Novo Mundo" tudo que este produzia e oferecia, passa agora a ser estudada de uma nova forma. O centro da análise passa a ser, portanto, a acumulação do capital mercantil pelo trabalho do escravo, que é em si, ele próprio, mola propulsora, não apenas da acumulação interna, mas também externa. O escravo alimenta uma "vasta rede de negócios"; é talvez, quem sabe, segundo Florestan, o principal alimentador da acumulação primitiva do capitalismo em escala mundial, o que, convenhamos, não deixa de ser um franco exagero. Sobre isso, Florestan nos afirma ainda que:



[...] Ao mesmo tempo, através do caráter mercantil da escravidão, o capital mercantil penetrava as formas de produção pré-capitalista a que ela se associava.

É por essa razão que Marx sublinha que a plantação, nos Estados Unidos, não tinha nada de patriarcal. (Op. cit.)

Aqui o próprio escravo é visto como mercadoria, o que não é errado; no entanto, convém ressaltar que essa mercadoria não está inserida no modo de produção capitalista, ao contrário do que muita gente tem pensado, pois, para se produzir mercadoria dentro do capitalismo tem que antes e acima de tudo existir trabalho assalariado e o próprio capital, e nesse sentido o escravo não é por assim dizer, produto do trabalho humano. Tampouco, pode-se recorrer a quaisquer subterfúgios, tipo em ser ele (o escravo) uma mercadoria como outra qualquer do tão propalado sistema do capitalismo mercantil. Pois, diga-se de passagem, ele é uma mercadoria que, mesmo não produzindo ainda valor propriamente dito, produz outras mercadorias, por conseguinte, excedente econômico também. Desse modo, a escravidão colonial nos parece apresentar uma realidade em que algo mais deve estar inserido em toda a sua plenitude e em toda a sua especificidade, e isso Florestan não logrou alcançar, apesar do seu avanço frente a formulações anteriores.

Enfim, muitos estudiosos da história econômica do Brasil acabaram se esbarrando, de uma maneira ou de outra, no problema do fator determinante e preponderante no processo pelo qual se estabeleceu essa economia, se fez e se desenvolveu. Estamos falando aqui daqueles estudiosos, em particular, que se reservaram a um mínimo de critério e rigor teórico metodológico para tentar explicar uma realidade que colocou a todos questões até então desconhecidas ou pouco estudadas pelos clássicos da ciência marxista, por exemplo. Afinal, mesmo Marx tendo afirmado que a escravidão nos Estados Unidos não era a mesma coisa que a da Grécia e Roma, pois não se tratava mais de uma sociedade patriarcal, mas sim mercantil, uma afirmação dessa é, convenhamos, insuficiente, devido até não ser as sociedades escravistas modernas objeto de estudo mais detalhado de sua parte, o que não significa dizer que

tenha desprezado essa questão em definitivo. Na verdade, a grande questão que nos leva a ter uma nítida desconfiança para com o conjunto de autores, que teimam em afirmar a primazia do sistema comercial capitalista mercantil como fonte propulsora mundial do desenvolvimento e da acumulação capitalista no Brasil, é o único e simples fato deles todos estarem envolvidos numa contradição insanável. Sobre isso Jacob Gorender afirma:

[...] Focalizando agora a linha de interpretação, que se concentrou no mercado e dele fez a chave explicativa da economia colonial, constatamos um resultado invariável desse procedimento metodológico: a sobreposição da esfera da circulação às relações de produção. Diante da presença de categorias como mercadoria e capital, ao invés de examiná-las dentro de preciso condicionamento histórico, o raciocínio deu o passo puramente dedutivo no sentido da concepção do capitalismo colonial. (*Escravidão Colonial* - Jacob Gorender)

Ficava assim estabelecido um vazio teórico de grandes proporções, haja vista que a existência do capitalismo com predominância do trabalho escravo não cabe em uma teoria geral marxista sobre o modo de produção capitalista. Foi dessa forma, e nesse contraponto, que Gorender formulou a teoria do MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL, modo esse de caráter específico, mas fundamentado em toda uma discussão devidamente colocada por Marx na sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, essencialmente no que se refere às categorias de modo de produção e formação social. Essa não é por sinal uma discussão simples; nela está contida, em toda a sua grandeza, nada mais nada menos que a rica exposição de Marx do materialismo histórico. Assim, temos que dar razão a Gorender, pois o seu estudo é, a nosso ver, mais rigoroso, no que se refere à utilização de categorias e conceitos que explicam o desenvolvimento da escravidão no Brasil colônia. O escravismo colonial foi assim um modo de produção específico no Brasil, que, mesmo tendo estabelecido que a sua produção se destinava ao mercado externo, no entanto ela propiciava, em nível da acumulação interna, um excedente produtivo que foi devidamente investido nas unidades produtivas

(fazendas de *plantation*) que se encontravam aqui internamente estabelecidas. Com o passar dos anos, todo esse sistema, que alcançou o apogeu, acabou por ruir em uma crise profunda pela qual novas relações de produção acabaram por pedir passagem para se estabelecer em um novo modo de produção no Brasil: o capitalismo. Assim, enquanto se desenvolvia uma encarniçada luta de classes entre senhores e escravos, burgueses capitalistas foram se apossando do território, inicialmente em pequenos negócios nos principais centros urbanos da colônia e mais adiante vindo a ocupar papel de destaque preponderante com o advento da abolição da mão de obra escrava, que acabou por liberar novas forças de produção e propiciar dessa forma as bases para um novo salto de desenvolvimento, como também abriu espaços políticos para que a nova camada abastada da população pudesse se fazer presente.

O Brasil entrou assim em uma nova fase. Mesmo tendo a maioria de sua produção uma colocação no mercado externo garantida e o consumo interno na sua quase totalidade ser atendido por produtos importados, não se pode dizer assim que não se produzia para o mercado interno. Mesmo no período colonial, onde as vestes dos senhores de escravos e da corte imperial vinha de Portugal, Inglaterra e França, portanto o guarda-roupa e os baús da classe dominante, uma pergunta é de se fazer: Quem vestia a massa da população escrava? Na verdade já se estabelecia internamente o fabrico de sacos e roupas dos escravos, bem como utensílios domésticos e ferramentas de trabalho. No séc. XIX já existia no Brasil tipografias imprimindo jornais e livros. Pode não ser grande coisa, mas eram empreendimentos genuinamente capitalistas, tendo em vista que a produção dessas mercadorias era feita por trabalhadores livres e remunerados com salário. Com o tempo, os grandes negócios dos senhores de escravos passaram paulatinamente às mãos de empreendedores capitalistas; muitos senhores passaram a adotar mão de obra assalariada, devido até à crise de escassez de escravos decorrente do crescimento do movimento abolicionista e do declínio do tráfico. Desse modo, podemos afirmar que a situação externa não foi o fator predominante também para a derrocada do modo de produção escravista colonial. Ela teve com toda a certeza um papel bastante significativo, haja vista o poder de pressão por

parte dos compradores e exportadores, que tinham influência direta no estabelecimento dos preços. Mas foi, antes e acima de tudo, a dinâmica interna da luta de classes que fez com que esse sistema viesse a sucumbir, à medida que novos agentes sociais pediam passagem: a burguesia e o proletariado.

O modelo de desenvolvimento econômico que sucedeu ao modo de produção do escravismo colonial foi, como não poderia deixar de ser, todo ele baseado na agricultura de *plantation*. Agora, o que passava a dar o tom no concerto econômico era a produção de café, que já vinha desde os tempos da escravidão sendo experimentada em larga escala. A agricultura capitalista, é sempre bom lembrar, segue as mesmas definições teóricas definida por Marx em *O Capital*. Ela é baseada no trabalho assalariado dos operários livres e despossuídos de todos os meios de produção. São produtores de mais-valia com sua força de trabalho que se converte igualmente em mercadoria, que, para atender às necessidades da oferta e da demanda, depende da existência da massa humana de mão de obra sobrando – o exército industrial de reserva. Aqui, todos os bens de produção assumem a forma de capital, ou melhor, não de mera propriedade patrimonial mas de capital, de propriedade privada que se destina à *reprodução ampliada* sobre a forma de valor de troca, não apenas de uso. Isso também é válido para os modos de produção que existiam assentados no capitalismo de Estado, onde a propriedade estatal ou estatal-privada tem a mesma forma de capital produtor de mais-valia. O capitalismo é também um modo de produção em que o capital dispõe de uma base técnica e científica que lhe permite produzir, por meio de um variado nível de produtividade, a mais-valia relativa. A produção de mais-valia absoluta, por exemplo, existiu em outros modos de produção, e só foi exclusividade no modo de produção capitalista nos seus primórdios. Assim, só o capitalismo já desenvolvido e constituído como tal foi capaz de produzir mais-valia relativa. O modo de produção capitalista se caracteriza, portanto, na contradição entre o caráter social da produção e a forma privada da apropriação, onde se verifica também a contradição de classe entre operários e trabalhadores assalariados e os capitalistas.

Porém, no caso da agricultura ocorrem alguns aspectos típicos e característicos essenciais: ela se incorpora ao modo de produção capitalista como um dos seus ramos industriais produtivos. Ela não é pura e simplesmente agricultura; ela é um ramo industrial como a siderurgia, a metalurgia, a tecelagem, o químico, etc. Há, entretanto, uma peculiaridade que na agricultura é impossível de se eliminar, que é a questão da terra. A propriedade da terra, herdada de formações sociais anteriores, não se constituiu até aqui em nenhum empecilho ao desenvolvimento do capitalismo; no entanto, a renda fundiária, que é recebida a título de propriedade da terra, representa uma parte residual da mais-valia sobre o lucro médio capitalista, obtido pela exploração agrícola, quer seja por um arrendatário ou pelo próprio proprietário da terra. Sobre isso, assim se expressa Jacob Gorender:

[...] ao contrário do que acontece no modo de produção feudal, em que a renda da terra é a totalidade do excedente produzido pelo camponês – é a totalidade do sobreproduto – no capitalismo a renda da terra é apenas uma parte da mais-valia, uma parte do sobreproduto, é o resíduo do que sobra do lucro médio, que cabe a um arrendatário empresário capitalista ou ao proprietário, se for ele o empresário." (*Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro* - Jacob Gorender)

No modo de produção capitalista, o domínio do capital acaba por se sobrepor ao domínio da propriedade da terra, e a acumulação acaba por se derivar do lucro do capital e não da renda da terra. Feita essa definição, não podemos deixar de distinguir o modo de produção capitalista das formas pré-capitalistas, onde se originou a acumulação primitiva, pois o capital precede o próprio capitalismo; podemos dizer que bem antes de existir capitalismo já era possível a existência do capital na forma do capital mercantil, que já existia na antiguidade clássica, o capital comercial e o capital usurário. Nesse sentido, temos que mais uma vez nos colocar em acordo com Jacob Gorender, que considerou como errônea a atribuição que se fazia do início da constituição do capitalismo no Brasil à abertura dos portos ou à Independência, identificando aí não um mero incremento

quantitativo do capital comercial e bancário, mas sim que estes capitais estavam inseridos na formação social escravista colonial então existente no Brasil. O caso da urbanização comercial de centros metropolitanos, como o Rio de Janeiro, por exemplo, não quer dizer que a predominância de fortes traços do capital comercial seja já capitalismo, nem tampouco uma preparação para o capitalismo, apenas um fenômeno enquadrado no modo de produção escravista colonial. Foi mesmo com o advento da Independência que o escravismo colonial alcançou o seu ponto máximo, seu ápice de desenvolvimento com, segundo o próprio Goreneder, seu maior quantitativo de escravos e possivelmente sua maior acumulação de sobreproduto no próprio país. Isso acabará por se converter em parte da *acumulação originária de capital*. Foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no Brasil. Por fim, convém destacar as seguintes palavras de Jacob Goreneder em sua obra acima citada:

[...] Com isso, estou evidentemente – e o digo de maneira muito breve, não é o caso aqui para se estender –, rejeitando aquilo que eu chamo de tese integracionista, ou seja, aquelas colocações que consideram que é capitalismo tudo com que o capitalismo se relaciona e tudo que é subordinado pelo capitalismo. Na sua evolução, no seu desenvolvimento, o capitalismo se relaciona com outros modos de produção, se relaciona para espoliá-los. Isso se deu na esfera do que se chama colonialismo; isso se dá dentro de uma mesma formação social, como é o caso da formação social do Brasil, mas isso não tira a identidade substantiva de cada um dos modos de produção. Seja o dominante, que é o capitalismo, sejam os modos de produção dominados, como é o caso, por exemplo, da pequena produção mercantil, que não é produção capitalista de modo algum. Há uma dinâmica nesse relacionamento, que é a própria historicidade. Se tudo já é desde o começo capitalismo, então não há história, porque tudo já é, desde o começo, uma mesma coisa. No entanto, o capitalismo, no seu relacionamento com outros modos de produção, vai mudando; se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outro momento, já crescido, já amadurecido, com outra tecnologia

mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira especificamente capitalista, ao que nós também já estamos assistindo no Brasil. (Op. cit.)

Não é demais acrescentar que essas palavras foram escritas, ou melhor, foram ditas e devidamente gravadas em uma conferência proferida em 13 de julho de 1979, na 31ª Reunião Anual da SBPC, em Fortaleza, como parte do ciclo de "Problemas Agrários" promovido pela Associação Nacional de Cientistas Sociais. Foi publicado pela primeira vez na coletânea *Trabalhadores, sindicatos e política*, coeditada pelo Cedec/GLOBAL, de São Paulo, em 1981. Esse texto foi reeditado pelo Mercado Aberto, em 1987. De lá para cá, portanto, esse processo cada vez mais se consolidou e se desenvolveu, mas cabe a nós muito pouco a acrescentar ao que já foi dito em matéria de gênese do desenvolvimento capitalista na agricultura. Nesse sentido, damo-nos por satisfeitos, no momento.

Diante disso, podemos afirmar que as teses que nortearam as cabeças dos diversos expoentes da tradição de 22, bem como do conjunto da intelectualidade de esquerda, foram inicialmente abaladas e postas de lado, no que se refere à historiografia econômica da formação social brasileira com essa contribuição de Jacob Gorender, que irá abrir espaço para novos estudos e um posterior aprimoramento e desenvolvimento do método marxista do materialismo histórico.





## A crise global e o mundo em movimento

Os trabalhadores começam a sentir-se, em sua totalidade, como uma classe; descobrem que, fracos individualmente, unidos constituem uma força; o terreno é propício para sua autonomização em face da burguesia, para a formação de concepções próprias dos operários e adequadas à sua posição no mundo; eles começam a dar-se conta de que são oprimidos e adquirem importância política e social. As grandes cidades são o berço do movimento operário; foi nelas que, pela primeira vez, manifestou-se o contraste entre proletariado e burguesia; nelas surgiram as associações operárias, o cartismo e o socialismo. (ENGELS, 2008)<sup>1</sup>

Engels era um jovem que não havia completado vinte cinco anos quando escreveu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em 1845, obra da qual retiramos o fragmento reproduzido acima. Essa obra foi decisiva na vida de Karl Marx, e por intermédio dela foi constituída uma parceria sem precedentes na história da humanidade, contribuindo de forma decisiva para o que viria a ser o legado marxista para as classes oprimidas. Tanto no que diz respeito ao estudo da economia política, bem como da filosofia, tal legado inaugurou uma nova forma de analisar o Modo de Produção Capitalista, fazendo emergir, com isso, uma nova concepção de mundo, lançando luzes nas sombrias formulações socialistas tão em voga no século XIX.

---

<sup>1</sup> ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. 1ª ed. Boitempo Editorial, 2008. p 160-161.

Não por acaso, no alvorecer do século XXI, são os trabalhadores e desempregados, na sua maioria jovens, que estão na linha de frente a questionar as “profecias” do fim da história, como que lançando novos holofotes, novas energias no que Marx denominou de “motor da história” – a luta de classes. Hoje está mais do que claro que a história continua a trilhar seus caminhos e que a luta de classes nunca esteve tão presente desde aqueles tempos em que os dois parceiros perdiam (ou ganhavam?) noites e dias elaborando obras que hoje são verdadeiros *best sellers*, inclusive para a própria burguesia. A obra de ambos é uma verdadeira ferramenta para o entendimento do atual estágio do mundo do Capital, que se encontra entrincheirado nas fortalezas construídas por uma minoria cercada de multidões enfurecidas pela barbárie predominante no planeta.

Os acampamentos que foram desmantelados sob muita repressão em Nova York, a Praça Tahrir, na cidade do Cairo, a Praça Porta Do Sol, em Madri, as manifestações em Santiago do Chile, Londres, Roma e em outras tantas localidades de todos os continentes são alguns exemplos do papel das grandes cidades como palco da luta dos trabalhadores, tal qual afirmara Engels. Muito embora com diferenças entre si, é fato comum os movimentos surgirem do dia para a noite em explosões de “indignados” em sequência.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim do chamado Império Soviético, em 1991, anunciou-se o fim da história. A *parusia*<sup>2</sup> professada por Fukuyama, em seu livro *O Fim da História*, agitou de tal maneira o meio intelectual de então que, a partir disso, decretou-se o ocaso da polarização direita x esquerda. O capitalismo havia vencido definitivamente e não restava mais nada à humanidade, a não ser a sua submissão às formas de exploração. Teremos agora, por acaso, algum outro “profeta” para fazer tal afirmação dez anos após os atentados de Nova Iorque, em 2001, e o anunciado fim da hegemonia econômica estadunidense, no mundo real do capitalismo?

<sup>2</sup> Do grego “presença”, “chegada”, designa a Segunda Vinda do Cristo, que abre o Milênio, período de felicidade durante o qual Satanás fica preso. A *parusia* implica a derrota do Anticristo, para se instalar o Reino de Deus na Terra. FRANCO JÚNIOR, Hilário *A Idade Média – Nascimento do Ocidente*. 4ª ed. Editora Brasiliense, 1992, p. 191.

Desde a Comuna de Paris, em 1871 – primeira tentativa efetiva de tomada do poder –, a classe trabalhadora tem buscado não só a sua libertação mas a extinção das classes sociais, razão de ser da lógica de um sistema econômico baseado na exploração de um ser humano por outro. Durante todo o século XX, notadamente em sua primeira metade, a classe trabalhadora foi protagonista de inúmeras revoluções, insurreições, enfim, tentativas bem ou mal organizadas de superação desse estágio de organização que constitui, por intermédio da força de trabalho humana, a fonte da riqueza e da acumulação privada do produto social do trabalho.

Ao mesmo tempo, a burguesia tem-se empenhado em manter o *status quo* desse modo de produção, razão de sua existência. Para isso, utiliza-se de todo o aparato necessário, como o Estado, as forças armadas, o controle da mídia, as religiões, a coisificação da vida humana e o fetiche, a fome, as guerras, a barbárie, a devastação do planeta, dentre tantos outros mecanismos. No entanto, tal cenário tem-lhe custado hoje a credibilidade para continuar essa situação de exploração. O abismo entre ricos e pobres não pode mais ser omitido, pois os escândalos de socorro a bancos e empresas e, por outro lado, as altas contas que as populações têm de pagar para socorrer estados endividados estão à mostra em todos os espaços da imprensa, desde as redes sociais criadas até os jornais da grande imprensa controlados pela burguesia.

## 1. A Crise do Capital e suas Múltiplas Facetas

O centro da crise capitalista é a economia, que se manifesta por intermédio da queda da taxa de lucro, o que coloca a dificuldade ou a impossibilidade da reprodução ampliada do capital. Todavia, a crise também se manifesta em outras facetas: crise energética, financeira, ambiental e social. Portanto, não é à toa que o impulso tomado pelos movimentos de hoje tem lançado um leque de reivindicações que o Capital não pode e nem poderá atender no curto prazo. A sua lógica de funcionamento, a perseguição do lucro e do super-lucro pelos capitalistas, não amenizará enquanto tiver possibilidades de levar aos extremos a exploração dos que

continuam no mercado de trabalho. Por outro lado, as massas têm-se lançado às ruas ainda sem um norte bem definido no que pretende para o futuro, embora alguns elementos já estejam bem claros, como, por exemplo, a negação da sociedade tal como ela está. O certo é que, no tabuleiro da luta de classes, os explorados avançaram suas peças de ataque.

Desde 2008, quando o mundo foi assolado por uma crise nas economias centrais, dos Estados Unidos à Europa, sem perspectiva de retorno à “normalidade”, o que se vê é que tal crise, de longe a maior, a mais sistêmica, firmemente enraizada há quatro décadas, está envolvendo e levando o restante do planeta numa espécie de arrastão global. Para alguns analistas, é apenas mais uma etapa, um novo estágio da crise que passa a ser denominado e reconhecido como uma *crise estrutural*,<sup>3</sup> enquanto para nós da Opop é uma crise de exaustão do Modo de Produção Capitalista.

Para complicar o quadro atual, observamos que duas das principais matrizes energéticas da economia capitalista, o petróleo e a nuclear, estão passando por situações críticas. No caso do petróleo, há de se notar que os conflitos no norte da África e no Oriente Médio acontecem em países produtores de petróleo, ou em países de escoamento dessa matriz – eis uma das razões, senão a principal, da manutenção, mesmo com as “mudanças”, de governos “confiáveis” em uma área já conturbada e recheada de guerras que não têm fim.

Por outro lado, o Japão foi atingido em cheio pelo acidente de Fukushima, em março de 2011, equivalente ao acidente de Chernobyl, na Ucrânia, na década de 1980. O desastre nuclear no Japão levou países como a Alemanha a planejar o abandono de construção de mais usinas nucleares até 2022. Isso implica em

---

<sup>3</sup> Tal denominação, a rigor, não satisfaz, porque toda crise capitalista de superprodução é e só pode ser uma crise *estrutural* — nunca, por exemplo, uma crise *superestrutural* — de vez que as crises cíclicas do capital, que envolvem paralisação da acumulação e queda, em regime de precipitação, da taxa de lucro e estreitamento do espaço de realização da mais-valia, como resultado do sistemático processo de concentração dos frutos da produção, são processos gerados na *base* da economia, isto é, do *modo de produção* burguês, ali no fulcro mesmo do mecanismo da acumulação como reflexo do processo da luta de classes. Não obstante a impropriedade do nome dado à crise — denominação introduzida, ao que parece, pelo filósofo húngaro Istvan Mészáros, discípulo de G. Lukacs e autor da obra *Para além do capital* —, seguiremos empregando os termos *crise estrutural*, *crise sistêmica* ou, simplesmente, *crise de exaustão* do capital (denominação mais adequada ao caráter da crise atual do capital), pelo menos até que apareça e seja adotada denominação mais adequada.

reorientar a produção para outras fontes, ou depender ainda mais do já encarecido petróleo (três vezes mais caro que em 2000 e dez vezes mais caro que em 1990).<sup>4</sup>

A produção de energia independente da sua matriz tem um alto custo, não só em termos econômicos, mas sobretudo ambientais. Mesmo a energia nuclear, tida como a mais “limpa” entre as mais usadas, na verdade mostrou-se altamente perigosa dada a rápida capacidade de contaminação de tudo numa velocidade incontrolável pelos recursos conhecidos hoje. Bastou um fenômeno natural, um maremoto, para colocar em xeque a sua utilização. Ninguém sabe ainda quais serão os resultados disso no médio e longo prazo, com relação à saúde dos atingidos pela contaminação – como ninguém sabe ainda o impacto desse desastre com relação à economia propriamente dita. Para ficarmos em um exemplo de uma economia baseada na energia nuclear, 78% da energia consumida pela França, é produzida por 59 usinas espalhadas pelo território francês com o mesmo patamar de “segurança” japonesa.

## 2. O Processo Insurrecional Abraça todos os Continentes, Países e Regiões do Planeta

O ano de 2011 pode ser considerado um marco nas lutas da classe trabalhadora contra a burguesia e os seus governos. Ditaduras estão sendo derrubadas na África; monarquias têm balançado na Ásia; na Europa, chefes de governo têm caído numa espécie de efeito dominó. A repressão desencadeada pelo governo de Barak Obama, nos Estados Unidos, tem deixado a população desse país chocada com tamanha violência dos policiais que promoveram espancamentos e prisões em massa contra os manifestantes do movimento denominado *Ocupar Wall Street*. Os gritos por liberdade dos egípcios, tunisianos, sírios, líbios são os mesmos ouvidos nas grandes cidades norte-americanas.

A criminalização dos movimentos tem ganhado corpo em países tidos como exemplares do ponto de vista da democracia

---

<sup>4</sup>DUCLOS, Denis. “O poder desnudado por suas próprias crise”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, agosto 2011, p. 23.

burguesa, os quais, ironicamente, condenam as ações dos ditadores e monarcas da África e do Oriente Médio contra a população, mas têm-se utilizado dos mesmos meios para reprimir as manifestações que acontecem em seus países. Na Inglaterra, pessoas são vítimas de julgamentos e condenações sumárias por supostamente estarem portando mercadorias provenientes de saques promovidos pela população enfurecida, chamada a pagar as contas do governo, a exemplo dos estudantes que terão de arcar com parcelas maiores de pagamento para custear a sua formação.

Parafraseando uma das bandeiras do movimento *Ocupar Wall Street*, podemos afirmar, sem receio de errar, que há um ataque global do 1% contra os 99%, numa alusão à minoria que se beneficia dos estados nacionais, tanto para extorquir lucros exorbitantes dos consumidores quanto para receber as benesses desses mesmos estados quando os seus lucros são ameaçados. Assim, por meio do dinheiro público, os 99% são chamados a pagar a conta.

São insatisfações dessa natureza que têm provocado insurreições e levantes em vários locais do planeta. Tais movimentos podem levar a situações em que os governos percam o controle, gerando brechas para que a classe trabalhadora encontre saídas de seu interesse, ou seja, projete uma sociedade não mais calcada na exploração do trabalho de outrem mas uma sociedade em que as pessoas possam trabalhar, estudar, ter acesso livre à cultura e às artes, à moradia, bem como a garantia de um futuro sem contas a pagar.

Os gregos, em 2008, deram-nos o exemplo, quando a juventude invadiu as ruas para protestar contra o presente e contra o futuro que a eles está reservado.

O filósofo equatoriano Bolívar Echeverría<sup>5</sup>, em entrevista ao jornal *Diagonal de Madri*, em 04 de outubro de 2007<sup>6</sup>, ao ser questionado sobre se o “discurso crítico de Marx” estava morto e, com ele, também as aspirações de se construir uma sociedade mais livre e igualitária, deu uma resposta assaz instigante. Afirmou, entre outras coisas:

<sup>5</sup> Bolívar Echeverría estudou e foi militante na Alemanha nos anos 1960 e, em 1970, estabeleceu-se no México, onde concluiu seus estudos e tornou-se professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam) até a sua morte em 2010.

<sup>6</sup> Entrevista reproduzida pela *Revista Fórum*, ano 9, n° 101, p. 20-23, ago. 2011.

[...] ora, pois bem, o que estamos observando desde início deste novo século é uma espécie de fadiga desse dogma pró-capitalista, e já há alguns anos vem sendo proposta a ideia de que o modo de produção capitalista, não apenas a modalidade “neoliberal” do capitalismo, mas o capitalismo como tal, é questionável.

Mais adiante, sentenciava: “[...] e, principalmente, existe uma consciência popular de um renascimento da *época da atualidade da revolução*”, evocando frase de Lukács, em sua obra *História e Consciência de Classe*. Alertava, porém, Echeverría, que os tempos eram outros, dado que as circunstâncias de hoje são muito diferentes.

Echeverría não viveu o suficiente para presenciar o ano de 2011, para confirmar que não só tinha razão quanto à atualidade da revolução, como também, e principalmente por essa razão, o discurso crítico de Marx ressurgiu na mesma onda que nos traz de volta à possibilidade da revolução. “É desse jeito que vejo a velha toupeira da revolução trabalhando”, concluiu o filósofo equatoriano a esse primeiro questionamento.

A análise do atual estágio da crise, conjugado com o ressurgimento explosivo do movimento de massas, nos leva a crer, a exemplo de Echeverría, que há um questionamento global contra esse modo de organizar a economia que não se via, pelo menos em dimensão territorial, desde os tempos das ondas revolucionárias, entre os anos de 1917 e 1923, na Europa, com as devidas diferenças, principalmente porque naquela época a humanidade vivia a catástrofe da I Guerra Mundial.

Hoje há um clamor planetário, consciente ou não, que move multidões pelo fim de um sistema que exclui grande parte da população. Esta, ao colocar-se em movimento, ostenta uma gama de reivindicações que, evidentemente, não poderá ser atendida nos marcos desse modo de produção; com o agravante que não há mais paciência por parte dos que têm sido espoliados e chamados a pagar as contas das elites proprietárias.

### 3. Egito – Uma Situação Revolucionária

Para citarmos um exemplo de situação revolucionária na conjuntura atual, podemos afirmar que o Egito é um dos mais eloquentes, pois a crise acionada pelas massas foi capaz de aprofundar um cisma na cúpula militar-capitalista dirigente do país, levando à queda do ditador, num claro momento insurrecional.

O Egito já era palco de manifestações de rua em 2006, no que ficou conhecido como Revoltas da Fome, as quais atingiram outros países, como a Tunísia e o Marrocos.

Reverendo sua história, verifica-se que o Egito, de antigo celeiro, passou a grande importador de grãos, principalmente, do trigo que, por motivos climáticos ou de mudança de política dos países produtores, teve o preço elevado de forma exorbitante, encarecendo o preço do pão, produto básico da alimentação da população.

Em 2008, o Egito foi assolado por uma greve na sua maior fábrica têxtil, greve essa que ganhou o apoio de jovens caiotas munidos da tecnologia da informática, fazendo com que esse movimento ganhasse uma dimensão nacional numa rapidez sem precedentes. Desse movimento surgiu o Movimento 6 de Abril (data do início da greve) que teria papel fundamental nas manifestações na cidade do Cairo, em 2011. Essa greve operária teve tanta repercussão que, em 2009, ao tentarem comemorar o primeiro aniversário, em um dia denominado “dia da raiva”, o aparato policial de Mubarak impediu o acontecimento com prisões prévias de lideranças dos operários e do Movimento 6 de Abril.

Tamanha foi a repercussão de tais acontecimentos que a Praça Tahrir virou símbolo do poder das massas em luta na cidade do Cairo, capital do Egito, e um exemplo para o mundo. Foi nessa praça que presenciamos mais claramente como se deu o processo de organização e a forma como ele assume, de modo que os egípcios se tornaram uma referência para movimentos posteriores, com uma evidente manifestação de retomada de formas clássicas de organização e de ação, partidas de dentro do movimento.

A ocupação da Praça Porta Do Sol, em Madri, e de várias cidades importantes da Espanha já fazem parte dessa nova postura



de protesto e de luta. Ou seja, já não são mais somente as passeatas; a ocupação das praças públicas passou a ser a forma mais avançada de proceder nas lutas, depois dos acontecimentos da Praça Tahrir. Nesta, os manifestantes acampados organizaram comitês para prestar segurança aos museus, evitando a depredação por vândalos a mando de Mubarak; organizaram a distribuição gratuita de comida e água, bem como as brigadas para revistarem as pessoas que para lá fluíam de todos os lugares da cidade do Cairo. E foi ainda na Praça Tahrir que as massas insurretas montaram um grande hospital de campanha, organizado pelos médicos e enfermeiros que aderiram ao movimento, para cuidar dos feridos à bala de tanque, como na fatídica noite de 28 de janeiro de 2011.

De 25 de janeiro a 11 de fevereiro de 2011, o Egito viveu, em meio ao caos, e uma repressão sem precedentes, quando uma multidão ocupou a Praça Tahrir, depois de várias jornadas de protesto de menor porte. Mais precisamente no dia 28 de janeiro, quando os acampados da Praça já haviam consolidado a sua posição e aguardavam ansiosos um pronunciamento de Mubarak – o que poderia vir a ser o seu esperado pedido de renúncia, e que fora postergado por mais de duas horas –, o Egito conheceu a mais dura realidade do desespero e a crueldade de ditadores acuados pela fúria das massas em movimento. Nessa noite, os serviços do ditador promoveram um apagão na *internet* e a libertação de mais de seis mil prisioneiros com a incumbência de “promover o caos”<sup>7</sup>. Naquela semana, mais precisamente entre aquelas duas manifestações, foram assassinadas 365 pessoas, segundo o próprio Ministério da Saúde do Egito, pelas forças da repressão.

O ditador Mubarak jogava as suas últimas fichas, pois no próprio meio militar já não havia consenso em relação ao seu futuro sucessor, desde quando a sua pretensão, a de lançar seu filho Gamal, chocava-se com os interesses dos militares. A dinastia de Mubarak estava chegando ao fim, mas o comando ficou nas mãos dos confiáveis militares por intermédio de uma junta. O que é chamado de “Primavera Árabe” ou o “Despertar Árabe” nada mais é do que

---

<sup>7</sup> DELORENZO, Adriana; ROVAL, Renato. “A narrativa de uma revolução anunciada”. Revista *Fórum*, ano 9, n. 96, p. 8-13, mar. 2011.

fruto da realidade concreta vivida pelos egípcios, tunisianos, sírios, líbios, enfim, toda uma região comandada por ditadores republicanos ou monarcas absolutistas.

Uma Situação Revolucionária não é suficiente para realizar a Revolução. Todavia, ela é imprescindível para que a Revolução aconteça. No Egito de hoje, com as massas novamente na Praça Tahrir, a tendência é que essa situação revolucionária tenha continuidade e, sendo assim, não é descartada a possibilidade da revolução. Pode haver, uma vez posta em marcha a crise da produção capitalista, um avanço geral da luta de classes que culmine numa situação revolucionária passível de ser dirigida, mediante movimentos de massa à escala, por um projeto ora burguês, para dissolver a situação, ora do proletariado, que leve a insurreição ao seu limite lógico e histórico. Tal limite daria à classe revolucionária a possibilidade de implantar um novo enquadramento social.

### 3.1 A Novidade veio dar na praça, na forma de um acampamento

A Praça Tahrir voltou à cena com força no mês de novembro e foi palco, mais uma vez, de assassinatos, demonstrando a disposição dos que foram às ruas e derrubaram Mubarak, para resistir e cobrar o cumprimento do que foi prometido. Mas o que foi prometido não poderá ser cumprido, e a resposta é o massacre dos insurgentes desarmados. Tem sido assim na Síria e no Iêmen! A população está sendo massacrada e essas imagens são mostradas “ao vivo”, para quem quiser assistir. Essa é a comprovação da barbárie a que estamos submetidos; com uma grande diferença, pois hoje há (e como!) reação por toda parte.

Já na praça Porta do Sol, em Madri, na Praça Catalunya, em Barcelona e em outras vinte cidades da Espanha, durante o mês de maio de 2011, os comitês ressurgiram para organizar o funcionamento dos acampamentos. Neles, que se constituíram em pequenas comunidades, foram formadas comissões de infraestrutura, atividades, relações internacionais, cozinha, informação e coleta de assinaturas, ideias e conteúdos, meio ambiente, ambulatório, e, a partir do dia 22 de maio de 2011, outras

começaram a funcionar como a de trabalhadores, de educação e de teatro.<sup>8</sup> Esses são exemplos de como as pessoas intuitivamente procuram organizar-se diante de novas necessidades e obstáculos.

Tais comissões e comitês são demonstrações de que existe uma disposição, mesmo que ainda embrionária, de procurar novas formas de organização (dizemos novas para esta realidade, mas retomam formas clássicas de exercício do poder operário) por fora daquelas tradicionais, como os partidos políticos institucionais e os sindicatos. Esses últimos, com seus limites corporativos, agora mais do que nunca, são negados na prática. Fica claro, assim, que uma proposta para combater o sistema econômico que gera desigualdades sociais e massacra a classe empobrecida passa pela discussão da forma Círculos, Comissões e Conselhos, proposição essa defendida pelo *Germinal* já há algum tempo. Essa forma, hoje, de maneira incipiente e ilustrativa, serve como exemplo de organização para a classe trabalhadora em sua totalidade.

Segundo Ernest Mandel,

[...] esta forma de organização tem uma grande flexibilidade: torna possível articulações alternativas tanto no plano territorial como no plano funcional [...] permite incorporar ao máximo a massa de combatentes no exercício do poder [...] facilita o controle das massas, a transparência das operações, a elegibilidade e a revogabilidade dos eleitos, cria, sobretudo, um marco ideal para a democracia proletária e socialista.<sup>9</sup>

A crise continua e a tendência é aprofundar-se; e com essa permanência, a possibilidade está aberta para a classe trabalhadora colocar em marcha o seu projeto de revolução, pois é sabido que o capitalismo não acabará por si só. Por outro lado, à classe burguesa resta encontrar uma saída para a superação dessa crise, o que não

---

<sup>8</sup> MUNHOZ, Fabíola. “A democracia acampada”. Revista *Fórum*, Barcelona, ano 9, n. 99, p. 19-20, jun. 2011.

<sup>9</sup> MANDEL, Ernest. *Controle operário, conselhos operários, autogestão*. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1988. p. 31.

vislumbramos no curto prazo. Neste momento, o que percebemos é a “direitização” da burguesia com o crescimento da extrema direita, principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos, onde a crise se apresenta de forma mais aguda.

Quantos conflitos ainda teremos pela frente? Muitos, sem dúvida. Quem será a próxima vítima? Não sabemos. O que sabemos é que, mantida a situação de acirramento da crise, muitos muros de Berlim serão erguidos sem que o alarde seja na mesma proporção. As leis europeias e de alguns estados dos EUA, bem como as muralhas contemporâneas entre EUA e México, Israel e Palestina, emblemáticos do ponto de vista da exclusão, pois revelam a outra face da discriminação a que são submetidos os povos em prol dos interesses exclusivos das classes dominantes. A dinâmica da luta de classes aponta uma tendência ao acirramento tal qual a crise, até porque ela, a crise, é um dos combustíveis “do motor da história”.

## Ecoss da revolução Russa no Século XX

### Introdução

A história das revoluções do século XX traz muitas revelações, algumas manifestamente desconcertantes para grande parte dos revolucionários marxistas. Nessa ordem de resultados, as forças do atraso dispõem de farta munição *ideológica* que é repassada a todos os contrarrevolucionários, ativos ou virtuais, para, reiteradamente, semear dúvidas e confusão acerca da legitimidade dos movimentos revolucionários *do proletariado* como a única via capaz de libertar, não a si próprio, mas, em assim fazendo, praticar o único meio capaz de salvar a humanidade do terror fascista, quando e na medida em que as forças obscuras do capital entrarem em desespero em face da ação revolucionária decorrente do acirramento da atual crise de todo o sistema do capital.

Aproveitando-se de uma atmosfera social nutrida do senso comum mais rebaixado de toda a história da luta de classes, nos marcos do império do capital, as forças do obscurantismo contrarrevolucionário inventam as maiores fantasias acerca do “fim do comunismo” e do seu corolário, a “vitória final do capitalismo”. Mas, sem qualquer chance, como veremos nas páginas que se seguem.

A Revolução de 1917: desvios e equívocos *necessários*,  
ambiguidades maiores da Revolução Russa

Em trabalho publicado na segunda (anterior) edição da revista *Germinal* fez-se uma análise sucinta, porém concreta, daquilo que constituiu o elenco de erros cumulativos cometidos pela

direção bolchevique na condução do processo revolucionário russo, erros essencialmente derivados de pressões das circunstanciais estruturas da época combinadas com algumas confusões teóricas e políticas da própria direção, incluindo Lênin e Trotsky. No corpo desse elenco de impossibilidades e equívocos, ambos processos de uma revolução necessária e irrecusável, porém feita sob circunstâncias desfavoráveis à implantação do socialismo, desenhou-se um delineamento no qual cada medida tomada para conter e afastar a derrota do socialismo haveria de ser necessariamente provisória e a ser superada mais na frente, anulando os desvios circunstanciais, pondo e repondo o carro nos trilhos da revolução, quando as conquistas da própria revolução tivessem sido alcançadas.

Assim aconteceu, por exemplo, em momentos decisivos, como a montagem do Exército Vermelho, que deveria provisoriamente substituir as milícias operárias e camponesas, para, numa versão julgada mais eficaz pela direção do POSDR, fazer frente às forças organizadas da contrarrevolução. A brutal concentração de poder, que resultou nos altos escalões do Exército Vermelho, foi, já, em si, um rude golpe para a democracia dos soldados — camponeses e operários —, que constituíam o corpo da tropa de 5 milhões de trabalhadores privados do prometido e inicial poder antes existente no interior das milícias e dos conselhos de soldados e marinheiros. Tal solução “provisória” determinou dois resultados negativos para os desígnios do socialismo: um, que se traduziu na consolidação definitiva de um Exército no estilo burguês, baseado na disciplina cega, com o alheamento do Poder do proletariado nas decisões tomadas na esfera estatal; outro, no fato de que a incorporação de oficiais de patente, trazidos das hostes militares da velha ordem, transformou esses oficiais, que somavam cerca de 30 mil em postos de comando, em uma parcela de peso na constituição da nova classe, a burguesia de Estado. De mais a mais, como dissolver um Exército de 5 milhões de soldados e 30 mil oficiais num momento à frente, quando se contasse com as condições “favoráveis”? Porém, o que seriam, em tal contexto, essas condições “favoráveis”? Ou não seriam “favoráveis” apenas a partir de uma outra revolução do proletariado contra a nova classe, a burguesia de Estado?

Assim também com o “Comunismo de Guerra”, que recorreu ao cerceio do Poder dos conselhos operários e camponeses, trocando a escolha de dirigentes, via sufrágio universal, como prática existente no momento da revolução, pela indicação a partir das cúpulas partidárias, como medida “provisória” tomada pelos bolcheviques, e que seria repostada quando, vencidas as necessidades urgentes do abastecimento, as condições conquistadas pela própria revolução assim o permitissem. Tal medida, saudada por Lênin como o umbral do “comunismo” na URSS, também deixou forte marca na concentração e centralização do Poder da burocracia na URSS.

O fracasso do assim chamado “Comunismo de Guerra” levou a cúpula partidária à adoção da NEP — a Nova Política Econômica — que, operando uma política diametralmente oposta à orientação anterior, na medida em que garantia amplas liberdades aos camponeses ricos de praticarem uma economia mercantil sobre bases capitalistas como mais uma política “provisória”, também se reverteu negativamente para a referência do socialismo na medida em que se tornou política definitiva e que também levou as parcelas dessa massa de novos ricos a formarem a classe da burguesia de Estado, classe que crescia e se diversificava num Estado que, ao invés de simplificado e em vias de extinção, como o próprio Lênin concebera em *O Estado e a Revolução*, se paramentava como uma nova forma de Estado do capital.

Também foi esse o caso da apropriação do Poder pelo partido, que se viu compelido a tomá-lo para si (da qual saiu a aberração política de o partido fundir-se com um Estado que deveria ser instância de poder *da classe*), como meio de evitar a ascensão dos contrarrevolucionários à testa do Estado, resultando, mais uma vez, numa medida que deixou de ser provisória para ganhar foros de permanência, gerando mais uma forma de alargamento da distância que passou a existir entre os operários e seus sovietes e qualquer instância de poder, que dessa maneira referendou a consolidação da classe dominante na forma de uma burocracia capitalista de Estado. O massacre aos marinheiros do Kronstadt, autorizado pela própria cúpula do Partido/Estado, foi uma intervenção estúpidamente perpetrada por atingir um segmento onde os bolcheviques gozavam de grande prestígio e acerca da qual Lênin se reportou com as

seguintes palavras: “*Esta crise interna trouxe à luz o descontentamento de uma parte considerável dos camponeses e também dos operários. Foi a primeira vez, e espero que seja a última, que largas massas de camponeses estiveram contra nós, não de modo consciente, mas instintivo*”

Essas ambiguidades, tomadas temporariamente para salvar a revolução, na verdade foram ganhando corpo, fortalecendo e adubando o terreno que o capitalismo de Estado cultivava para si com medidas que se tornariam irreversíveis, cujas consequências estavam claras para Lênin, refletindo no cérebro do principal chefe da revolução, colocado no centro das decisões políticas, como inarredáveis e dolorosas aporias<sup>1</sup>, as quais devem ter-lhe agravado o estado de saúde, levando-o à morte prematura.

#### De Lênin a Stalin: o que muda?

Assim, compreende-se que Stalin não partiu do *nada* para consolidar o capitalismo de Estado. Ao contrário, tomou a situação altamente contraditória na qual o próprio Lênin se enredara e, sem qualquer esboço de crítica ou questionamento, assumiu-a oferecendo uma versão assaz mistificadora, segundo a qual era possível implantar o socialismo num só país, versão que na verdade funcionava como meio de obliteração do que de fato acontecia na URSS: a implantação efetiva de um capitalismo de Estado eufemisticamente denominado por alguns de “socialismo 'soviético’”. Se Stalin e sua *entourage* acreditavam nessa versão marota, não muda nada no fato de que, consciente ou inconscientemente, eles estavam levando às últimas consequências lógicas o processo de consolidação de um capitalismo de Estado, que, na verdade, se constituía numa herança dos tempos de Lênin. Porém, enquanto Lênin se consumia num infernal cipoal de

<sup>1</sup> O processo geral que formatou o “socialismo num só país” está descrito no trabalho já citado, publicado na *Germinal 2*, pelo que não vai ser repetido aqui. De momento, levantar-se-á apenas aqueles aspectos mais relevantes e o leitor que desejar conhecer a análise mais completa do revés da Revolução Russa poderá consultar “As Ambiguidades da Revolução Russa: Lênin e a Revolução”, *Germinal*, Ano 2010, Nº 2: 2010, pp.91 a 129.



ambiguidades que ele, na verdade, não aceitava, e ao qual não deixava de examinar e por a nú, Stalin, por sua vez, assumia o capitalismo de Estado, rotulando-o de “socialismo” e buscava a consolidação de tal sistema a ferro e fogo, não hesitando em eliminar nem mesmo figuras emblemáticas da velha guarda bolchevique que constituísse uma oposição. Lênin era, reconhecidamente, um polemista, que tratava de vencer as ideias, que julgava inaceitáveis, pelo debate; Stálin tinha um outro método: diante de adversários que não podia vencer pela polêmica, eliminava-lhes as ideias juntamente com as cabeças.

### O papel do “marxismo” de Stalin na consolidação do capitalismo de Estado

Entre os mais diversos expedientes e formas de manipulação grosseiras de que lançou mão Stalin, para salvar as aparências, estava o emprego de um corpo ideológico que se erguia por sobre a superestrutura estatal como referendo do “socialismo soviético”, um ideário de uma determinada versão, na verdade uma rude e desqualificada caricatura do marxismo, por detrás de cuja forma o que de fato existia era a mais completa falsificação do método e da doutrina de Marx, feita e tornada apta para uma das mais torpes justificações que a História já conheceu. O “marxismo” stalinista era pau para toda obra. Servia para justificar o “socialismo num só país”, para dar como científica a sucessão linear das formações sociais no decorrer da História, de igual maneira para dar por assente que o motor da História eram as forças produtivas e não a luta de classes, como pensava Marx, e assim por diante. Supor, como sói acontecer entre certas hostes de “esquerda”, que a transfiguração do socialismo em capitalismo de Estado não acontecia quando Lênin estava no Poder, e que referida mudança teve início com a ascensão da *troupe* de Stalin, constitui um grave equívoco que não contribui em nada para a compreensão do que de fato aconteceu na URSS, e, mais do que isso, para não desvelar o núcleo do imbróglio no qual se meteu o próprio socialismo no mundo em todo o século XX, considerando que o maior centro de divulgação das propostas “revolucionárias”

praticadas nas diversas regiões da Terra emanavam das instâncias stalinistas, que desfilavam através da III IC, do PCUS e dos PCs, esses últimos feitos à imagem do PC “soviético”. Afirmar que tudo foi “obra de Stalin” equivale à interpretação idealista de que o nazismo foi “obra (do gênio enfermo) de Hitler” e não do próprio capital alemão. No caso do nazismo, a adoção desse ponto de vista acaba por isentar a classe capitalista de ter sido a principal interessada no nazismo, posto que obscurece que quem de fato financiou a fanfarrada de Hitler, Goelbels Etc.Cia. foi nada menos do que as tão conhecidas como famosas empresas imperialistas Mercedes Benz, Krupp, Siemens, Fiat, Volks-Wagen, Deustsch Bank etc. etc., isentando-os de toda a responsabilidade maior pelas atrocidades cometidas dentro e fora dos campos de concentração, deixando tais capitais livres para tentar repetir a dose quando acharem por bem fazê-lo.

No que se refere a Stalin, vale um esclarecimento: a base sobre a qual o stalinismo se colocou como guardião foi, como se pode deduzir do exposto, o capitalismo de Estado que se impôs a uma direção partidária sem alternativa e a um proletariado que também não havia reunido as condições necessárias para exigir e respaldar uma intervenção efetivamente socialista a partir da tomada do poder em Outubro de 1917. Essa base, nos tempos de Lênin, Trotsky, Bukharin, Sverdlov, era, em tudo e por tudo, diferente — e a diferença se traduz em antagonismo absoluto — da base sobre a qual Hitler, Goebbels, Himmler, Göering Etc. Cia. erigiram o nazismo alemão. Se são antagônicas as bases, são também antagônicos os processos e as intenções das duas bases. No caso do nazismo, a plataforma que o exigiu foi um capitalismo em início da decadência, em crise profunda, que tentava disputar uma fatia na partilha do mundo dividido pelos diversos imperialismos e conjurar o perigo de uma revolução proletária na Alemanha. No caso da URSS pós-revolucionária, a base que erigiu o stalinismo foi, em tudo e por tudo, a tentativa de abrir espaço para a implantação de uma ordem socialista antagônica não só ao nazismo como a qualquer forma de império do capital, ou seja, a busca da implantação daquilo que era um perigo mortal para o nazismo e para o próprio capital, a implantação da ditadura do proletariado — só que uma tentativa que, tornando-se inviável, apenas alcançou a forma de um

capitalismo de Estado, que vicejava sob a direção bolchevique, da qual Stalin se serviu como cenário e palco para a montagem da farsa. É bom que se estabeleça essa diferença de contextos para evitar mal-entendidos fáceis, como o de se encontrar supostas semelhanças entre as duas bases.

Se o capitalismo de Estado era o simulacro mais torpe do socialismo, salta à vista que o stalinismo foi a legítima doutrina tida, havida e erigida como componente funcional do “socialismo *soviético*”, vale dizer, do capitalismo de Estado. E por que teve de ser assim? Stalin, mesmo que quisesse, não podia bancar uma ideologia geral distinta e abertamente conflitante com a base da nova sociedade — antes e acima e tudo porque era extremamente falso e perigoso adotar uma outra forma qualquer. A bem da verdade, a opção de Stalin pela versão estereotipada de um marxismo desbotado, esquemático, extremamente mecanicista e sem qualquer respeito pelas mediações não foi uma livre opção nascida da invenção daquele homem, mas, como ocorre com a gestação das ideias que dão cobertura a amplos movimentos sociais, foram ideias sugeridas, dentro de certo raio de manobra, pela própria “engrenagem dos fatos”. Tomar como ideário geral do capitalismo de Estado o marxismo como o entendiam Marx, Engels e o próprio Lênin era impossível, uma contradição nos termos, porque um tal marxismo — que era o verdadeiro marxismo — manteria uma permanente vigilância e uma correlata denúncia da farsa, isto é, estaria havendo uma fatal zona de conflitos entre o marxismo, que negaria, antes de se colocar em regime de relativa paz e harmonia, uma base que mantinha o controle das novas condições de exploração da mais-valia, que era o coroamento da “sua” superestrutura. Não haveria nenhuma chance para uma confluência, porque o marxismo é, por essência a negação de toda e qualquer sociedade de classes. Uma segunda opção, uma ideologia que representasse fielmente o capitalismo de Estado, e que fosse, mesmo aparentemente, derivada de uma forma política burguesa, podia levar, num momento em que a revolução ainda estava viva na mente do proletariado, a burocracia a um descrédito social geral. O descrédito, nesses momentos iniciais pós-revolução, já existia, mas não no nível da classe, mas da parte de velhos líderes do partido que

perceberam a farsa, aos quais, todavia, Stalin podia fazê-los calar, inclusive armando processos de expurgo e assassinato torpe desses opositores. De maneira que a única saída era adotar um simulacro de marxismo que salvasse as aparências — e é por isso que o caminho mais seguro era adotar, adaptar e divulgar uma forma geral de superestrutura que mantivesse as aparências e, com elas, a nova essência, escamoteada, de uma sociedade de classe. Foi esse o contexto no qual se forjou o stalinismo como ideologia de uma nova forma de burguesia e de Estado de classe.

### O “marxismo *stalinista*” no plano mundial

Se o stalinismo mostrou-se eficaz, por todos os métodos e meios, para isolar as oposições existentes no interior da sociedade “soviética”, faltaria verificar o seu grau de sucesso no plano internacional mas, para isso, far-se-ia necessário saber qual o uso —quais as tarefas — que o stalinismo colocava para si no plano externo.

A primeira premissa a ser discutida pode ser abordada a partir de uma pergunta: poderia estar o stalinismo interessado em revoluções efetivamente socialistas no Ocidente e no Oriente? Lembrar que o stalinismo jogou todas as fichas numa intervenção contrarrevolucionária na Guerra Civil Espanhola — e que tal postura não se deu por acaso; na verdade tratava-se de uma concepção: como apoiar processos revolucionários claramente socialistas — como postulavam forças revolucionárias presentes na Espanha (como os anarquistas, o POUM, etc.) — se na própria URSS de Stalin o socialismo tinha sido negado sistematicamente? Se ali o que estava implantado era uma formação burguesa por detrás de uma forma estatal de propriedade dos meios de produção? Se, por um absurdo, o stalinismo apoiasse propostas de revoluções socialistas, não estaria ele sujeito a um desmascaramento e a um enfrentamento à escala social mundial? Não seria mais útil e oportuno à URSS apoiar forças nacional-democráticas de ponta a ponta, mormente quando essas formas representavam expressões do reformismo e da conciliação com as burguesias nacionais, mesmo que em algumas nações já

dispusessem de forças operárias capazes de postular a revolução socialista?

Agora se pode enxergar com mais nitidez de que maneira o stalinismo se colocava diplomática e politicamente frente aos movimentos revolucionários que eclodiram no mundo todo.

Vejamos com que teses Stálin faz sua *vernissage* no cenário internacional, dando início à revisão “soviética” de Marx. A sua tese maior é, evidentemente, a da construção do “socialismo num só país”, como se um país, independentemente do grau e estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, e de um proletariado vitorioso, pudesse sozinho construir o socialismo. Mas, para sustentar essa tese, era necessário amparar uma outra, a de que as forças produtivas de cada nação e, sobretudo, da URSS eram suficientes para a sustentação do socialismo à escala mundial. E é com argumentos desse calibre que Stalin dá por finda a III IC, a qual, ao invés de ser retificada para garantir a direção comunista às diversas revoluções, é simplesmente encerrada e substituída, na prática, por um novo centro: o PCUS (o encerramento da III IC vai obedecer também a uma pressão dos países aliados da URSS na Segunda Guerra Mundial). E assim, o PCUS e o Estado “soviético” se desobrigam de qualquer veleidade de internacionalismo proletário, com o agravante de ter colocado como “tarefa incondicional” dos revolucionários e dos PCs mundiais a defesa da URSS, já que, no novo delineamento estratégico formulado por Stalin, o futuro do socialismo dependia por inteiro do êxito do socialismo “soviético”.

O fim da III IC e a emergência da direção central dos partidos ditos “comunistas”

Segue daí que as linhas gerais a serem perseguidas pela IC, pelo PCUS e pelos PCs, quando o stalinismo assumiu a hegemonia na IC (e enquanto ela existiu), pelo PCUS e pelos PCs, eram, num esboço bem geral, as seguintes: defesa incondicional da URSS, já que ela portava o salvo-conduto e a garantia do socialismo no mundo; negação de qualquer tentativa de uma revolução de fato socialista; negação de qualquer modalidade de revolução que pudesse quebrar

o clima de paz mundial onde o socialismo “soviético” pudesse crescer para ajudar as nações, mais tarde, na retomada da construção do seu “socialismo”.

Porém, com o advento do imperialismo, aparece um dado novo, a saber, a possibilidade de que revoluções nacionais, de interesse e lideranças de elementos das burguesias nacionais e intelectuais da alta classe média, pudessem não só acontecer como tornar-se a maioria dos casos acontecidos (não vamos discutir, nos limites deste texto, as fundamentações que buscam explicar tais acontecimentos). De preferência, levantamos uma tese que consiste na afirmação de que, diante de tais fatos, era mais fácil, oportuno e exequível, para Stalin, apoiar essas revoluções, que não colocavam o socialismo como núcleo efetivo de seus objetivos estratégicos, para, dessa maneira, apoiar, sem perigo de extravasamento de objetivos do processo revolucionário e, ao mesmo tempo, dar espaço, oportunidade e prestígio internacional à URSS por um apoio “desinteressado” às referidas revoluções, quando inevitáveis, e garantir certo grau de controle e monitoração, com correlata manipulação, quando possível, pela própria URSS. De maneira que foi a emergência do imperialismo, que colocou, na ordem do dia, a possibilidade de revoluções à base de conflitos de classe entre burguesias nacionais e o imperialismo, que salvou a URSS de uma rejeição maior — no caso de só haver a única possibilidade de revoluções socialistas, que a URSS stalinista não suportaria —, porquanto ela pôde posar de apoiadora de revoluções que, pelo contexto e caráter delas, seriam apenas democráticas e nacionais.

De modo que, contrariando as rotineiras versões das esquerdas em geral, *Germinal* sustenta uma versão mais completa, porque não unilateral, segundo a qual a Revolução Russa teve dois resultados antitéticos para as perspectivas do proletariado, que deverá travar a luta final contra a burguesia mundial, pela libertação sua e de toda a civilização contra a barbárie fascista que se colocava, como hoje se coloca com evidência incontestada, como uma possibilidade — até porque já se trata de um processo em andamento. A Revolução Russa foi um fato social amplo, largo, complexo e importante quando e na medida em que revelou, depois dos ensaios gerais de 1848 e da Comuna de Paris, que a Revolução Socialista era e segue sendo

possível e que o proletariado era e segue sendo a única classe capaz de chamar para si a responsabilidade de tal empreendimento. Foi também positivo quando abriu — embora não consumado e nem consumando —, mas deixando em aberto, a perspectiva das revoluções proletárias internacionais e internacionalistas no mundo todo. Mas, em boa linguagem de boa dialética social, essa mesma revolução também trouxe o seu oposto, os seus sérios “poréns” — aspectos negativos — a esses mesmos intentos do proletariado no plano internacional, na medida em que, pondo-se diante de revolucionários do porte de Lênin, Trotski, Bukharin, Sverdlov, Rosa Luxemburgo, Karl Liebeneckt, Karl Korsch, entre outros, como um processo ambíguo de ponta a ponta, impôs a essas lideranças uma série de limitações, equívocos, etc., que resultaram na implantação do não socialismo, na emergência de ideologias — o stalinismo — não marxista, e, a partir dessa sua influência, embora indireta, é verdade, também causando um desvirtuamento geral — inclusive pela adulteração do marxismo —, foi de decisiva influência na paralisia e crise do marxismo por décadas que tomaram quase um século inteiro, com evidente atraso do “trem da História.”

É a classe operária uma classe essencialmente reformista?

É óbvio que, no balanço das duas ordens de resultados, a positividade da Revolução Russa supera a sua negatividade, quando não por outro motivo, porque provou que a revolução socialista é possível e que a classe que a realizará é e só pode ser a classe operária. A partir dessas circunstâncias, é perfeitamente justo e verdadeiro afirmar que o recuo do proletariado na maior parte do século XX não se deu porque a classe operária deixasse de ser uma classe revolucionária, ou porque se tenha tornado uma classe “essencialmente reformista”, ou ainda, enfim, porque fosse ou se tenha tornado uma classe destinada a morrer sem reação, mesmo que as contradições que viessem a pesar sobre seu espinhaço fossem as mais pesadas e agudas de toda a sua história.

De fato, da Revolução Russa até o dia de hoje não existe nenhuma comprovação de que o proletariado seja uma classe que

não se dê ao embate da luta de classes. O que existe são interpretações forçadas que, na maioria das vezes, são muito cedo desmentidas pelos fatos empíricos, os acontecimentos do mundo real. Os que fazem tais afirmações não conseguem, por exemplo, explicar porque camponeses, *cholos* ou índios se mobilizaram revolucionariamente, ou em atos de grande envergadura, em algumas revoluções ou apenas em algumas lutas de menor vulto ocorridas em grande parte do século XX; e porque acham que o proletariado não seria igualmente — ou com mais razão — revolucionário quando as condições e os pressupostos de sua ação revolucionária forem dadas, na medida em que, portanto, situações revolucionárias voltem a envolvê-lo. De fato, o que confere critério de avaliação da disposição de qualquer parcela do proletariado mundial é a sua atuação diante de uma encorpada situação revolucionária e não opiniões emitidas ao sabor do senso comum de que o proletariado “nunca reagirá à exploração”. Só quê o que o exame das expectativas e das ações do proletariado durante as duas terças partes do século passado exhibe não é nada como uma atitude essencialmente reformista ou coisa que o valha. O que claramente se mostra é que as condições apropriadas para a luta revolucionária desse proletariado se tornaram particularmente muito mais difíceis a partir da década de 20 do século passado; que, não sendo propriamente uma classe toda formada por oligofrênicos, a burguesia não deixasse de compreender que é muito mais importante para ela dar um tratamento todo especial, pelo controle e pela repressão, à classe operária, impedindo a eclosão da classe em atos e arroubos à escala (comportando ocupação de usinas, plataformas, sistemas de transportes e demais equipamentos de capital fixo de suma importância para a economia), do que a manifestações de camponeses com ou sem terra ou a índios e *cholos* andinos de cujas paralisações o sistema do capital se ressentia imensamente menos do que com as correlatas diabruras dos trabalhadores fabris.

Fato sobremodo importante na linha de exposição que estamos desenvolvendo nestes últimos parágrafos consiste em que a história das lutas de classes, envolvendo o proletariado fabril nesses dois terços de século, ainda revela que a burguesia mundial recorreu



ao nazifascismo numa parte do mundo do capital em grande medida para deter, por uma repressão cavalgar, a classe operária como um todo e que o capitalismo mundial pôde revelar que, não obstante estivesse submetido a um processo geral de decadência, ainda foi capaz de reunir uma suficiente reserva de forças para realizar mais um — o último, decerto — ciclo de onda longa, o qual pôde oferecer, na sua fase de ascensão, de 1945 a 1975, aproximadamente, meios de emprego e de programas de assistência, encampados pelo Estado (social-democrata) que, em condições de crise nas organizações revolucionárias, logrou reter a classe operária em relativa imobilidade, entre as décadas de 1940 e 1970, quando uma crise anunciada deitou por terra o maná ofertado pela complexa combinação, vital para o capitalismo na época, de um Estado social-democrata com o padrão de acumulação taylorista-fordista mais a terapia keynesiana e contando, ainda, com o ópio stalinista.

Debaixo desse massacre todo, que teve mais o ingrediente de uma crise sem precedentes das direções do próprio proletariado, como se pode exigir que a classe passasse ileso, imaculado, sem qualquer titubeio, como direção de si mesma e, paradoxalmente, tendo de dar lições a suas “direções”? Ver as coisas dessa maneira não seria ter uma visão idealista da própria classe, das suas contradições, de seu estágio, do seu desempenho? Sem que se proceda a uma análise profunda de todo esse contexto que envolveu — e ainda envolve — o proletariado, para se compreender porque essa classe se comporta dessa ou daquela maneira, ninguém, nenhum intelectual, tem o direito de fazer afirmações tão canhestras acerca da classe, tais como as de uma suposta “essência reformista” ou coisa equivalente a isso. De mais a mais, mesmo quando, em plenos anos 1960-70, as verdadeiras direções da classe já se tinham ido — Lênin, Gramsci, Trotsky, Rosa, e muitos outros — e quando homens do calibre intelectual de Lukács e H. Lefebvre eram proibidos e impedidos de colocar, no interior de seus respectivos partidos, o seu gênio no descortinar das travas e dos segredos dos grandes problemas estratégicos, táticos e organizativos da revolução, todos problemas atacáveis pela ciência social marxista proporcionada por intelectuais a serviço da classe — a qual só tinha a ganhar com essa transferência de saber, pois bem, mesmo sob condições e

circunstâncias tão extremamente difíceis, o proletariado, agindo praticamente só, foi capaz de mover ações de tal escala social, como as jornadas de 1968 em vários países do mundo contemporâneo, que pôde dar mostras de que possuía mais do que uma mera “essência reformista” e que, certamente, se havia gente “essencialmente reformista”, essa gente só poderia ser certa categoria de intelectuais que, ensarilhando as armas, cuidava de andar atrás de argumentos e motivos para vestir definitivamente o pijama ou, no caso dos mais jovens, de se transferir para a cômoda convivência das academias.

Mas, por que interessa saber se o proletariado é ou pode ser essencialmente reformista? ou, como colocaram Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin, se não se trata de uma classe, pela posição estratégica que ocupa no ponto mais decisivo da estrutura da sociedade burguesa, pela situação de classe explorada levada a se contrapor a uma outra classe que a explora, pela situação de crise que tende a empurrá-la para que tome em suas próprias mãos o seu destino — e, por extensão, o de toda a humanidade —, não seria uma classe “essencialmente revolucionária”? Raciocinando pelo absurdo, e posto o problema no seu mais puro ponto de princípio, uma conclusão acerca do proletariado, como destituído da chamada “essência revolucionária”, levaria a todos os marxistas (a rigor em tal contexto nem marxistas haveria) a tomarem consciência de que, no caso de ser necessária e possível uma revolução dirigida e feita por uma outra classe, a condição de classe de tal revolução jamais daria passagem a uma ditadura do proletariado, portanto também não a uma sociedade socialista e nem à consumação dessa numa sociedade sem classe, sem Estado e sem exploração de classe. Nessa modalidade de revolução, a sociedade, que, por ventura, tivesse de ser construída, não poderia dar lugar a qualquer dos traços característicos do legado positivo da Revolução Russa ressaltados num parágrafo anterior, mas, por seu turno, seria uma sociedade ontologicamente construída com praticamente todas as heranças negativas que a URSS herdou, desde que se deveria tratar de uma sociedade necessariamente de classes com todos os pressupostos da exploração do trabalho alheio.

## Ausência de dialética na análise da saga do capital no século XX

De outra parte, cabe examinar uma tese recorrente nas hostes das esquerdas, que traz marcante influência do luxemburguismo e do anarquismo: a tese que afirma que, desde 1914, o capitalismo imperialista se encontra numa unívoca decadência e que, por tal e como tal, não pôde e nem pode mais inaugurar um novo ciclo de longa duração; de onde, conseqüentemente, segue que o derradeiro ciclo que o sistema do capital teria logrado cumprir teria sido o dos anos 1894-1913. É evidente que estamos diante de uma “teoria” que busca entender a saga do capital, na maior parte do século XX, obedecendo a uma formulação simplista que ossifica a realidade em esquemas nos quais é deixada de lado uma ponderável multiplicidade de determinações concretas dos ciclos capitalistas, portanto, que abandona todo um complexo conjunto de mediações inelimináveis, sob pena de cair, como tem caído, numa explicação não científica, mas puramente ideológica da história do capital, portanto, também, da sua saga a partir desse início do século XXI, quando uma crise sem precedentes o ataca por todos os lados.

O que significa, pois, afirmar que o último ciclo de onda longa da acumulação capitalista teria sido o dos anos 1894-1913 e que, a partir de então, o capital — e o capitalismo — resume seus passos a um processo geral de decadência? O efeito imediato de tal interpretação consiste em não reconhecer que o último genuíno ciclo de onda longa da história do capital não foi o dos anos 1894-1913, mas o ciclo que tem início, com a sua fase de *boom*, por volta dos anos 1940 e o seu epílogo entre os anos de 1960 a 1973-75, portanto, dando início à sua fase de recessão na década de 1970, sem sinal de recuperação até os dias atuais. O primeiro defeito dessa concepção é o de uma deficiência explícita de dialética, na medida em que, lançando mão de uma lógica caracteristicamente formal não pode reconhecer que o capital conseguiu combinar dois movimentos contrários, a saber, um de decadência, já assinalado por Lênin, com um (o último, decerto) impulso geral de uma acumulação autenticamente capitalista, que se realiza em duas fases constitutivas

do ciclo 1945-1975 e 1975-2010. Para quem pretende fazer ciência, ao invés de produzir e reproduzir dogmas, é absolutamente necessário deixar de lado a atitude de seita, de deixar de consultar autores atuais, na base do “não li e não concordo”, deixando de assimilar efeitos de análises, referentes, sobretudo, a uma realidade atual, não vivida por Marx, Engels, Lênin ou Rosa Luxemburgo, que trazem contribuições que enriquecem as nossas pesquisas e visões da problemática do capital nos dias que correm. Nesse sentido, é extremamente obrigatório, imperdoável, que marxistas de hoje desconheçam autores como Mészáros, Chesnais e Mandel, os quais, apesar dos equívocos cometidos na abordagem a determinadas esferas do marxismo, têm sim, contribuições importantíssimas em outras esferas, mormente em se tratando dos autores atrás citados, no que diz respeito à longa crise dos nossos dias.

Um dos efeitos mais daninhos que autores e organizações luxemburguistas cometem com a hipostasia da decadência da ordem do capital em desfavor da abordagem do efetivo processo de acumulação na onda longa que vai dos anos 1940 aos anos 1970 é a da desqualificação dos resultados de suas análises que, por não levar em conta o efetivo ciclo de acumulação de onda longa mais recente, deixam um vácuo em não poder explicar como e porque surgiram, num processo só de decadência, conquistas do capital, tais como, só para citar as maiores ou mais relevantes; o fordismo e a linha de montagem; o desenvolvimento das indústrias naval, automotiva e de aeronaves; também a dos fármacos, do petróleo, da química e da química fina, dos meios de transportes e das comunicações, da robótica e da informática, e de muito mais, *absolutamente impossíveis de virem à luz do dia num processo de exclusiva decadência*.

Um outro efeito perverso que tal hipostasia da decadência produz, e que, para nós, é de importância fundamental, consiste — mantendo-se o dogma de que todo o século XX é exclusiva (e longa) situação de decadência — em não poder explicar por que o proletariado se manteve em linha tendencial de reclusão na maior parte do século, mas, em outros momentos, com inolvidáveis exemplos de organização e mobilização. Como explicar o processo e o contexto geral do comportamento do proletariado, de maciça mobilização em determinados momentos, de apatia noutros, de

reclusão noutros mais? Como justificar esse complexo e variado movimento negando tão diferentes intervalos da sua ação num contexto social de decadência, sem que houvesse ciclos de curta duração algumas vezes, um ciclo de onda longa noutras, que exatamente determinassem as diferentes atitudes da classe? E mais, como não conceber que, num mesmo ciclo de longa duração houvesse dois, três ou mais ciclos de curta duração, e que esses instantes diferenciados se devessem à ocorrência de tentativas de retomada, parcial ou total, de ciclos do capital? Ora, é óbvio que só nas fases de *boom* de *um ciclo instalado* haja relativa retomada do nível de emprego, e como só nas fases recessivas de um ciclo *que se esgota* haja queda do nível de emprego, para esclarecer, em cada caso, o estado de ânimo dos trabalhadores e a sua mobilização. Para ilustrar, no intervalo de onda longa que vai-se situar entre 1945 e 1975, Mandel identifica as crises de curta duração dos anos de 1949, 1953, 1958, 1961, 1970 e a crise maior, tomada em média nos anos 1973-75, que determinou o encerramento dessa fase de *boom* da economia mundial. Obviamente, as crises de curto fôlego que se localizam dentro dos limites do ciclo eram as de 1949, 1953, 1958, 1961 e a de 1970, crises pequenas que não tiveram força para encerrar o ciclo na sua fase ascendente. Essa façanha coube à crise de 1973.

Portanto, em conclusão, só *admitindo que houve de fato um ciclo de onda longa, formado de movimentos localizados de elevação e queda da acumulação*, é que se pode *identificar os momentos nos quais o operariado assume tais e quais comportamentos, ora de calma, ora de uma grande agitação*.

### Uma pausa para meditação

Façamos uma breve recapitulação, para voltar ao ordenamento do escrito, para um melhor entendimento do mesmo, como plataforma que nos lançará ao arremate do assunto — a situação da Revolução Russa no contexto da luta de classe na atual situação e em perspectiva.

Primeiro: foi visto, no início do escrito, que o stalinismo, para

implantar o seu “socialismo”, não saiu do nada, mas de um capitalismo de Estado, herança da fase Lênin-Trotsky — e que tal capitalismo de Estado aparece como um subproduto das ambiguidades que afetavam a Rússia e também das ambiguidades que os dirigentes bolcheviques contraíam nas tentativas de interpretar o sistema social objeto de duas revoluções.

Segundo: tentou-se também conhecer quais foram essas ambiguidades que se colocaram como bloqueios à construção do socialismo: o isolamento da Rússia revolucionária, na medida em que o proletariado europeu não acumulara forças para realizar as revoluções socialistas que, se levadas a efeito, ajudando mutuamente as revoluções daqueles países, amparava também a Revolução Russa, dando a essa última o apoio indispensável para que também nela pudesse florescer o socialismo.

Terceiro: foi visto também que no plano interno da sociedade russa imperava um modo de produção feudal, de larga base camponesa, dominada por um czarismo ultraopressor, sociedade atrasada a que se contrapunha uma recém-industrialização, mas cuja burguesia sequer podia nutrir qualquer veleidade em lutar pela dominação de classe, e um proletariado jovem, centrado numas poucas cidades, sem condições de imprimir o seu selo de classe à revolução — a qual, também por isso, não pôde ultrapassar os bloqueios objetivos e subjetivos que impediam a ultrapassagem.

Quarto: vimos ainda que, por conta dos fatos aqui expostos, os soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros também não tinham condições de exercer influência ao conjunto de uma sociedade territorialmente vasta e mal servida de meios de comunicação, dificultando contatos de trabalhadores entre si e outros tipos de movimento.

Quinto: a percepção dos dirigentes do partido bolchevique de que era necessário mais do que uma Guarda Vermelha de dez mil homens para dar cabo da contrarrevolução em marcha, e que, portanto, era necessário preparar um exército muito mais eficiente, induziu os dirigentes a prepararem um Exército Vermelho de 5 milhões de homens, dirigidos por cerca de 30 mil oficiais oriundos do czarismo, medida que acabou com a democracia no interior das forças armadas, adotando o mesmo estilo de comando de um

exército regular e profissional tão bem caracterizado por Lênin em *O Estado e a Revolução* como um dos dois pilares básicos do Estado burguês (o outro pilar era a burocracia). Como consequência, o Poder dos trabalhadores sofreu rude golpe, além de colocar 30 mil oficiais na estrutura de uma nova classe que era constituída na forma de uma burocracia que se reduzia a um sistema de burguesia de Estado.

Sexto: o Comunismo de Guerra, determinando uma centralização extrema das decisões como método para a resolução do grave problema do desabastecimento, depois de ter causado confusão nas análises do próprio Lênin, mostrou-se inútil e, após ter permitido um agravamento da centralização do Poder nas mãos da burocracia e do partido, teve de ser arquivado e ser substituído por uma medida geral diametralmente oposta, a NEP. E a NEP, Nova Política Econômica, que era lançada como mais uma solução emergencial, com o objetivo de resolver o problema atacado, porém fracassado, com o Comunismo de Guerra, significou, com a diretriz pela qual foi lançada, de permissão da prática capitalista, mais um revés no caminho da suposta construção do socialismo, posto que, dessa vez, trouxe mais um paradoxo em referido trajeto ao facilitar o surgimento de uma camada de camponeses ricos, consolidando a nova classe que já substituiria o proletariado no Poder.

Esses são os cerca de seis pontos centrais, entre muitos outros (talvez secundários, mas que, no conjunto, tiveram relevante peso na configuração da crise) postos e dispostos como recursos provisórios a serem revogados quando, num futuro incerto, a implantação do socialismo o permitisse. No encadeamento estratégico prático, há seis pacotes de medidas emergenciais que, por conta da força cumulativa que emergia no processo encampada por uma burguesia de Estado, que ocupava todos os espaços tanto na economia como na burocracia estatal, se tornaram fato irreversível, deixando, para os novos dirigentes da URSS, no caso Stalin e sua *entourage*, a base econômica e social assumida sem qualquer crítica e a ser desenvolvida sob a farsa de que era possível construir o socialismo num só país.

Assim é que o processo total da Revolução Russa foi marcado por dois aspectos básicos: um, *negativo*, na medida em que, como

um processo todo marcado por ambiguidades que eram acumuladas em regime de reforço mútuo, impôs ao Partido uma série de limitações, equívocos, falsas soluções que resultaram na implantação não do socialismo mas na robustez do capitalismo de Estado acompanhado de uma ideologia circunstancialmente apropriada, o stalinismo, legitimadora de uma nova forma de metabolismo social promovido pelo capital; outro, *positivo*, na tentativa de construir o impossível, vale dizer, o socialismo num só país, consistiu em provar, para o mundo e para o proletariado, que a revolução socialista, isto é, a ditadura do proletariado, é possível. Dito de outro modo, que o proletariado não é, como alguns expoentes ex-marxistas pregam em seus escritos e em suas falas, uma classe essencialmente reformista, mas, ao contrário, como concluíram Marx e Engels, que é, e segue sendo, a única classe capaz de abrir o espaço do futuro para libertar-se e libertar a humanidade toda desse tremendo pesadelo que foi, e ainda é, toda e qualquer sociedade de classe.

Retomando o fio condutor da nossa análise: os malefícios do stalinismo para a perspectiva da revolução proletária

Quanto ao stalinismo, ele foi fabricado na URSS de Stalin, porém, partindo de uma base concreta: uma situação de capitalismo de Estado implantado pela direção do partido bolchevique, que tinha todo o interesse em revogá-lo tão logo a revolução em escala internacional pudesse amparar a jovem URSS. Só que, como foi exposto nos capítulos antecedentes, o número de medidas que se sucediam umas às outras, que deveriam ter caráter provisório — a exemplo das seis mencionadas mais acima —, acumularam-se como uma totalidade dominada por uma burguesia de Estado que, já na época de Lênin e Trotsky, se impunha e impunha como tal, de maneira incontornável. Essa burguesia de Estado fez sua escolha: seu porta-voz seria Stalin, o qual mostrou-se competentíssimo para a tarefa contrarrevolucionária em questão. Com efeito, Stalin se colocou à altura das tarefas que tal mandato exigia, pois mostrou-se exímio formulador de teorias baratas e executor do “jogo sujo” que consistia em adulterar teorias, falsificar dados e informações para



provar o que bem entendesse, inclusive para prender e mandar matar velhos bolcheviques, fazer acordos espúrios com os caciques do capitalismo mundial, entre outras façanhas abjetas.

Esse “socialismo” ganhou o espaço social russo e também o espaço internacional, aqui, por meio da III Internacional Comunista (III IC) na sua fase pós-Lênin, do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e dos Partidos Comunistas das mais diversas nações, divulgando maciçamente à escala de massa a proposta de um “socialismo” *sui generis*, isto é, um “socialismo” formado pelas classes operária, camponesa, pequena burguesia urbana e a burguesia nacional de que o maior e mais emblemático exemplo foi o “marxismo possível” de Mao tse-Tung, que merecerá um exame em particular numa próxima edição de *Germinal*. Como esse ideário não punha em xeque o “marxismo soviético”, passou a ser exportado e incentivado para e em todos os PCs filiados à III IC, até que, em 1943, por pressão de um punhado de chefes de Estado aliados à URSS na luta anti-nazi-fascista e também, como citado, em face da conjuração do perigo de uma revolução *socialista*, Stalin gentilmente a dissolveu.

A indigência intelectual e a subserviência da grande maioria dos dirigentes dos PCs ao PCUS eram de tal modo que, a partir da dissolução da III IC, e agora dirigidos pelo PCUS, os PCs, por meio de seus dirigentes, engoliam qualquer absurdo proposto pelos PCUS e a última III IC, sem qualquer objeção de peso, — e os que tentaram fazê-la, por esboço que representasse, podiam ir para a Sibéria, sofrer um “acidente” ou sofrer um processo manipulado, uma espécie de *Sessão Especial de Justiça*, no qual o veredicto já estava dado: o infeliz era “um traidor”. Para se ter uma ideia de a quantas ia essa mistura de subserviência, corrupção, oportunismo e incompetência perpetrada em nome do marxismo, dirigentes de PCs de alguns países como o Brasil, país já possuidor de um perfil industrial avançado, com uma estrutura industrial bastante complexa, contando com uma base técnica densa, — inclusive com Departamento II (produtor de máquinas e matérias-primas complexas e com uma estrutura de exploração e refino de petróleo, usinas siderúrgicas, refinarias de porte, ramo metalomecânico, etc.) de certo porte — e com um proletariado fabril numeroso,

organizado e mobilizável (aquele mesmo que realizou as greves do ABC paulista), pois bem, dirigentes “comunistas”, agindo como autômatos, desde que nasceram lá pelos idos da segunda década do século XX, já formavam alianças frentistas com as “burguesias nacionais” e, muitas décadas depois, para provar que nada aprenderam acerca da concepção marxista das questões programáticas e táticas da abordagem à luta socialista, caíram num erro muito maior: enviavam para as nossas “sierras maestras” (Caparaó) e/ou para as florestas distantes (Araguaia) dos grandes centros urbanos e das grandes regiões metropolitanas, onde se concentrava o capital industrial com sua classe operária fabril, algumas dezenas de militantes para organizarem a luta armada, com base nos manuais de “guerra de guerrilha” de Régis Debray e Ernesto “Che” Guevara e a doutrina maoísta de “guerra popular”, com o “cerco das cidades pelo campo”, como se aqui, como em todos os países de industrialização tardia, a realidade da luta de classes fosse algo semelhante ao que ocorria na China, na Coreia, ou na África.

Por outro lado, “revoluções”, como a “revolução” húngara (1956), os “socialismos” implantados à força pelo Exército Vermelho, ou seja, pela URSS, bem como todas as operações de idêntico feitio realizadas durante a “guerra fria” seguiam a mesma batida e, dessa maneira, a partir dessa situação, por efeito direto ou indireto da orientação do PCUS, deu-se o descalabro total das concepções estratégicas, táticas e esquemas organizativos formulados por Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo, ora substituindo-os pela “guerra popular”, de inspiração maoísta, ora com o reformismo desarmado, de inspiração eurocomunista, praticado pelos partidos “comunistas” dos países europeus, PCF, PCI, etc., sem esquecer das versões mais exóticas e rebaixadas do stalinismo em países da Ásia, da África e do Leste europeu, cujos perfis, rotulados de revoluções “socialistas”, “repúblicas populares” e outras mistificações do gênero, cujas existências confundiam e ainda confundem o público em geral, desembocaram em ferozes ditaduras, umas dissolvidas por movimentos de massa (Romênia), outras ainda em pé (Coreia do Norte), em circunstâncias nas quais, em função da mesma crise que assola o marxismo, o povo, na medida em que foi o protagonista da derrubada de algumas dessas ditaduras, não foi obviamente capaz de

substituir as concepções burguesas que o norteavam desde a queda do muro de Berlim, passando pela queda de Ceausescu, por autênticas revoluções proletárias.

De modo que estava, como ainda está, instalada a maior crise do movimento comunista contemporâneo, motivo pelo qual o grande público, entre atônito, desinformado e, obviamente, desprovido de qualquer capacitação teórica para interpretá-la, permanece sem saber separar e relacionar fatos, opiniões e informações que lhe garantissem qualquer entendimento acerca de todo esse vórtice de acontecimentos que desenham e apagam e redesenham de novo os contornos do quadro geral de interesses e de contradições que movem capitalistas e quadros dirigentes seus, fatos que repercutem nas suas vidas como vítimas dos senhores do capital.

## Epílogo

É chegada a hora de dizermos algo como quais as perspectivas que se colocam, no horizonte visível, como tendencialmente mais plausíveis.

Temos a considerar que, a curto e a médio prazo, no confronto *socialismo x barbárie*, que já ocorre desde algum tempo, a barbárie anda a ritmo de Schumaker, enquanto o socialismo anda a ritmo de Barrichelo. E isso é péssimo! Que ninguém se engane, pois, se é verdadeiro que o desfecho de uma crise como a que estamos vivendo pode despejar energias benfazejas, uma distância muito grande entre os dois corredores pode significar um desastre para a corrida. Pensamos que o quadro da crise do elemento subjetivo que foi exposto neste escrito fala por si só. Temos que tirar o leme das mãos do Barrichelo.

Existe um fato novo a ser ressaltado e que consiste no seguinte: ocorre uma inusitada corrida a Marx no movimento editorial. Cresce o número de intelectuais, na sua maioria jovens, que estão ansiosos para ler, compreender e escrever acerca de Marx. Apesar de que se trata de leitores cuja prática se esgota na atividade acadêmica, deve-se considerar a possibilidade de que essa tendência possa vir a extrapolar a academia para ganhar espaço fora dela, a saber, nas organizações operárias propriamente ditas.

Mas onde reside a vantagem de tais intelectuais lançarem-se sedentos de Marx? Parece que a corrida a Marx, exclusivamente a Marx, dá-se depois de se ter passado muito tempo lendo e praticando Gramsci, Althusser, Poulantzas, Marcuse, e, cansados de uma polêmica não muito útil, essas pessoas, como que desconfiadas, pretendessem fazer a conta da “prova dos nove fora”, para ver, elas próprias, o grau de consistência de tais intérpretes de Marx. E por que essa corrida a Marx é particularmente importante? Porque os estudiosos vão — já está acontecendo isso! — conhecer a fonte mais consistente do marxismo e, com base nele, se referenciar para julgar os desvios de rota que tais autores produziram. Deixar todos esses autores de quarentena até que se conheça bem o autor maior é a melhor escolha desta vez. As leituras que se sucedem e que estão na base de teses de mestrado e de doutorado são muitas, e todas, nos limites do que permite a academia, são pensadas com exposição crítica do que os leitores entendem de todos os marxistas, marxólogos, “marxianos”, etc.

Mas está-se apenas no umbral de uma busca que se coloca como a tarefa mais importante que os marxistas talvez estejam a fazer nestes tempos de retomada e tempos, ainda mais, deveras difíceis: fazer definições numa tal escala; como entender essa crise; mapear definindo a classe operária; compreendê-la no contexto social e histórico que tem muito de novo (e que só pode ser compreendido a partir das categorias do marxismo), num tempo curto, numa disputa difícil, onde a cobertura de certas falhas não pode mais acontecer, sob pena de não se aproveitar a única chance que se apresenta de arrancar o Poder para que a humanidade possa seguir tendo a mais completa liberdade de escolhas.

As tarefas que estão aí para serem executadas são tarefas que se iniciam na base de uma divisão do trabalho e de uma discussão inteiramente desprovidas do vedetismo costumeiro, um debate que, não obstante deva ser acirradíssimo, deve ser visto e tratado como um debate entre camaradas e não como uma batalha de vida ou morte entre os contendores, lembrando que se trata de um debate teórico que está fora de moda há quase um século. Estão a merecer um balanço crítico temas como a ontologia de Lukács, a gnosiologia (do Lênin dos *Cadernos Filosóficos*), a dialética (um re-exame de

Engels, que não permaneça nos limites de um quase preconceito), a teoria da crise (no próprio Marx e Mandel e nas esferas da estratégia, da tática e da organização).

Um segundo tratamento consiste em remapear os problemas da revolução, tomando em conta sua necessidade, seu grau de amadurecimento, em que países ela deve ter início, em que países ela já começa exibindo uma possibilidade de receber uma conotação socialista, em que outros países ela não poderá ser uma revolução socialista, mas uma revolução que, na base do internacionalismo, possa cumprir o processo de ajuda mútua e em que países ou regiões a revolução nem será mais possível, pois não haverá mais tempo para ela, dado que o sucateamento que o imperialismo está levando a efeito nas suas economias, no povo em geral, pode redundar que, quando o mundo esteja maduro para as revoluções de novo, dessas sociedades só restem os escombros. São, como vemos, questões tão legítimas quanto urgentes. Tratar de conferir qual a exata dimensão da economia capitalista hoje em dia de possibilitar a abastança, que é pressuposto para a desnecessidade das classes sociais, e, finalmente, equacionar, desde logo, partindo das ambiguidades que determinaram o fracasso da Revolução Russa, desde que ela foi a experiência-mater, tanto do que foi positivo como do que foi negativo, do ponto de vista do proletariado.



## A tradição de 22

Havia-se passado cinco anos desde a vitória da Revolução Russa de 1917, e a expansão da onda revolucionária pelo mundo entrava agora em uma fase de retração. O longo período, em que se conviveu com situações revolucionárias e pré-revolucionárias, parece que havia se findado, pelo menos momentaneamente, naqueles países onde até então existia um movimento operário buliçoso e dinâmico. É esse contexto conjuntural, e por conta de inúmeras ambiguidades por que passavam os bolcheviques, na tentativa de implantar o socialismo na Rússia, que já entrava em um processo retroativo da sua revolução, que irá influenciar sobremaneira o conjunto do movimento operário internacional.

Dentro dessa nova realidade, e sob a influência do centro dirigente da III Internacional, é que, no Brasil, um grupo de militantes reclama para si a responsabilidade em expandir pelo mundo as "lições de Outubro" e funda o Partido Comunista do Brasil, em 1922. Este, por sua vez, irá constituir-se no principal reduto do reformismo, do revisionismo e da conciliação de classes durante boa parte da sua trajetória histórica, acumulando derrotas, capitulações e traições aos interesses da classe operária e do proletariado como um todo.

Essa trajetória, que se iniciou em 1922, irá marcar profundamente várias gerações de revolucionários, não só dentro do velho Partido Comunista do Brasil como das suas várias outras ramificações organizadas, que vão surgir em momentos posteriores, sendo que, em todas elas, estará presente, no âmago de suas teses, o reformismo que partia das resoluções da III Internacional, já sob a influência de Stalin e Dimitrov. Tinham como justificativa para essa tática, vagas perspectivas nacionalistas, ou anti-imperialistas da Revolução Brasileira, donde o proletariado, longe de lutar pelo

socialismo, deveria – devido ao atraso do capitalismo no Brasil – associar-se com setores da burguesia nacional numa frente única.

A partir de 1920, denúncias são feitas aos desvios no trajeto empreendido na Revolução Russa, em especial pelo PCUS. A classe operária, entretanto, não pôde reagir para reorientar suas próprias organizações por causa das derrotas e do refluxo da onda revolucionária. Os poucos núcleos de revolucionários da esquerda comunista dos países da Europa questionaram, de maneira contundente, mas sem força suficiente para mudar os desvios da III Internacional. Infelizmente, essas experiências ficaram sufocadas e isoladas de muitas organizações de revolucionários no resto do mundo, durante décadas. Até hoje, em muitos países, pouco ou quase nada é conhecido dessas críticas.

As "ideias socialistas", que vão ser conhecidas durante muito tempo, no Brasil e na América Latina, não passaram de receituários oriundos das resoluções do Komintern dirigidos a partir de Moscou, reproduzidos aqui mecanicamente e sem levar em conta qualquer tipo de estudo e análise da estrutura social brasileira. Só bem mais tarde, 40 anos depois da criação do Partido Comunista do Brasil é que vão surgir, ainda de forma incompleta e em materiais dispersos, críticas e tentativas de se buscar compreender a realidade brasileira, por militantes comunistas ou não, para se traçar novos rumos para a luta de classes no país.

Eram expoentes desses esforços intelectuais: Caio Prado Jr, Jacob Gorender, Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Celso Furtado, etc. Um estudo à parte deve ser creditado às correntes que se vão formar no Brasil, a partir dos finais dos anos 1930, sob a influência de Leon Trotsky e da IV Internacional, o que trataremos em outro momento.

### Ausência de Método na Definição Estratégica

A tradição de 22, na qual se pretendeu, durante muito tempo, construir "o partido de vanguarda do proletariado", ou, em outros momentos, a "vertente no sentido da construção dessa vanguarda", não passou de experiências reformistas que, desgraçadamente,



permanecem até os dias de hoje entranhadas na concepção daqueles agrupamentos que ainda brigam e reivindicam esse espólio. Essas experiências aconteceram, principalmente, no âmago do stalinismo, com sua "ideologia" impregnada de um subjetivismo absolutamente policial e sua prática, de um empirismo da mais pura violência. No fundo, os interesses dessa casta de usurpadores são hostis à teoria marxista; herdaram essa referida tradição para poder reconhecer e lutar pela sua necessidade, mas, nada têm a propor para libertação do proletariado do domínio do capital. Portanto, estamos convencidos de que a construção de um verdadeiro destacamento de vanguarda do proletariado não pode e nem deve passar por dentro de tais experiências e concepções de organização e sim, pelo contrário, tem de romper e negar tal tradição.

Não adianta, portanto, fazer, como algumas organizações que se originaram da tradição de 22, ou que se dizem rompidas com o stalinismo, e na hora de formular suas táticas e estratégias, em vez de se basear em concepções marxistas, caem em velhas fórmulas ou dogmas de frentes populares, partido de massas, parlamento, caminhos muitas vezes mais fáceis de seguir, embora nem sempre acabe no melhor destino. Precisamos, então, resgatar como método o marxismo em sua origem e, à base dele, começar de novo um caminho que muitas vezes será até tortuoso, cheio de obstáculos, mas um caminho onde não haja espaços para improvisações, como também para as coisas prontas ou para simplificações.

Em *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, escrito em 1918, Lênin, polemizando sobre as deturpações que os oportunistas fizeram na doutrina de Marx, escreve:

[...] o bolchevismo popularizou em todo mundo a ideia da "ditadura do proletariado"; traduziu essas palavras primeiras do latim para o russo e depois para todas as línguas do mundo, mostrando, com o exemplo do poder soviético, que os operários e os camponeses pobres, mesmo num país atrasado, mesmo os menos experientes, instruídos e habituados à organização, foram capazes num meio de gigantescas dificuldades, em luta contra os exploradores, de conservar o poder dos trabalhadores, de criar uma democracia mais elevada e mais ampla do que todas as democracias anteriores no mundo (pag. 35).

Essa assertiva é válida, tanto para a crítica quanto para a formulação, o que não se verifica na tradição de 22, que é obstinada em criar proposições ambíguas, tais como: "Bloco Operário Camponês", "Governo Operário Camponês", "Governo Democrático de Unidade Popular", "Governo Democrático Operário e Popular", "Governo Popular Revolucionário", "Governo Popular", "Governo Democrático", "Democracia Participativa", "Governo dos Trabalhadores", etc. Essa concepção tática e estratégica, composta por classes e fragmentos de classes de todos os segmentos sociais possíveis, sem distinção alguma, pode parecer, à primeira vista, uma abordagem livre de preconceitos. Pois como exigir clareza de um partido diluído nessa geleia geral propositada pelo conceito tão liberal de classe?

Mas a sociedade real compõe-se de classes com interesses, aspirações, concepções diametralmente opostas e de uma ciência humana universal no campo social. Esse liberalismo abstrato, essa moral abstrata é a consequência de uma confusão teórica. Um revolucionário, com método, para abordar a questão da ditadura do proletariado em qualquer parte do globo terrestre deve, em primeiro lugar, esclarecer o conceito geral do que é a ditadura do proletariado; ou seja, deve focar, fixar, desenvolver e esclarecer o que é essencial para uma proposta revolucionária; ou ainda, aquilo que não pode ser negado, o que não deve ser negligenciado em nenhuma forma particular ou específica de governo do proletariado: o essencial, aquilo que tem de ser necessariamente realizado, aquilo que, numa palavra tem de estar presente exatamente como núcleo e essência de um programa revolucionário e socialista.

Assim, o proletariado luta pela derrubada violenta do governo da burguesia, seja esse governo imperialista, nacionalista ou com predominância de produção agrária, destrói-lhes para implantar seu governo, que, nas palavras de Lênin (Idem) “[...] é uma democracia infinitamente mais ampla do que todas anteriores que houveram no mundo, de iniciar o trabalho criador de dezenas de milhões de operários [...]”, e que esse governo é a ditadura do proletariado.

Começamos então afirmando que as concepções formuladas dentro dessas formas ambíguas, como as citadas acima ou outros equívocos criados pela tradição de 22, podem ser qualquer coisa,

menos um Estado em transição ou ditadura do proletariado. Em segundo lugar, devemos buscar, mediante uma abordagem teórica ou de um fato empírico em questão, a caracterização da forma específica da ditadura do proletariado, ou a forma pela qual as condições locais (da luta de classes, etc.) de uma determinada sociedade incluem ou realizam na essência essa ditadura, acrescentando aspectos, configurações e formas próprias que não têm porque estar presentes, necessariamente, em outras formas específicas de ditadura do proletariado.

Para autores como Marx, Engels ou Lênin, não existe democracia que não seja de classe, de uma só classe, e, nesse sentido, a história moderna só conhece duas formas de democracia, a da burguesia, só dela, e a do proletariado, só dele. Quem nos fala é o Lênin de 1920, maduro, calejado de duas revoluções e já rompido com certos aspectos de suas formulações de 1905. A tradição de 22 propõe fórmulas ambíguas e vazias de conteúdo e rigor científico, afirmando, ademais, serem elas "formas específicas de governo para a situação do Brasil", quando se sabe que, por trás dessas fórmulas e chavões propostos, se escondem traições e conciliações de classes.

Lembremos de Engels:

[...] o Estado é de fato apenas uma instituição transitória, da qual a gente se serve na luta, na revolução, para reprimir pela força os adversários, é puro absurdo falar de um Estado popular livre. Enquanto o proletariado ainda usa o Estado, o faz não pelo interesse da liberdade, mas da repressão dos seus adversários, e logo que se pode falar em liberdade o Estado deixa de existir como tal.

Aqui está o essencial, aquilo que, por princípio, os marxistas, os leninistas, embasados num programa revolucionário proposto, devem necessariamente reclamar e proclamar em alto e bom som e não abrir mão em hipótese alguma. O proletariado deseja a instalação de sua ditadura e não propor mistificações grosseiras, reformistas feitas à base de conciliações de classe como as da tradição de 22; o proletariado propõe destruir, pela insurreição violenta e organizada, o Estado e o Poder burguês como um todo, substituindo-os pelo seu Estado, pelo seu Poder, sua ditadura. É esse o sentido

exato das palavras de Engels: o proletariado deve e tem de reprimir (não pode deixar de fazê-lo), pela violência agora organizada em Estado e à base de milícias armadas, a burguesia como classe (até o seu extermínio completo), jamais defendê-la, facilitá-la, ou garanti-la. O proletariado não garante de antemão, quando fala de sua ditadura, os negócios e a existência da burguesia.

Engels, ainda diria mais, na introdução do livro *A Guerra Civil em França*: “[...] Ultimamente, as palavras 'ditadura do proletariado' voltaram a consumir em santo horror o filisteu social-democrata. Pois bem, os senhores querem saber o que é essa ditadura? Olhai a Comuna de Paris: eis aí a *ditadura do proletariado!*”

Nós acrescentaríamos citando os conselhos que existiram em diferentes circunstâncias, como na Rússia Soviética, na Guerra Civil em Espanha ou nos painéis da Argentina. As formas embrionárias de ditadura do proletariado, que foram abortadas nesses países, são as mesmas dos *communards* de Paris. Configurações que englobavam todo conjunto da classe operária, com seus dirigentes eleitos e revogáveis a qualquer momento. Esses colegiados mantiveram o controle do armamento como garantia do poder político sob controle exclusivo da classe operária.

### Uma herança sem renúncia

Os programas da tradição de 22 são marcados basicamente por duas diretrizes: uma é a “prevalência da forma sobre o conteúdo na análise e na definição das instituições políticas, isso combinado com o ideal pequeno-burguês de um Estado que controle o principal da atividade econômica – que seja nacionalista – e não exproprie o setor não monopolista da economia capitalista,” e a outra é a priorização do conceito de “dependência” .

A primeira diretriz (priorização da forma) verte das concepções da III Internacional e da historiografia soviética, principalmente das concepções existentes no entre-guerras. Seguindo as orientações de Moscou, o PCB colocou-se sempre numa posição moderada, incentivando um caminho pacífico e

democrático, através de uma aliança com a burguesia nacional almejando uma primeira etapa Democrático-Burguesa para a revolução brasileira, que poderia acontecer através de uma frente única, como propõe este Manifesto da Aliança Nacional Libertadora de 1935 e assinado por Luiz Carlos Prestes: “[...] as fileiras da Aliança Nacional Libertadora estão abertas a todos os que querem lutar pelo seu programa anti-imperialista, antifeudal e antifascista, programa que somente o governo popular revolucionário realizará”. Para depois arrematar dizendo que a Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente única nacional. Tal era a tarefa decisiva na atual etapa da revolução brasileira. A frente única não obriga a quem quer que nela venha formar, renunciar à defesa de seus conceitos e opiniões. Não! Isso seria semear confusões entre as massas populares e enfraquecer sua força revolucionária.

Quanto reformismo! Caracterização do Brasil como um país semicolonial e semifeudal; luta contra a crescente dominação do Brasil pelos monopólios norte-americanos que procuram reduzi-lo à situação de colônia dos Estados Unidos. Essa política foi desenvolvida em larga escala e levou em momentos a práticas e comportamentos que levaram o partido ora a ter uma prática de direita, ora para as ações esquerdistas *putchistas*.

Foi por conta disso que, em 1935, devido a uma total ausência de instrumental teórico capaz de propiciar uma interpretação mais próxima possível da realidade e da conjuntura, em que se encontravam os correspondentes desdobramentos conjunturais, que se idealizou a possibilidade de um levante comunista insurrecional. Os resultados dessa ação, também conhecida como “intentona comunista de 1935”, foi uma reação brutal da classe dominante, como é por muitos conhecida.

A segunda diretriz (“dependência”) é uma herança encontrada na “historiografia” e na “sociologia” (tanto liberal quanto de esquerda), e é muito ao gosto da geração de intelectuais que se formaram sob a influência dos estudos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). Muitos se projetaram nessa teoria que, vindas daquela matriz, apareceram como formas de radicalização da mesma, tendo como base algumas das suas categorias centrais: concepções como “Centro-Periferia”, de Gunder

Frank e "Teoria da Dependência", de Fernando Henrique Cardoso e *Enzo Falleto*.

Não obstante tudo isso, o PCB já havia sido o protagonista principal na aplicação do método reducionista da forma sobre o conteúdo, quando da criação e formação de frentes, como a da Aliança Nacional Libertadora, que cabia de tudo um pouco e um pouco de tudo, em matéria de rompimento com os princípios elementares da independência de classe e do socialismo. Em outro documento, denominado "Declaração Sobre a Política do PCB", publicado pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em Março de 1958, quando analisa a estrutura econômica do país, o Partido saiu com esta pérola analítica:

[...] modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definidas pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho; predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção; exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica; dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.

Para mais à frente completar que, apesar dessa característica econômica, "[...] o governo vinha desenvolvendo, com o apoio do povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobras e da CSN". O capitalismo de Estado vinha sendo um elemento progressista e anti-imperialista na política econômica do governo, embora este ainda permitisse que empresas de capitalismo de Estado realizassem uma política favorável ao imperialismo, como nos casos de financiamentos do BNDES ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais.

Nessa mesma declaração, assinada pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, se dizia que "[...] a derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil". Completava afirmando que "a

revolução no Brasil não tinha ainda um caráter socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”, e que, a solução completa dos problemas a ela (ALN) apresentados seria a inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano, o que levaria a uma “transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho, ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política”.

Acreditamos que já chega! Porém julgamos necessário acrescentar que, anteriormente, após vários embates e sucessivas derrotas, os principais expoentes da tradição de 22, tendo à sua frente o lendário Luiz Carlos Prestes, haviam capitulado (1945) de forma vergonhosa, unindo-se ao seu antigo algoz Getúlio Vargas no processo da chamada redemocratização do país. Na verdade, nem mesmo aqui, o partido, que se dizia defensor dos princípios comunistas, conseguiu uma atuação na conjuntura que preservasse o mínimo de independência e autonomia de classe. O que se viu foi uma postura capitulacionista vergonhosa frente àquele que, dentre outras coisas, foi o responsável por prender e entregar Olga Benário aos nazistas.

Inúmeros foram os equívocos deixados pelos caminhos trilhados pelo Partido Comunista do Brasil e sua tradição oriunda da III internacional Comunista. Muitos equívocos e recuos aconteceram no conjunto do movimento comunista internacional, acabando por respingar também aqui em solo tupiniquim, sob sua influência e sua marca. Não podemos em hipótese alguma nos esquecer da influência da Revolução Chinesa, da Revolução Cubana, da Revolução Vietnamita, das Guerras de Libertação da África e mais recentemente, em menor grau, a Revolução na Nicarágua. Em todas essas experiências, o que predominou foi o marcante traço do frentismo e da colaboração de classes.

Mas, dentre as revoluções citadas, a cubana foi a que mais se fez sentir na América Latina. Aqui no Brasil, o partido dividiu-se em dois – PCB e PCdoB – no começo dos anos 1960, sendo que parte da militância dessas facções aderiu à luta armada, tendo no foquismo sua mola propulsora para revolução. Assim, a luta guerrilheira – nos

moldes cubanos – seria a alternativa mais viável para a superação da crise desencadeada pelo capitalismo e derrubada das ditaduras que se espalharam por toda a América Latina. Nesse sentido, Cuba representava, como diria Lukács, a “atualidade da revolução”. Assim, a implantação de um projeto revolucionário para a América Latina dos anos 1960/70 seria transposta de Cuba para o resto do continente.

Uma atenção especial deve ser dada ao foquismo guevarista, que acabou chegando ao frentismo através do forte apelo ao nacionalismo, conceito esse transposto para escala continental (revolução latino-americana) e que aportou no Brasil, na década de 1960, influenciando sobremaneira os chamados anos de chumbo da esquerda brasileira, que foram capitaneados por aqueles que desenvolveram as guerrilhas em diferentes partidos e organizações, numa resistência desesperada à ditadura militar instalada em 1964. Um exemplo a ser destacado refere-se à experiência da Guerrilha do Araguaia, sob responsabilidade do PCdoB, que, devido aos equívocos tático-estratégicos desenvolvidos, teve como consequência um sacrifício enorme de militantes, numa aventura foquista e em uma realidade totalmente diferente da experiência cubana.

Assim, o fato é que, a partir da década de 60 do século XX, viu-se surgir em território brasileiro grupos orgânicos que reivindicavam para si a condição de revolucionários marxista-leninistas e/ou de socialistas/comunistas. Muitas dessas organizações eram oriundas do próprio PCB (PCdoB, PCBR, ALN, etc.), ou de organizações que se estruturaram “por fora” daquela tradição, como o maoísmo cristão da Ação Popular (AP), surgida da articulação de setores da Igreja Católica, que aderiu no decurso da ação preferencial pelos pobres, fazendo-a optar por um projeto de luta armada, a partir do campo, nos moldes da Guerra Popular Prolongada, proposto nas concepções de Mao Tsé Tung.

Outra organização importante que assumiu papel de destaque no cenário nacional foi a Política Operária (Polop), que, por sua vez, foi a primeira força política de esquerda a questionar os esquemas da tradição de 22, apresentando um conjunto de teses em que caracterizava o caráter da Revolução Brasileira como sendo socialista, sem as interferências das chamadas etapas a serem cumpridas no processo revolucionário, bem ao gosto dos stalinistas



ou maoístas. No entanto, mesmo assim, as teses da Polop, por mais avançadas que foram para a época, não conseguiram romper com o velho e esquemático gosto pelo chavão e salvaguardas do “marxismo-leninismo”, não se diferenciando na essência da tradição da III Internacional.

Dessa forma, um balanço profundo deve ser feito da crise em que se encontra o conjunto do movimento comunista, bem como um combate às suas teses e arcabouços teóricos que desconstruíram as bases em que estava sendo assentado o marxismo, em detrimento de esquemas rígidos, mecânicos e isentos de dialética.

### A necessidade histórica do partido revolucionário

[...] O proletariado, disseminado pelo domínio da concorrência anárquica no mundo burguês, sufocado pelo trabalho forçado para o capital, constantemente reduzido "a zero" pela miséria integral, pelo embrutecimento e pela degeneração, só pode se tornar e se tornará inevitavelmente uma força invencível graças ao fato de que a sua união ideológica, segundo os princípios do marxismo, se fortalece pela unidade material da organização que une estreitamente as fileiras de milhões de trabalhadores no exército da classe operária. Perante esse exército não prevalecerá nem o poder decrépito da autocracia nem o poder senil do capital internacional. (V. I. Lênin — *Obras escolhidas* – tomo III, Editora Alfa – Ômega Ltda. São Paulo, 1979).

Parte-se do princípio de que estamos vivendo um longo período de crise de direção revolucionária, e que essa crise de identidade por que passa todo o conjunto de forças e agentes sociais envolvidos no processo de luta de classes pode-se resumir no simples fato da falta de uma direção consequente. Mas não é só o problema da direção revolucionária, ou melhor, não é só através da existência em potencial dela que podemos vislumbrar uma vitória da revolução comunista no mundo; essa direção já existiu de certa forma no passado, pelo menos em alguns poucos países, não sendo suficiente, entretanto, para se garantir a vitória das forças do proletariado perante o capitalismo.

Com efeito, o correto seria afirmar que estamos vivendo uma prolongada crise no movimento comunista como um todo: crise de direção, mas também crise de elaboração dos parâmetros pragmáticos; também crise de credibilidade com a prática militante comunista; derrota dos projetos desenvolvidos pelas concepções stalinistas de poder nos denominados países “socialistas”, onde uma casta de burocratas continuou a reproduzir sob nova forma a exploração do homem pelo homem, em vez de revolucionar a base produtiva da sociedade.

Assim a crise do movimento revolucionário não pode ser resumida à esfera apenas de possíveis inconseqüências de direções revolucionárias. Na verdade, a dinâmica da luta de classes continuou com o domínio de uma determinada classe social sobre outra, como acabou prevalecendo nesses estados, apesar da base econômica planificada. Isso prevalecendo, acabou-se preparando uma tranquila viagem de retorno às formas capitalistas clássicas de administração e controle das empresas por grupos eminentemente burgueses ou por meio de várias formas e métodos até mafiosos de passagem da administração estatal para os setores privados.

Como já é do conhecimento de muitos, no período do apogeu stalinista, a classe operária e as forças militantes da esquerda comunista estiveram devidamente amordaçadas ou foram eliminadas pela ação repressora totalitária do Estado soviético. Mas não foi só a ação repressora e totalitária do Estado soviético e dos seus idealizadores burocratas; forte foi também o discurso ideológico apelativo da necessidade de construção do "socialismo em um só país", de onde se balizou toda tática e estratégia do movimento comunista a partir de então. Outros países seguiram o exemplo da Rússia, tais como: China, Cuba, Coréia do Norte, Vietnam, etc., onde reina uma ditadura mascarada.

Por outro lado, houve tentativas de reconstruir o movimento operário sobre outras bases, inicialmente dentro da própria ex-URSS com a Oposição de Esquerda, e, posteriormente, com a tentativa de construção da IV Internacional sobre a liderança de Trotsky e da extrema esquerda surgida principalmente na França, Holanda, Alemanha, Itália, etc. Essas correntes, apesar de denunciar os retrocessos da revolução Russa, não tiveram condições de

reconstruir o movimento comunista, devido principalmente às derrotas dos revolucionários na Alemanha e ao descenso das lutas revolucionárias em caráter mundial.

Em cima dessa realidade totalmente adversa, o stalinismo acabou se consolidando no conjunto do movimento comunista como a *corrente* hegemônica principal, devido à aceitação quase que total de suas teses programáticas, articuladas pelo próprio PCUS ou dentro da III Internacional, quando da dissolução desta. Havia também nos movimentos operários fortes influências das teses dos partidos social-democratas que combinavam em muitos momentos e em vários aspectos com o ideário stalinista; isso a despeito dessa corrente ter-se mantido em um longo e tortuoso processo histórico como uma corrente à parte, independente, que ora formulava críticas pontuais à ação prática do stalinismo, ora se juntava a ele em alianças e políticas de frente única.

Outra contratendência a ser considerada, é que a burguesia preparou um verdadeiro banho de sangue para o proletariado e os movimentos comunistas organizados. Práticas altamente repressoras e reacionárias foram implantadas pelos estados capitalistas, com o intuito tão somente de destruir, inicialmente, a esquerda e posteriormente dizimar parte da classe operária no processo bélico imperialista, comumente conhecido de Segunda Guerra Mundial. O fascismo, o nazismo, o franquismo, o salazarismo, o macartismo constituíram-se em opções dessas reações.

Marx já havia chamado atenção, na sua introdução a *Para Uma Crítica da Economia Política*, para o fato de que "não é a consciência que determina o ser, mas sim, o ser social é que determina a sua consciência". Portanto, os homens e mulheres, distribuídos em classes e segmentos de classes, se valem das suas condições objetivas de sobrevivência para, a partir daí, alcançar um patamar de consciência mais desenvolvido. Para alcançar e compreender em profundidade o projeto socialista, as forças produtivas, têm que alcançar um nível de desenvolvimento como nenhum modo de produção anterior ao capitalismo conseguiu, criando uma abundância potencial e, portanto, amadurecimento para o comunismo no seu, por assim dizer, grau mais evoluído de consciência social.

Uma sociedade em que certamente não desapareçam todas as relações de produção herdadas do passado, relações de produção que, ao se consistir por demais arcaicas, impediram o desenvolvimento pleno das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, a passagem para um novo modo de produção, no caso, o socialismo, estagna pela ausência de condições objetivas para instauração do trabalho livremente associado, pois *a revolução proletária deve ser, sob pena de não atingir os seus objetivos, uma revolução que modifique radicalmente as relações de propriedade, instaurando formas de trabalho verdadeiramente associadas, formas de trabalho que possam se constituir em fundamentos daquelas atividades que expressam o mais alto grau da liberdade humana. Então, não basta quebrar o poder político da burguesia.*

Nesse contexto histórico, várias tentativas foram desenvolvidas no sentido de se buscar novos parâmetros para a prática revolucionária no mundo. Embora isso ocorresse às vezes por fora da tradição reformista, o esforço dessa geração de revolucionários não conseguiu coroar de êxitos, dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas nesses países, onde a formação social produtiva dos mesmos atendia ainda, muito precariamente sua população, não conseguindo deixar para as novas gerações de comunistas, que adentraram o século XXI, uma perspectiva de transição para o comunismo.

Enquanto tudo isso ocorria, sob a égide das políticas contrarrevolucionárias da III Internacional, no período stalinista-dimitroviano, de criação das tão malfadadas frentes populares, vejamos esta resolução do 50º aniversário do PCUS em 1953, quando afirma:

[...] Somos pela coexistência prolongada e pela competição pacífica entre os dois sistemas porque estamos firmemente convencidos da superioridade do sistema socialista de economia, do regime socialista, porque temos uma confiança inabalável em nossas forças internas e nas forças, em constante crescimento, de todo o campo da paz, da democracia e do socialismo.

Na verdade, essas propostas programáticas já estavam presentes na própria concepção de partido, pois no partido também se verificava a composição social da sociedade que se tem, ou que se pretende construir. A entrada em baixa do movimento operário – e com ela, vale insistir, o abandono das lutas e de formas para as lutas anteriormente revolucionárias – colocou na ordem do dia ou na expectativa imediata, a questão do poder operário. O partido bolchevista, depois de ter sido a vanguarda da revolução de 1917, começou, sob as ordens de Stalin, a descartar, excluir, prender ou exilar seus melhores e mais antigos quadros combatentes.

O Partido Bolchevique, depois de ter sido a vanguarda da revolução em 1917, degenerou, identificando-se cada vez mais com o Estado. Sua razão de ser não era mais defender os interesses da classe operária, mas, ao contrário, começou a exercer sobre ela, por meio de uma repressão feroz a mais hipócrita das ditaduras, a fim de preservar e consolidar a nova forma de exploração do proletariado que se instaurou na Rússia. Outros partidos ligados a III Internacional "comunista" ao redor do mundo seguiram o mesmo caminho, pois os reveses da revolução mundial – como no caso específico da Alemanha – isolaram a revolução soviética favorecendo o desenvolvimento do oportunismo no seio desses partidos.

Infestados pela mesma doença oportunista do PCUS, os demais agrupamentos partidários ao redor do mundo caíram sob o controle de burocratas arrivistas, e foram submetidos pela pressão contrarrevolucionária do Estado Russo, que, pela mentira e pela intimidação, promoveu burocratas aos órgãos de direção. Como o partido bolchevista dominado pela burocracia stalinista, os partidos comunistas se converteram na vanguarda da contrarrevolução nos seus respectivos países. Eles puderam cumprir bem melhor esse papel, porque continuaram a se apresentar como partidos da revolução comunista, como os herdeiros do "Outubro Vermelho".

Do mesmo modo que Stálin estabeleceu seu poder no partido bolchevista em degeneração, expurgando, difamando ou eliminando os militantes mais à esquerda e se enfeitando com todo o prestígio de Lênin e seus partidários, os dirigentes dos partidos comunistas – o PCdoB entre eles –, a fim de sabotar mais eficazmente as lutas operárias, usurparam o prestígio que os partidários do bolchevismo

adquiriram aos olhos dos operários do mundo inteiro e, ato contínuo, cederam lugar, ou foram obrigados a um generalizado movimento de conciliação com a burguesia de seus países.

Mas, apesar de todas as derrotas imprimidas pela contrarrevolução, a revolução proletária universal está em maturação e adquire cada vez mais um caráter de atualidade pela crise estrutural por que passa o modo capitalista de produção em todo mundo. Entretanto, como a revolução proletária não é como uma fruta madura e não basta erguer a mão para apanhá-la, faz-se necessário educar as classes trabalhadoras para o socialismo, para levá-las a compreender a sua tarefa revolucionária de tomada do poder, na destruição do Estado capitalista e na preparação da transição socialista.

A vitória da classe operária significa a libertação dos grilhões que acorrentam o gênero humano, mas ela por si só não obterá êxito na sua empreitada. É urgente propor ao proletariado uma unicidade em torno de um combate decisivo contra esse sistema que pode levar a humanidade à destruição e estabelecer relações na perspectiva de superação futura dessa crise que, depois de instalada balizou fragmentando as correntes que se reivindicam do campo proletário.

Esse nos parece ser o espólio que fica para toda uma geração que foi brutalmente traumatizada por anos de autoritarismo de regimes fascistas, ou frustrada com a experiência do stalinismo, para uma juventude que ora adentra à militância ávida por aprender com experiências passadas, qualificando-se para estar à altura de suas responsabilidades atuais. Com isso, o marxismo, enquanto concepção revolucionária de mundo, pode dar um salto de qualidade ao movimento de massas, sem o qual não pode haver revolução que triunfe.

Os desafios que se colocam para nós – os atuais e para os futuros militantes comunistas – é travar um debate franco e em toda sua amplitude, características que antes do stalinismo foram uma marca importante dos movimentos genuinamente proletários. Era assim que funcionavam as assembleias operárias, como a Comuna de Paris, de 1871, e da Rússia Soviética, de 1917. Reaprendermos com essa tradição, propor formas de organização que, apesar de centralizadoras não cerceiem a liberdade de seus militantes – esse nos parece ser o desafio.

Já na Comuna de Paris, muito tempo antes do nascimento das concepções stalinistas de partido, existia uma diversidade muito grande de partidos e agrupamentos ou seitas de revolucionários, como os blanquistas, proudhonianos e neojacobinos, bases do que foi a primeira tentativa de se estabelecer uma nova forma de organização política do proletário, a I Internacional. Nessas experiências predominavam no conjunto das forças revolucionárias a luta de ideias e concepções diferenciadas, mas que conviviam com uma profunda vontade política de se chegar a uma unidade programática necessária à escala das tarefas da revolução.

Essa forma de organização não pode se dar sem o devido combate ao arcabouço teórico do stalinismo e da descostura do marxismo, forma que se estabeleceu por quase todo o século XX, continuando até os dias de hoje. Esse combate requer de todos nós um compromisso de resgate teórico combinado a novos parâmetros de prática comunista, pois só é possível construção de um movimento comunista à altura das necessidades e das tarefas da revolução proletária passando pela negação de todos os resquícios de práticas baseados na colaboração de classes e no autoritarismo.

Aqui no Brasil, após um longo processo de questionamento do stalinismo e da social-democracia, por parte de alguns expoentes filiados ao marxismo, faz-se necessário o aprofundamento desse debate, de se romper com a situação singular em que se encontram alguns setores que ainda se consideram do campo revolucionário, mas que não conseguem romper com parâmetros de uma prática política viciada, que legitima ainda processos da ordem, por onde se estrutura diversos tentáculos da dominação burguesa, num verdadeiro desperdício de forças materiais que poderiam muito bem ser canalizadas para a construção de outros espaços organizativos, para a ação e experimentos consequentes do proletariado.

Vemos militantes em organizações operárias que ainda acreditam na luta por reformas e primam por atuações dentro da institucionalidade, em detrimento da construção de espaços proletários próprios. São esforços empreendidos para se eleger candidatos nas várias instâncias na máquina estatal, tanto no âmbito do Legislativo quanto do Executivo ou sindical, buscando não o rompimento mas a conciliação de classes, via partidos da ordem,

sindicatos, centrais sindicais, etc. Essa inversão de prioridades coloca para o conjunto da militância revolucionária a tarefa inadiável do rompimento com a institucionalidade e de toda e qualquer tentativa de ampliação desses espaços, como tem sido uma constância até aqui.

Julgamos imprescindível que o movimento de massas comece a priorizar formas de organização que passe por fora dessas formas citadas acima; modos de organização permitidos pela burguesia, mas que não permitem autonomia de classe. Propomos, em contrapartida, formas de organização autônomas, como fóruns, comissões, comitês, reuniões públicas ou conselhos, que são muito mais avançadas que aquelas que os levam a ocupar cargos nos aparelhos do Estado. Consideramos a luta direta – as greves, manifestações, a insurreição – como o método prioritário do proletariado, ao qual devem estar subordinados todos os outros métodos. Isso significa que o proletariado deve atuar sempre em seu próprio nome, propagandear suas próprias formas de organização, sem jamais se confundir com outros partidos ou classes sociais.

Mas, as formas de organizações de massas para luta econômica apenas não bastam; o proletariado necessita de organizações revolucionárias para lutar contra a burguesia e derrotá-la, isto é, destruir o sistema capitalista. Lênin no capítulo “A Organização dos Operários e a Organização dos Revolucionários”, do livro *Que fazer*, diz que a vanguarda do proletariado necessita de um tipo de organização diferente, pois

[...] A luta política da social-democracia é muito maior e muito mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência) a organização de um partido revolucionário deve necessariamente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica.

Como se vê, é uma forma organizativa diametralmente oposta àquelas soltas, abertas do tipo frentistas ou partidos de massa. Para Lênin, um partido de vanguarda dos revolucionários deveria ter por características:



1. Uma estrutura que Lênin chamava "conspirativa", isto é, centralizada e disciplinada; apta para agir em toda situação da luta de classes; passar rapidamente da legalidade para a clandestinidade e vice-versa; adequada para centralizar, organicamente, todas as forças do movimento de massas para a tomada do poder pela via insurrecional.

2. Não aceitar, em seu seio, todas as correntes e programas pelo simples fato de reivindicarem-se socialistas. Pelo contrário, estabelecer uma clara linha divisória entre os revolucionários e os reformistas. O partido é dos revolucionários; os reformistas que façam outro partido.

3. A atividade central do partido não é a eleitoral e sim a luta de classes. É o partido do trabalho diário, que intervém nas lutas de todos os dias da classe operária e das massas exploradas, acompanha-as, procura organizá-las e organiza, na classe e em suas lutas, o próprio partido. Está nos combates da classe, em todos, tanto nos grandes quanto nos pequenos. Sempre procura estar na frente deles, dirigi-los e organizá-los ou, no mínimo, intervir nos combates espontâneos que a classe faz.

Lukács afirma que “[...] só quando a revolução entra na 'ordem do dia' é que a questão da organização revolucionária irrompe com imperiosa necessidade na consciência das massas e dos seus porta-vozes teóricos”. Mas, segundo o autor, não é necessariamente preciso colocar a revolução na ordem do dia para reivindicar a importância do sujeito revolucionário, no caso do Partido, pois, mesmo colocando a revolução apenas como probabilidade histórica em nossas vidas, parece-nos que o problema da organização dos revolucionários em partido pode ser colocado não apenas na “ordem do dia” mas também no sentido da nossa atividade cotidiana ou como significado de nossas existências. Dessa forma, o próprio problema da revolução deixará de ser uma abstração e passará a ser um problema real do presente e uma necessidade que deve influenciar o conjunto do movimento operário.

A questão do partido toma assim uma dimensão ainda maior, diante do atual quadro de fragmentação a que se chegou o movimento comunista, numa maneira restrita, e do conjunto do movimento operário como um todo. É impensável hoje, como não foi no passado, a realização de uma revolução por um único partido. Quem assim pensa, não compreende os fundamentos teóricos desenvolvidos por Lênin para a política de alianças, justamente porque a realidade social e o próprio desenvolvimento da luta de classes impõem condições à existência de um único partido; além do que, os diversos agrupamentos de revolucionários fazem parte também de uma larga e densa espiral, cujos elos vão sendo construídos em processo.

No entanto, a título dessa visão pluripartidária, não podemos cultivar esse mosaico de organizações que se apossou do movimento comunista com proposta de eternas frentes sem delimitação clara das fronteiras de classe, dos objetivos imediatos ou históricos da classe operária. Precisamos mais do que nunca ter claro que os embriões de partidos revolucionários existentes, para crescer e se desenvolver, têm que, necessariamente, trabalhar em seus projetos e delineamentos táticos, numa total independência para com toda e qualquer proposta que aponte para a colaboração de classes, formas que tantos prejuízos trouxeram à luta da classe operária e ao próprio marxismo.

Contudo, nunca é demais lembrar as palavras de Lassale dirigidas em carta a Marx e citada por Lênin no opúsculo do seu livro *Que fazer*: "[...] A luta interior dá força e vitalidade ao partido; a melhor prova da fraqueza de um partido é a sua posição difusa e a extinção de fronteiras nitidamente traçadas; o Partido reforça-se se depurando". Só em 1912, com o boicote da ala menchevique do partido à Conferência de Praga na Checoslováquia, é que se configurou a cisão no partido; ou seja, em nenhum momento deverá deixar de se travar a luta interna, que, segundo Lênin, é a verdadeira alma do partido e único método capaz de se estabelecer uma verdadeira unidade dialética em cima das contradições que se estabelecem entre todos os indivíduos que adentram o partido.

Na Rússia pré-revolucionária também não foi diferente. Vários foram os agrupamentos que deram origem ao POSDR e que

debateram sobre suas diferenças durante muito tempo. Os marxistas revolucionários têm que trabalhar na perspectiva de se construir uma confiança programática à altura das necessidades das tarefas de construção do partido comunista, imprescindível para a luta socialista, sem, contudo, manter uma relação de sectarismo e atitudes desagregadoras, tão ao gosto dos intelectuais pedantes oriundos da pequena-burguesia.

Com isso, não queremos dizer que o partido pode possuir mais de uma concepção original. Um partido que tenha mais de uma estratégia para revolução, não será jamais um partido marxista. As deformações ocorridas no Partido Comunista Chinês – excremento stalinista –, desde Mao Tse Tung, propuseram, em sua concepção original, a possibilidade de existência de duas linhas – linha proletária e linha burguesa – convivendo num único e mesmo partido, propostas e/ou projetos contrários e excludentes entre si, devido à arrumação sugerida de se estabelecer um governo das quatro classes: um formado por operários, outro por camponeses, o da pequena-burguesia e o da burguesia nacional. O que acabou, na verdade, como não poderia deixar de ser, com a classe operária cedendo o seu espaço na esfera do poder de Estado às demais classes e /ou segmentos de classe.

No Brasil, durante muito tempo se priorizou a construção de agremiações de massas em detrimento das organizações de revolucionários. A tentativa última se fez presente na prática política de vários grupos que se reivindicavam do marxismo, quando do ilusório processo de transformar o PT em um partido revolucionário de massas. Foi essa, por exemplo, a ideia inicial de grupos trotskistas, gramscistas e maoístas que habitavam conjuntamente esse partido. Essa prática revelou-se um verdadeiro fracasso para toda uma geração de militantes, que logrou jogar esforços na construção desse partido, quando se verificou que essa dinâmica do PT levava-o a integrar à ordem estatal burguesa.

Na verdade, as tentativas de transformar o PT em um partido revolucionário romperam com todos os pressupostos básicos de uma concepção leninista de organização, que, por sua vez, se baseia na necessidade da clandestinidade conspirativa, que só pode ocorrer num partido de quadros, portanto pequeno, e que formule sua tática

para a luta pela revolução proletária, calcada no campo das ciências, da filosofia e da arte. Essa tarefa ainda está para realizar-se no Brasil, necessitando de todos aqueles que passam a realizar um balanço crítico da tradição de 1922, na perspectiva de uma retomada dos parâmetros teóricos e práticos do marxismo.

A visão de se construir partidos enormes, abertos, amplos e de massa, não passa assim de mais uma tentativa em se atuar na conjuntura política de forma legal e liberal. Essas propostas foram discutidas durante muito tempo no movimento comunista, tendo origem inicialmente nas polêmicas travadas por Lênin com Rosa Luxemburgo ou Trotsky. Posteriormente, coube a Gramsci, como bem destacou Umberto Cerroni, o papel de elaborar formulações de que é o "[...] partido de massa que cria quadros e que, por conseguinte, tanto precisa alargar a sua base para elaborar mais quadros, como elabora mais quadros para alargar a sua base de massa".

Na verdade, ocorre aqui uma inversão por completo da concepção leninista de partido, quando não se estabelece uma escala de prioridades, composição social de classe e política segura de crescimento; segura no sentido profundo da prática revolucionária, que, aliás, é devidamente deixada de lado. Na visão de Gramsci, o partido tem que ser amplo, como, aliás, é bastante ampla sua proposta e o seu projeto, que leva a classe operária e os demais segmentos de explorados a uma disputa pela hegemonia ideológica com a burguesia, deixando ao largo intervenções firmes e conscientes em momentos e situações revolucionárias ou potenciando a manifestação destas.

Para Lênin,

[...] os militantes do partido, assim como os componentes de uma orquestra, deveriam saber, com precisão, quem, onde e qual o instrumento que se toca, onde e como cada qual aprendeu ou aprende a tocar o instrumento, quem, onde e porque se desafina (quando a música começa a ferir os ouvidos), e quem, como e para onde deve ser mandado para corrigir a dissonância, etc.

Lênin escreveu que o comitê do Partido deve ser único e é preciso se esforçar no sentido de que predominem no comitê os operários que sejam revolucionários profissionais. Dizia ele que

[...] no comitê de um partido deveria estar, portanto, de acordo com as possibilidades, todos os chefes principais do movimento operário oriundos do seio dos próprios trabalhadores; o comitê deve dirigir todos os aspectos do movimento local, controlar todas as empresas locais, as forças e os meios do Partido.

Um partido nos moldes leninistas terá que necessariamente ser criado, pois esse criar-se está condicionado às necessidades históricas das tarefas dos revolucionários e, para poder triunfar, para evitar os novos enganos, armadilhas e ataques que a burguesia lançou e lançará, além de construir organismos democráticos das massas em luta, é indispensável um estado-maior do exército dos explorados; um partido de trabalhadores revolucionários e internacionalistas, que recolham o melhor das experiências da Comuna de Paris, da Revolução Russa e dos marxistas revolucionários que a continuaram por todo o século XIX e XX e se propondo, neste século XXI, a manter o espírito da revolução.



# Conselhos operários, estado proletário, ditadura do proletariado na fase socialista de transição para a sociedade sem classes

## 1. Introdução

As esquerdas estão atrasadas na discussão urgentíssima dos assuntos de estratégia, tática, organização e, também, das questões da transição. Dos vários temas que necessitam respostas, uma questão que ficou por demais em evidência é a importância de se travar um debate de maneira mais sistemática acerca do Estado. Nessa questão, algumas forças de esquerda possuem uma concepção diferente da nossa, no que se refere basicamente aos conselhos, estruturas genuínas da classe operária, estabelecidos enquanto órgãos de um Pré-Estado-Comuna e, por extensão, do Estado-Comuna propriamente dito. Para essas organizações, o Estado é uma coisa e o Conselho, outra, totalmente diferente. Para nós, os conselhos são as formas em que a classe operária se constitui organizadamente em Estado como *ditadura do proletariado* — desde que Estado significa o Poder instituído de uma classe sobre outra.

A concepção marxista do *Estado proletário* contém, no curto prazo, a ideia da necessidade de um instrumento de dominação de classe, mas que, no médio prazo, acena com a ideia do fim do próprio Estado. O que se propõe é que deverá prevalecer no comunismo a sociedade sem classes, a não necessidade de não oprimir nenhum homem ou mulher, não existindo mais nenhum segmento diferente em luta entre polos contrários, como se estabelece hoje a partir da apropriação privada dos meios de produção e da separação entre os

produtores diretos e os próprios meios — e condições — de trabalho e, portanto, de produção.

Já a sociedade, altamente evoluída, passará para um estágio de autogoverno e administração das coisas, onde não se necessitará de nenhuma organização transitória até então experimentada a partir do *homo sapiens*, com exceção da forma *conselho*, que é a forma de Estado mais evoluída (a sua simplicidade, o seu caminho para a sua deliberada e consciente autoextinção e a sua força social não são senão manifestações de sua superioridade sobre todas as formas pretéritas de Estado) que a classe operária utilizará para a passagem da primeira fase do comunismo (o socialismo) para a fase superior da sociedade sem classes. Mas, para que se chegue a esse estágio, deverá a classe operária, muito tempo antes, construir o seu mecanismo de transição, os conselhos, numa escala planetária.

Cabe nesse momento às organizações marxistas não a fiscalização — muito menos de fora para dentro — do Estado, mas sim a luta contínua, de dentro do próprio Estado-Comuna, para que o Estado operário atinja a sua luta mais revolucionária, construído pela classe operária e pelo conjunto do proletariado através dos conselhos. Os conselhos, por sua vez, deverão sim, vestir a camisa dos que lutam pela do novo Estado, tendo o entendimento de que são eles o próprio Estado, não sem motivo chamado por Lênin de Estado-*Comuna*

O Estado dos Conselhos é revolucionário tanto na forma quanto no conteúdo. Ele difere, na essência, do Estado burguês da sociedade capitalista, assim como das demais sociedades que o precederam. O Estado dos Conselhos existe em função do estabelecimento da classe operária em classe dominante, tal qual está colocado no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, elaborado por Marx e Engels. Nesse sentido, as funções que lhe cabem diferem radicalmente das do Estado burguês capitalista, na medida em que se processa uma mudança, uma transformação quantitativa e qualitativa, num só momento de ruptura do velho poder estatal para a nova forma de organização social: o Estado dos Conselhos.

O Estado dos Conselhos é, ao mesmo tempo e dialeticamente, a negação política e social da ordem anteriormente



estabelecida; por isso mesmo ele é, também dialeticamente, a afirmação e a negação da forma Estado: negação quando dá início à sua própria extinção e extinção simultânea de toda e qualquer forma de Estado; afirmação como potencialização extrema de sua força, pressuposto de sua própria negação — na medida que um Estado pós-revolucionário fraco seria impotente para resolver a sua própria existência ambígua: dar cabo à tarefa da repressão à burguesia como premissa de seu passo decisivo, o ato de seu desaparecimento. Enquanto no Estado burguês a relação entre ditadura versus democracia se dá através de uma relação combinada de unidade contraditória dialética em que a ampla maioria é submetida através da dominação política e militar da burguesia, no Estado dos Conselhos esses polos são invertidos, e o proletariado, que antes tinha uma participação politicamente nula, devido ao processo de manipulação e exclusão das decisões a que está submetido, passa a desempenhar o papel dominante no processo de luta de classes, estabelecendo aí a mais ampla democracia política de que se tem notícia na história, que, como não poderia deixar de ser, estará também combinada com o estabelecimento da ditadura da maioria explorada sobre uma minoria despojada e expropriada, que tudo fará para organizar o movimento da contrarrevolução.

É assim o Estado dos Conselhos, a expressão máxima da ditadura do proletariado, que usará esse poder não só para garantir a mais ampla democracia para os trabalhadores em geral e à classe operária em particular, mas, antes e acima de tudo, para reprimir de forma organizada, ao extremo, as forças da contrarrevolução.

O Estado dos Conselhos condensa em si, como já foi dito, a unidade entre conteúdo e forma. No período de situação revolucionária, em que os bolcheviques organizaram a insurreição na Rússia em outubro de 1917, essa questão ficou mais clara. Ali, naquele período, era impossível fazer-se distinção entre o projeto de poder da classe operária, o socialismo, o conteúdo, portanto, e a forma de organização, o Estado de novo tipo que se queria construir baseado nos *soviets*. Socialismo, poder operário e *soviets* eram a mesma coisa, de forma que não se podia falar de um sem entender que se estava falando automaticamente do outro. Assim, não é pelo fato de se ter construído uma organização estatal posterior cada vez

mais distante da classe operária na Rússia que devemos deixar de lado a tentativa revolucionária de se estabelecer o Estado dos Conselhos.

Os *soviets* (conselhos), através de todos os mecanismos e elementos da burocracia que foram herdados, foram, na URSS, destituídos de seu conteúdo revolucionário para se constituir em um órgão institucionalizado nos moldes de um Estado burguês. Mas, por conta disso, não significa que tenhamos de deixar de lado a tentativa de se construir um Estado de novo tipo, cuja estrutura básica de funcionamento esteja devidamente acertada naquilo que de mais importante a classe operária criou no seu processo histórico de luta, enquanto forma de organização que precisaria apenas ser aperfeiçoado em diversos aspectos, para completar a mais eficaz transição, mas que, desde basicamente a Comuna de Paris, de 1871, vem sendo colocada, numa espécie de ensaio-erro, como ensaios gerais da construção do Estado-Conselho.

Nos dias atuais, a tarefa de estabelecer os conselhos como forma de organização estatal se coloca numa perspectiva não mais de um único país, mas sim na de escala internacional, sendo esse o desafio principal da classe operária. Portanto, entendamos que o Estado dos Conselhos é a tentativa que nos propomos neste breve ensaio, ou, dito de outra forma, uma elaboração teórica para um ponto que a história da classe operária já colocou no seu exercício prático de enfrentamento com as forças do capital. Passemos à análise.

## 2. Preliminares

Para evitar repetições e redundâncias, dá-se por visto, neste escrito, que assumimos *à la letre* todas as definições teóricas e políticas de princípio que definem o corpo doutrinário de *O Estado e a Revolução*, de Lênin. Em adendo, esclarecemos ao leitor que só lembraremos de premissas leninistas na medida em que sejam imprescindíveis à necessária fundamentação de alguns postulados que uma oportuna atualização de assunto tão urgente requer; e que, ademais, só o faremos na medida em que forem necessárias para

esclarecer e fundamentar o intento teórico-político aqui posto, a saber: o das relações entre o sistema de conselhos e o *Estado proletário* (= *ditadura do proletariado*) com sua forma *ex-ante*, o *pré-Estado*.

De outro ângulo de visão, a mesma e já citada obra de Lênin também se revela igualmente útil e insubstituível, porquanto ela encerra o apanhado mais completo de passagens de Engels e Marx acerca do Estado da fase de transição — de tal maneira que temos à mão densa fartura das posições mais avançadas e autorizadas, em toda a literatura política já produzida, acerca do Estado e da Revolução.

### 3. Algumas premissas do Poder Operário

Comentando Engels, Lênin faz, em duas passagens de seu escrito, as seguintes afirmações: “O Estado é o produto e a manifestação do fato de as contradições de classe serem inconciliáveis. [...] Segundo Marx, o Estado não poderia surgir nem se manter se a conciliação de classes fosse possível” e “[...] O Estado é um organismo de *dominação* de classe, um organismo de *opressão* de uma classe por outra” (os destaques em itálico são do autor). *Conciliação* e *dominação*, dois conceitos muito precisos na doutrina do Estado de Marx, Engels e Lênin. Conciliação significa *negação* de toda e qualquer contradição entre os termos de dada relação, e, na esfera social, na ausência de contradição na constituição ontológica das classes sociais fundamentais no âmbito de uma formação social qualquer, falar de Estado não faz sentido — como historicamente está provado: nas sociedades primitivas não existe Estado, simplesmente porque não existem classes sociais, exploração, opressão e dominação de uma classe sobre outra. Por outro lado, falando-se da mesma constituição ontológica das classes sociais, *dominação* é noção que exclui essa outra, *hegemonia*, de vez que uma situação de hegemonia supõe *compartilhamento* — apenas desigual — de posições num mesmo contexto estrutural. Disso resulta que, no terreno da socialidade burguesa, que se estende ao da revolução, em cujos contextos burguesia e

proletariado se situam e se batem em posições diametralmente antagônicas, não faz sentido falar de hegemonia da burguesia sobre o proletariado, ao passo que faz sentido falar de hegemonia entre frações da burguesia que compartilham do mesmo poder de Estado e de hegemonia do proletariado sobre as classes que com ele compartilham do objetivo comum da tomada do poder pela via da derrubada do inimigo estratégico comum.<sup>1</sup>

Noutra passagem, citando Engels, Lênin fala da *força pública*, esse pilar característico do Estado burguês — o outro é a burocracia — constituída de todo um aparato militar repressivo e especializado, que se coloca separado e acima da sociedade e “[...] que já não coincide diretamente com a organização da própria população em força armada.” O destaque desse componente básico da ordem burguesa tem aqui uma intenção clara: mostrar como, no contraponto, é igualmente incontornável a constituição de uma força armada, muito mais forte e consistente, do proletariado em armas, para reprimir, com decisão mais resoluta ainda, o inimigo de classe batido, mas ainda não abatido, a burguesia. Em que instância da ditadura do proletariado deve situar-se essa força repressiva é assunto a ser tratado em capítulo próprio do presente escrito.

O outro pilar sobre o qual se assenta o poder burguês é a *burocracia*, composta de funcionários do Estado, que gozam de privilégios cumulativos, entre os quais honorários diferenciados, cargos vitalícios, sinecuras perpétuas, no âmbito do qual se somam todas as vantagens provenientes das inerentes práticas da uma larga e recorrente corrupção. Se as milícias populares ganham força redobrada à medida que sofrem uma simplificação estrutural, também aqui acontece aumento da eficácia das tarefas executivas, legislativas e judiciárias, na mesma medida em que são também simplificadas — e justo pela mesma razão: as tarefas de execução, dos tribunais e das funções legislativas ganham força no mesmo diapasão em que são assumidas diretamente pelos trabalhadores em circunstâncias nas quais a revogabilidade dos cargos é estabelecida

---

<sup>1</sup> Este é um exemplo das confusões e ambiguidades do acervo de categorias teóricas e políticas, ao lado de outras, como a mais central delas, *sociedade civil*, introduzidas por Antônio Gramsci na doutrina marxista, levadas até seus limites lógicos e políticos por seus seguidores e cujas aporias foram brilhantemente exploradas por Perry Anderson no seu já clássico *As antinomias de Gramsci*.

com vistas a coibir, desde o início, a tendência ao ressurgimento das castas, mal do qual padecem todas as sociedades que foram paridas de revoluções “socialistas” em toda a extensão do século XX.

Burocracia e força pública profissional, as duas vigas mestras nas quais se apoia o poder político da burguesia; os dois complexos esteios cujas funções deverão ser substituídas pelos próprios operários em estruturas simplificadas — a caminho da extinção —, porém muito mais eficazes e mais fortes; simplificação e força que se opõem e se reclamam entre si, num movimento que acompanha todo o processo de transição e até que não exista mais nenhum traço da última sociedade de classe. O problema que devemos resolver agora é: *qual a instância que, para Marx, Engels e Lênin, deve assumir a ditadura do proletariado?*

#### 4. A Ditadura do Proletariado para Marx, Engels e Lênin

O nosso *trio* não deixa qualquer dúvida quanto a isto:

“[...] o proletariado servir-se-á da sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a quantidade de forças produtivas.”

Ou seja, *Estado proletário* (sic) = “proletariado *organizado em classe dominante*.” O Estado, isto é, o proletariado organizado em classe dominante (sic). Até aqui, a trajetória do raciocínio de Lênin, Engels e Marx é o seguinte: o proletariado derruba, pela revolução, a burguesia do poder; em derrubando a máquina estatal da burguesia, estará *destruindo* a referida máquina de Estado para, ato contínuo, erguer o *seu* Estado, simplificado e em vias de extinção, o qual, mais forte — porque dirigido pela classe revolucionária—, assume duas ordens gerais de tarefas: reprimir a burguesia e construir o socialismo (como fase de transição para o comunismo).

Mas, de onde Marx retira essa convicção de que a ditadura do proletariado é *o Estado proletário?* Da Comuna de Paris ...

simplesmente! Com efeito, “[...] A Comuna foi composta por *conselheiros*, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. Eram responsáveis e podiam ser substituídos em qualquer momento. A maioria dos seus membros era, naturalmente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária.” (o destaque em itálico é nosso) A questão avançou muito mais: os membros do *Estado proletário* (sic), *Estado-Comuna*, são eleitos nos *conselhos* de bairros, o que não quer dizer que não existam conselhos de operários que se coloquem à testa de tais conselhos — como na Rússia, com os *soviets*. A questão da hegemonia da direção operária está garantida pela maioria dos operários nesses conselhos — e, obviamente, pela ação de direção que o partido deve exercer em tais instâncias.

Falta apenas um ingrediente para articular a proposta de *Estado proletário*, *Estado-Conselho*, *Estado-Comuna*, *Estado socialista* ou *ditadura do proletariado*: o método de tomada de decisões — e é aqui que se formula e se compreende este princípio universal que muitos marxistas não conseguem compreender, que é o *centralismo democrático*:

[...] Esse centralismo democrático não é, de maneira alguma, entendido por Engels no sentido burocrático que lhe dão os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses e, entre esses últimos, os anarquistas. O centralismo, para Engels, não exclui de forma alguma uma larga autonomia administrativa local que, na condição de as “comunas” e as regiões defenderem de sua livre vontade a unidade do Estado, suprime incontestavelmente toda a burocracia e todo o “autoritarismo” vindo de cima.

Vê-se também que o termo e o conceito de *centralismo democrático* não é criação do stalinismo, como querem alguns — que tentam descaracterizar esse método essencialmente proletário —, mas do próprio Engels, e nem assume, por isso mesmo, a conotação pejorativa impressa pelo centralismo burocrático utilizado pela nova burguesia de Estado na URSS.

## 5. Sistema de Conselhos e Ditadura do Proletariado

A separação antinômica entre o sistema de conselhos e o Estado pós-revolucionário constitui um equívoco por mais de um motivo. Um deles reside numa postura que se constitui num deslocamento desde a concepção de Marx, Engels e Lênin até uma certa influência da concepção anarquista de Estado. Separar *Estado* proletário de *sistema de conselhos* é o mesmo que quebrar a unidade que deve existir e persistir no âmbito da ditadura do proletariado. Tal separação coloca de um lado o Estado como uma estrutura *administrativa* complexa, a ser gerenciada por um corpo de funcionários — um absurdo na concepção de Estado simplificado de Marx, Engels e Lênin — e de outro uma estrutura *política*, no âmbito dos conselhos, a exercer pressão sobre a primeira (o Estado como tal). Essa concepção, que resulta de uma acomodação de uma visão influenciada pelo anarquismo com a identificação do Estado Comuna com o Estado burocrático (burguês) saído das ambiguidades da Revolução Russa, coloca o proletariado *fora* do Estado pós-revolucionário, criando, aí sim, uma dicotomia que é, ela própria, a sementeira de uma nova casta a se reproduzir no *corpus* administrativo apartado organicamente dos Conselhos.

Um outro motivo do mesmo equívoco, que está casado com o motivo anterior, reside no estabelecimento de uma estranha relação de identificação acrítica do Estado erguido na URSS pós-revolucionária — um Estado obrigatoriamente burocrático — com a concepção de Estado-Comuna de Marx, Engels e do próprio Lênin, erro que consiste em não compreender as ambiguidades que resultaram das circunstâncias históricas e sociais específicas que bloquearam não só a transição, como mesmo o início da ditadura do proletariado na URSS. Aqui, deixa-se de compreender que os rumos tomados pela Revolução Russa — a menos que se considere a versão mais fácil e, portanto, também mais fraca, de que os desvios do processo revolucionário foram implantados por Stalin e sua *entourage* — não obedeceram à concepção de revolução, de Estado e de socialismo de Lênin, mas a restrições que emanavam do terreno social e político no qual se deu a montagem do Poder na URSS, entre os quais, só para lembrar, a impossibilidade da revolução na Europa,

a guerra civil e a contrarrevolução no interior da URSS, entre outros — rumos esses alheios à vontade de Lênin e acerca dos quais ele próprio examinava e que marcou formulações reiteradamente ambíguas em todo o seu pensamento ulterior até à sua morte; ambiguidades que se localizavam mais das marchas e contramarchas da revolução — e que se refletiam no pensamento que tentava compreendê-las — do que na concepção teórico-política de Lênin e dos chefes bolcheviques que mantinham concordância com ele.

Um terceiro motivo desse equívoco consiste em não considerar que as tarefas organizativas e administrativas que a revolução coloca, desde logo, na ordem do dia são tarefas *políticas* incontornáveis, cuja implementação deve ser assumida diretamente pelo proletariado vitorioso. Assim, questões candentes, como a planificação centralizada — cuja forma burocrática, no sistema GOSPLAN (Comissão Central de Planificação), foram por muito tempo confundidas com “centralização socialista” — apenas para falar daquele aspecto mais digno de nota, não são questões meramente “técnicas”, mas sumamente políticas, e que, como tais, não podem ser delegadas, ainda que “fiscalizadas”, desde fora, pelos conselhos, para um corpo de funcionários situados fora do sistema de conselhos nos quais estavam os operários mais conscientes. Hoje se sabe que o sistema ultracentralizado da planificação “socialista” não era nada além de um aspecto da própria centralização burocrática do capitalismo de Estado “soviético” que mantinha o proletariado alheio e afastado de todo o sistema de definição de metas, das decisões acerca do que deveria ser produzido e de como distribuído, alocação de recursos, etc. Se se tratasse de uma verdadeira planificação socialista, tudo isso deveria passar por uma ampla discussão no âmbito dos conselhos, ou seja, do Estado-Comuna, de vez que o Estado proletário se confundiria com o sistema-conselho, já que o Estado socialista era uma “máquina” muito simples, quase sem “máquina”, *sem aparelho especial* (o grifo é nosso), pela simples *organização das massas armadas* (como, diremos nós por antecipação, os *soviets* dos deputados operários e soldados).

Uma outra incompreensão reside em não perceber que a verdadeira simplificação do Estado-Comuna implica, conforme está expresso por Lênin nas palavras logo acima transcritas, num mínimo



de estrutura administrativa e que tal estrutura é tão mínima — e em processo de simplificação/extinção — que pode ser assumida diretamente pelo sistema de conselhos; e que, portanto, não faz sentido usar como referência o Estado “soviético” da URSS para questionar o Estado socialista que Marx e Engels viram nascer da Comuna de Paris. De fato, ao se estabelecer um traço de união entre o Estado dos Conselhos e o Estado burocrático saído da Revolução Russa está-se dando ao Estado proletário uma estrutura burocrática que um verdadeiro Estado pós-revolucionário simplificado e em vias de simplificação/extinção não possui, mas que exatamente nega.

Aliás, o caráter e a extensão do Estado dos Conselhos (= Estado proletário = Estado Socialista = Ditadura do Proletariado = Estado-Comuna = Estado Transitório) estão maravilhosamente resumidos nesta passagem escrita pelo próprio Lênin: “[...] o ‘Estado’, é *ainda* necessário, mas já é um Estado transitório, já não é o Estado propriamente dito [...]”. Mas, direis, se essa era a verdadeira concepção de Estado socialista de Lênin, por que ele não o “aplicou” na URSS depois da Revolução de Outubro, sendo que o que se viu foi exatamente o oposto de tudo isso, distorções que vão desde a extrema centralização burocratizada (desde o Exército à burocracia estatal e às unidades de produção) à mais brutal repressão aos marinheiros do Kronstadt? Pois é, tudo isso só revela como revolucionários do porte de Lênin podem eventualmente se ver envolvidos por contradições e ambiguidades de tal monta — e esse era o exato contexto nacional e internacional da Revolução de Outubro — que podem levá-los, na prática, a ações e decisões muitas vezes diametralmente opostas às suas maiores convicções. No caso de Lênin e do Partido bolchevique, bastava uma das impossibilidades — que eram muitas — para levar a revolução a rumos não desejados. Uma só era mais do que suficiente: a situação de isolamento de uma revolução que não podia recuar, mas que se viu isolada e que não teve alternativa senão a de tentar abrir caminhos à construção do socialismo num só país, a Rússia Soviética — tentativa contraditória que foi iniciada já nos tempos de Lênin e Trotsky. O que eram o Comunismo de Guerra, a NEP, entre outros empreendimentos, senão isso?

E aí, como ficamos nós? Devemos fazer finca-pé nas

concepções de Estado, programa, revolução e partido de Lênin, Marx e Engels e tentar, num futuro qualquer, quando problemas concretos como o da internacionalização da luta de classe, entre outros, apontarem para possibilidades concretas para a revolução e para a construção socialista em vários países, para objetivarmos e plasmarmos socialmente aquelas concepções do nosso *daemon* ou, inversamente, abrimos mão, diante das primeiras dificuldades, daquelas posições de princípio, trocando-as por figurações políticas rebaixadas que só trarão o abandono da perspectiva da revolução e da construção do socialismo?

## 6. Para uma Conclusão: Conselhos, Estado (socialista) e Pré-estado (socialista)

### a) O Estado-Conselho

Depois de analisar as premissas econômicas da supressão das classes sociais, vale dizer, as premissas “para que ‘todos’ *possam* realmente participar na gestão do Estado”, Lênin, sempre tomando como referência as formulações de Engels e Marx, afirma que

[...] com tais premissas econômicas, pode-se muito bem, depois de ter derrubado os capitalistas e os funcionários, substituí-los imediatamente, de um dia para o outro, pelo *controle* da produção e da repartição, pelo *registro* do trabalho e dos produtos, pelos operários armados, por todo o povo armado. [...] Registro e controle, eis o *essencial*, tanto “para pôr em marcha” como para o funcionamento da sociedade comunista na sua *primeira fase*. Nesta, *todos* os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado.

Mais adiante: “Em regime socialista, *toda a gente* governará alternadamente e se habituará depressa a que ninguém governe. [A etapa do socialismo] colocará a *maior parte* da população em condições que permitam a *todos*, sem exceção, desempenhar as ‘funções públicas’.”

Todos os cidadãos, bem lembrado, organizados no sistema de conselhos, ou por outra, no Estado operário, já que, para Marx,

Engels e Lênin, a simplificação das tarefas chegará a um ponto que as tarefas “administrativas” básicas, reduzidas ao extremo, não só poderão ser assumidas pelo proletariado e o povo em geral, como poderão ser assumidas diretamente pelo sistema de conselhos — que é, ao fim e ao cabo, o próprio Estado.

Assim, o Estado proletário, Estado socialista, ditadura do proletariado não é outra coisa senão o Sistema de Conselhos — e o Sistema de Conselhos, que garantirá a hegemonia da classe operária em toda a sua extensão, assumirá diretamente, sem que seja necessário nenhum corpo administrativo específico, tanto a defesa do socialismo como as funções de gestão estatal e das unidades produtivas. Por fim, essa unidade da ditadura do proletariado será assegurada pela unidade político-administrativa simplificada, numa mesma totalidade chamada de Estado-Conselho.

#### b) O Pré-estado-conselho

O Sistema de Conselhos, que, na situação *ex-post*, deverá assumir a transição no âmbito estrutural (implantação das novas relações de produção, eliminação de todas as hierarquias na produção, negação de todo vestígio de toda e qualquer forma mercantil, etc.) e superestrutural (eliminação de toda hierarquia herdada do Estado burguês, de toda burocracia, negação de toda ideologia herdada da formação social anterior, etc.) é o mesmo Sistema de Conselhos que, na situação *ex-ante*, constituiu a organização revolucionária que derrubou a burguesia e seu Estado. Trata-se, pois, de um mesmo *corpus* que trocou de ênfases nas duas etapas de um mesmo processo da revolução *social*: cumprida a tarefa insurrecional, dar início à execução da nova tarefa que terá levado a termo a verdadeira revolução *social* — a ruptura de uma formação que caducou e a inauguração de uma nova formação social, o socialismo, logo em marcha de transição para a formação social comunista, a segunda formação social sem classes sociais da História (a primeira é, como se sabe, a sociedade primitiva).

Pois bem, é a esse sistema de conselhos que chamamos de pré-Estado (proletário). Está visto que tal denominação não tem,

pelo seu conteúdo, nada de original, posto que foi, é e será sempre uma realidade corriqueira nos processos revolucionários inaugurados pela Comuna de Paris. Ali, os *communards*, que tomaram o Poder a partir das comunas, foram os mesmos que assumiram o poder de Estado — ditadura do proletariado — e que inauguraram, ainda que com evidentes erros de juventude, a montagem de uma ordem socialista. Processo semelhante voltou a acontecer em Outubro de 1917. A primeira experiência não pôde, nas circunstâncias em que aconteceu, completar-se e foi abatida pela força contrarrevolucionária burguesa passados apenas pouco mais de dois meses de uma memorável existência. A segunda, como se sabe, também não pôde ser completada por conta da ausência de condições, externas e internas, entre as quais a impossibilidade de levar a termo a construção do socialismo num só país.

Nos dois casos houve um pré-Estado, mas, também nos dois casos, um pré-Estado que, se de um lado pôde levar a termo a insurreição, por outro não pôde ser preparado, com a antecedência necessária, *para as tarefas da construção do socialismo*. No caso de 1917, somente nas vésperas de Outubro é que o único partido (o partido bolchevique) que tinha as condições teóricas para preparar a vanguarda da classe organizada nos *soviets*, sobretudo no de São Petersburgo, não pôde ensinar à classe senão as tarefas urgentíssimas da insurreição. A nós parece que, não obstante a consciência — principalmente em Lênin — da importância cabal dos *soviets* desde 1905, somente depois de Fevereiro de 1917 é que, no caso de Lênin, essa consciência se tornou convicção. Daí porque o partido de Lênin não teve o cuidado de jogar toda a carga pesada da melhor militância de seus quadros de massa nos *soviets* (os mencheviques lá chegaram mais cedo), inclusive — e já que o seu retorno, depois do seu aparecimento, em 1905, era facilmente dedutível — na preparação prévia dos operários para um ressurgimento dos *soviets* mais cedo e com uma formação também prévia mais potencializada, mesmo para a vanguarda mais resoluta da classe organizada nos *soviets*, que deveria incluir, sob o fogo de um debate sem tréguas entre tais operários, as questões da tomada insurrecional do poder e as noções de toda a teoria marxista acerca da constituição do Estado operário e da construção do socialismo. Esse debate faltou, quer por

falha na percepção da importância do *soviets* desde mais cedo, quer por falta de tempo de levar o debate aos operários dos *soviets* a apenas dois meses da insurreição. Seja como for, o resultado é que a não preparação da vanguarda da classe para a tomada do poder e a organização imediata, sob a sua presença, sua direção e sua intervenção, para a construção do socialismo, funcionou como um dos fatores adversos para a constituição de uma autêntica ditadura do proletariado, com base na representação nos conselhos, na URSS. Tal lacuna, em grande medida provocada pela ausência de um pré-Estado *comme il faut*, isto é, de um pré-Estado que constituísse uma *escola da revolução*, foi um embaraço a mais do malogro da Revolução Russa de 1917.

Como o próprio Lênin sempre assinalou, os revolucionários comunistas são homens e mulheres que devem ter uma formação teórica marxista muito sólida. Uma formação marxista sólida requer conhecimentos acerca da dialética, da economia política, do materialismo histórico e dialético que facultarão aos quadros e militantes de um partido de quadros não só analisar e compreender as conjunturas passadas e presentes como também captar, no essencial, processos que podem ser previstos em pelo menos em seus traços mais gerais (essas ordens de predição podem ser constatadas em muitas das análises feitas no curso dos Cadernos Filosóficos). Daí que uma verdadeira formação marxista pode assegurar aos quadros e militantes de um autêntico partido comunista a faculdade de prever, com antecipação, os cenários possíveis de desdobramento de uma crise como a atual, e prever todo um largo processo de situações revolucionárias não constitui nenhum “bicho de sete cabeças”.

Mais que isso, é perfeitamente possível prever a coisa mais óbvia deste mundo — até porque, aqui e ali, já começam a vir à tona formas embrionárias —: a criação, desde esse exato momento, de formas embrionárias de conselhos que deverão ser analisadas, *ab imo pectore*, sem preconceito portanto, para, uma vez interpretadas teoricamente, voltar aos trabalhadores para que corrijam os erros e as lacunas de tais experiências, para que as potencializem em número e em conteúdo, até que se tornem, em futuro próximo — essa garantia nos é dada pelo estágio avançado em que se encontra a

crise estrutural do capital —, no bojo de situações revolucionárias concretas, o sistema de conselhos, formado na interação dialética de pequenos círculos (nos locais de trabalho, de estudos e de moradia), comissões (de fábricas) e de conselhos (de bairros, de regiões, de zonas industriais, nacionais, etc.) que deverá constituir-se, ao mesmo tempo, na peça dorsal da insurreição e, no futuro, órgão da ditadura revolucionária do proletariado.

## 7. À Guisa de Conclusão: A CCI e a questão do Estado Pós-revolucionário

Para nós, os conselhos operários devem deter um poder ilimitado e, como tais, devem constituir-se nos órgãos básicos do poder operário, além de que devem constituir-se a alma da ditadura revolucionária do proletariado. Mas, logo a partir daí, nos diferenciamos de alguns intérpretes do marxismo que estabelecem uma ruptura entre os Conselhos e o Estado-Comuna, como se esse Estado-Comuna e os Conselhos fossem coisas qualitativamente distintas. Tal é, por exemplo, a posição da CCI, Corrente Comunista Internacional. Depois de operar essa separação, tais intérpretes colocam um traço de união, segundo o qual os Conselhos passariam a exercer pressão e controle sobre “o semi-Estado do período de transição”, para que esse mesmo Estado (Comuna) — que, na visão da CCI, “não é o portador nem o agente ativo do comunismo” — não cumprisse o seu papel imanente de conservador do *statu quo* (sic) e “obstáculo” à transição.

Para a CCI, “o Estado tende sempre a aumentar-se desmedidamente”, resultando “num terreno de predileção a toda a lama arrivistas e outros parasitas [que] recruta facilmente os seus quadros entre os [...] resíduos e vestígios da antiga classe dominante em decomposição.” E arremata essa sua visão do Estado socialista afirmando que Lênin “pôde constatar [essa função do Estado] quando fala (va) do Estado como a reconstituição do antigo aparelho de Estado czarista” e quando afirmava que o Estado parido da Revolução de Outubro tendia “a escapar ao nosso controle e gira(r) no sentido contrário que queremos, etc.” Para a CCI, “o Estado

proletário é um mito” e que “Lenine rejeitava-o, recordando que era ‘um governo dos trabalhadores e dos camponeses com uma deformação burocrática’.” Mais ainda, para a CCI,

[...] a grande experiência da revolução russa está lá para testemunhar. Cada cansaço, cada insuficiência, cada erro do proletariado tem imediatamente, por consequência, o reforço do Estado, e, contrariamente, cada vitória, cada reforço do Estado faz-se despojando ligeiramente mais o proletariado. O Estado alimenta-se do enfraquecimento do proletariado e a sua ditadura de classe. A vitória de um é a derrota do outro.

Também afirma, noutras passagens, que “o proletariado guarda sua ampla e inteira liberdade em relação ao Estado. Sob nenhum pretexto, o proletariado não saberia reconhecer a primazia de decisão dos órgãos do Estado sobre a da sua organização de classe – os conselhos operários – e deveria impor o contrário”; que o proletariado “não saberia tolerar a ingerência e a pressão de nenhuma espécie do Estado na vida e a atividade da classe organizada que exclui qualquer direito e possibilidade de repressão do Estado”; que “o proletariado conserva o seu armamento fora de qualquer controle do Estado”; e que, finalmente, “a condição primeira é a não identificação da classe com o Estado.”

O que dizer da visão dos companheiros da CCI acerca do Estado-Comuna? Em primeiro lugar, que nem Marx, nem Engels e nem Lênin, como se viu nos comentários feitos mais atrás do *O Estado e a Revolução*, endossam a concepção de Estado expressa pela CCI. Como vimos, o Estado Comuna era, para eles, o Estado dos Conselhos e a expressão do poder do proletariado e da sua ditadura de classe. Para Lênin, o Estado pós-revolucionário não só não era um mito, como pensa a CCI, como era, sim, “o Estado proletário”. Com que direito se pode chamar a esse Estado que a CCI concebe de Estado-Comuna?

Em segundo lugar, como também já analisamos mais atrás, a separação antinômica entre o sistema de conselhos e o Estado pós-revolucionário, proposta pela CCI, opera um deslocamento desde a concepção de Marx, Engels e Lênin até uma certa influência da

concepção anarquista de Estado. E aqui temos de reiterar o que já dissemos mais atrás, vale dizer, que separar *Estado* proletário de *sistema de conselhos* é o mesmo que quebrar a unidade que deve existir e persistir no âmbito da ditadura do proletariado e que tal separação coloca de um lado o Estado como uma estrutura *administrativa* complexa, a ser gerenciada por um corpo de funcionários — um absurdo na concepção de Estado simplificado de Marx, Engels e Lênin — e de outro uma estrutura *política*, no âmbito dos conselhos, a exercer pressão sobre a primeira (o Estado como tal).

Em terceiro lugar, repetimos: essa concepção, que resulta de uma acomodação de uma visão influenciada pelo anarquismo com a identificação do Estado Comuna com o Estado burocrático (burguês) saído das ambiguidades da Revolução Russa, coloca o proletariado *fora* do Estado pós-revolucionário, criando, aí sim, uma dicotomia que é, ela própria, a sementeira de uma nova casta a se reproduzir no *corpus* administrativo apartado organicamente dos Conselhos. A CCI está confundindo a concepção de Estado de Lênin com o Estado parido das ambiguidades da Revolução de Outubro de 1917. Quando Lênin se queixava das atrocidades do Estado como ele se configurou na URSS, ele não estava a descartar a sua *concepção* de Estado-Comuna, mas dos desvios que o Estado russo tomou depois de Outubro.

Em quarto lugar, a CCI não considera, como nós consideramos, que as tarefas organizativas e administrativas que a revolução coloca, desde logo, na ordem do dia são tarefas *políticas* incontornáveis cuja implementação deve ser assumida diretamente pelo proletariado vitorioso — como também já afirmamos mais atrás.

Em quinto lugar, os companheiros da CCI parecem não se dar conta de que, também como já afirmamos mais atrás, a verdadeira simplificação do Estado-Comuna implica, conforme está expresso por Lênin, num mínimo de estrutura administrativa e que tal estrutura é tão mínima — e em processo de simplificação/extinção — que pode ser assumida diretamente pelo sistema de conselhos.

Em sexto e último lugar, é unicamente assumindo diretamente e por dentro as tarefas simplificadas de defesa e da transição/construção socialista do Estado-Conselho que a classe operária vai ter as condições de evitar que se instale um xisto estatal



estranho ao Estado-Conselho e de exercer controle não só sobre o que se passa dentro do Estado como em toda a amplitude da sociedade. Para isso, vale lembrar, o Estado proletário, Estado-Comuna, Estado socialista, Ditadura do Proletariado, não é outra coisa senão o sistema de conselhos que terá assumido tarefas básicas de organização: milícias, jornadas, brigadas de trabalho e outras modalidades de tarefas igualmente revolucionárias (revogabilidade de cargos, salários iguais, etc.), tarefas também igualmente simplificadas de luta e de organização de uma sociedade de transição. Para isso não será necessário criar nenhum monstro administrativo, muito menos burocrático ou qualquer outra forma herdada ou que lembre do/o Estado burguês destruído ou do/o Estado burocrático do capitalismo de Estado da ex-URSS.

Seria ótimo que a CCI se debruçasse no *O Estado e a Revolução*, de Lênin, exatamente sobre a defesa que ele, apoiado em Engels e Marx, justifica o Estado-Comuna como o Estado dos Conselhos, Estado Proletário, Ditadura do Proletariado, passagens por nós ressaltadas neste pequeno escrito.

